

O TEMPO E O NOME

UM PASSO DE CRÍTICA

As duas mais recentes rupturas políticas, as de Constâncio e de Zita Seabra, tiveram, para quem está de fora, a inegável vantagem de que ambos quiseram dar "nome às coisas", coisas que, aliás, sempre se foram sabendo por portas e travessas.

Quem teria, finalmente, grandes dúvidas de que Soares tudo faria (e fará) para repor os seus homens de mão à frente de um PS que continua a considerar sua propriedade pessoal? Quem, realmente, acreditaria na "democracia interna" dentro do PCP, na activa participação dos militantes nos debates, nas decisões, na definição da linha política do partido? Mas, enfim, nestas ocasiões, há sempre muitos que ficam mais esclarecidos.

Em Portugal, nem por isso: Delgado e Galvão não cantaram muito como era o fascismo caseiro visto por dentro, como tão pouco o fizeram um Hermano Saraiva ou um Adriano Moreira (e tantos outros con-

vertidos à democracia). O caso mais interessante ainda terá sido o do Saldanha Sanches, mas a quem importavam os malabarismos do "grande educador"? Estamos muito longe, mesmo guardando as devidas proporções, das revelações do relatório Krutchev ou do muito que tem trazido ao de cima a "era Gorbachev".

Mas todos estes casos têm algo em comum, e colocam sempre uma incómoda interrogação: o tempo que os diversos protagonistas levaram a dar-se conta do que se passava, os anos ou mesmo décadas que o copo levou a encher até, finalmente, transbordar: tempo de colaboração, tempo de silêncio, tempo de poder, tempo de privilégios.

Vale sempre a pena dar nomes a coisas, mas o tempo que se levou a fazê-lo pesa muito no julgamento (não só político) que fazemos dos seus autores.

j. m. p.

Zita Seabra escolheu o passado dia 16 de Novembro para o lançamento do seu livro "O Nome das Coisas".

Culminando um processo aberto com a demissão daquela dirigente da Comissão Política do PCP em 5 de Maio, onde, entre outras coisas, se afirmava a frequência, por aquela militante, de "meios hostis ao partido", pode agora o Comité Central estar descansado pois tem mais um "argumento" para levar a medida disciplinar recentemente decidida até às últimas consequências: é que depois do lançamento do livro, os "meios hostis" já não cabem à volta da mesa de jantar da casa de Zita Seabra, são algumas centenas que lá estiveram presentes, desde os democratas de duvidoso socialismo até aos socialistas de duvidoso socialismo, passando por alguns camaradas e amigos e mesmo por alguns "trotskistas traidores, agentes do imperialismo", como gostava de lhe chamar o Zé dos bigodes...

Zita Seabra, tal como muitos outros antes dela, resolveu dizer basta e sair a público em defesa das suas opiniões.

"Está certo!", dir-se-á. Mas o simples facto de ter de se reconhecer os méritos de tal atitude, não invalida que se responda positivamente ao próprio apelo à "reflexão em tempo de mudança" que o subtítulo do seu livro sugere.

Sem queira reduzir a polémica que o livro possibilita a um único tema, não podemos deixar de referir algumas notas sobre uma das questões mais controversas do debate actual que atravessa o PCP. É a própria Zita que o afirma:

"O centralismo democrático tem estado no centro dos debates em curso nos partidos comunistas" (p. 145).

Para além da abordagem de aspectos fundamentais como o voto secreto e a chamada "regra de ouro", Zita Seabra esboça igualmente a resposta a dois tipos de questões: a livre expressão dos militantes e a forma de eleição dos dirigentes.

Para a primeira, "a instauração de formas de expressão e circulação de ideias dentro do Partido (...) passa pela substituição de uma atitude secretista por uma atitude de transparência, pelo reconhecimento do di-

reito de opinião dos militantes em todas as instâncias, pela abertura da imprensa do Partido à pluralidade de opiniões dos militantes" (p. 158).

Pergunta-se, então: será isto suficiente para "instaurar formas de expressão e circulação de ideias dentro do Partido?"

Em nossa opinião, julgamos que não. Veja-se por exemplo que, para o caso, pode servir um "grupo dos seis". Mesmo que a imprensa do Partido fosse plural, como assegurar o direito de opinião daqueles militantes em todas as instâncias e, portanto, em todas as outras a que eles não pertencem, senão se os próprios militantes tivessem a possibilidade nas assembleias onde desejassem?

Sendo assim, "a circulação de ideias e propostas" é indissociável da recolha de adesões a essas ideias e propostas, o que implica que se vão formando uma maioria/minoria(s) que irão eleger delegados para as defender. Parafraseando o livro, o nome desta "coisa" não é mais do que o direito de tendência.

A eleição dos dirigentes não pode, pois, ser vista de forma independente do ponto anterior. Não parece ser essa a opinião de Zita Seabra, para quem "as soluções (para essa eleição) vão no sentido do voto secreto, das listas com mais candidatos do que lugares a eleger, da limitação estatutária do número de mandatos" (p. 158).

Fica por saber quem é que integra candidatos nas listas de onde sairão os escolhidos e quem é que decide essa integração (e, se for o CC, lá temos outra vez a possibilidade de se criarem situações que a própria autora crítica no funcionamento actual do PCP) e

se esses candidatos têm ou não que ver com as posições eventualmente existentes em debate.

São questões que se referem ao centralismo democrático nos dias de hoje. Mas tão ou mais importante é a conclusão que se retira em relação a um modelo de funcionamento que vigorou largos anos no PCP.

"O tipo de organização partidária agora questionada apresentava-se como o mais adequado a partidos que tiveram de lutar em condições de clandestinidade ou que tiveram de proceder a mobilizações sociais revolucionárias em sociedades atrasadas e em condições extremamente difíceis" (p. 104).

É legítimo perguntar: será? Será que o modelo de funcionamento estalinizado, que Zita denuncia, é o mais adequado para o trabalho clandestino ou para proceder a mobilizações revolucionárias em sociedades atrasadas?

"A revisão crítica do passado é imprescindível", afirma-se. Há-de-se pensar porque é que então o partido de Lenine, em condições de clandestinidade e num país atrasado, se preocupou desde o início em aplicar regras de democracia interna, de respeito pelos direitos das minorias, logo no 2.º Congresso do POSDR, em 1902. A esse respeito, a história da construção do Partido Bolchevique é um manancial quase inesgotável para responder a essa questão.

Dir-se-á que não se deve "usar em tempo de paz métodos dos tempos de guerra". Resta saber se, nesse mesmo tempo, a guerra não poderá ser ela própria questionada.

h. s.

PRESTÍGIO

FIGURAÇÃO INTERNACIONAL

Ompagável ministro Cadilhe, declarou há tempos à RTP que os empresários portugueses têm feito "uma figuração em Bruxelas" que o próprio presidente da Comissão, Jacques Delors, lhe terá dito que eles "são do melhor que há na Europa!".

O homem disse isto sem se rir, e ainda bem, pois tem um sorriso detestável. Mas não era caso para menos, até porque não tem sido essa a sua própria opinião. Não foi ele que, há dois anos, perante a passividade investidora dos ditos, lhes atirou esta: "O Governo já fez o que tinha a fazer; os senhores de que é que estão à espera?". Não foi ele que os acusou — e continua a acusar — de estarem a alimentar a inflação, o que, aliás, entra pelos olhos dentro?

É certo que não tem melhor opinião de si próprio: quem já se esqueceu da sua tirada de que "o Estado é bronco nos negócios"? Mas se é bronco o Estado e são broncos os empresários, para onde vamos? E o que explica aqueles elogios comuni-

tários?

Para onde vamos, é hoje claro: só não evitaremos o "vendaval" que há dias anunciou para 1993 o ex-ministro Ernâni Lopes, se os estrangeiros se precipitarem a investir e a comprar empresas em Portugal — ou seja, com os empresários que temos, "não vamos lá"... O que está a ser feito.

Quanto ao mistério Delors, e pondo de lado a hipótese de Cadilhe ter percebido mal o francês, a explicação mais plausível é a de o presidente da Comissão, que não é bronco, já se ter dado conta de que de Portugal não lhe virão quaisquer problemas, desde que, de vez em quando, nos vá passando uns sorridentes atestados de "bom comportamento". Parece que estou a ouvir o Cadilhe, baixando a cabeça um pouco envergonhado, como as crianças: "Ó sr. Presidente, nada de exageros; nós só queremos dar à Europa o melhor que sabemos!"

j. m. p.

NÚMEROS ANTERIORES DO "COMBATE"

Desde Dezembro de 1987 publicaram-se os seguintes dossiers na edição mensal do "Combate": Forças Armadas, Justiça, Liberalismo, Trabalho, Primavera, Maio 68/88, Juventude, Utopias; desde Setembro deste ano os temas foram Imprensa, Dependências, Partidos Comunistas e Igreja. Se bem que uma parte destas edições esteja esgotada, leitores que queiram adquirir números atrasados podem dirigir-se directamente ao jornal.

CAPA

Um agradecimento especial ao Vasco pelo desenho da capa.

21/22

AS CARAS E COROAS DO NACIONALISMO E INTERNACIONALISMO

Sentir-me português é reconhecer-me, por razões de história e de geografia, pela língua, pelos costumes, pelas ruas que sempre trilhei e pelos amigos com quem me entendo, genericamente diferente de um inglês ou de um sueco (que, por idênticas razões, se sentem inglês e sueco), e disso me apercebo, como um facto indiscutível, quando me desloco a outros países e tenho de aprender novos modos, e tempos, e línguas, se quiser comunicar, conviver.

Ter orgulho de ser português (excluindo tratar-se de uma mera afirmação sem sentido: se cada um tiver orgulho de ser o que é, todos esses orgulhos se anularão) só pode ser a reivindicação de uma superioridade em relação aos que o não são, aos que não podem orgulhar-se de feitos e glórias exclusivos dos "portugueses".

O fim da "internacional das cortes"

Até fins do século XVIII, as comunidades nacionais, ainda linguisticamente mal diferenciadas, eram trocadas e partilhadas ao sabor de guerras, acordos, casamentos e questões dinásticas entre aquilo a que um historiador chamou a "internacional das cortes" (de que hoje nos resta a versão folclórica das festas e iates, que fazem viver, e bem, muita revista europeia). É a Revolução Francesa que, pela primeira vez, associa as ideias de nação e soberania (dos respectivos "cidadãos") e levanta o povo contra a "Europa dos soberanos". As guerras napoleónicas, ao transportarem consigo as novas ideias de "autodeterminação" e ao despertarem, num efeito de boomerang, os sentimentos nacionais contra o invasor, preparam o terreno em que o movimento romântico iria fundar as duas correntes "nacionalistas" que ainda hoje perduram (e correspondem às duas atitudes de início enunciadas): a dos movimentos de libertação nacional, que levaram, ao longo de todo o século XIX europeu e sul-americano, e, mais próximo de nós, em África e em Ásia, à independência (ou unificação) de novos Estados-nações, conquistada a ocupantes ou colonizadores (ou imposta a príncipes ou duques de opereta) e cuja legitimidade fundamental não elimina o facto de, tantas vezes, os povos terem permanecido oprimidos, pelas suas próprias classes dominantes e pelos antigos e novos, colonizadores; e a dos movimentos tradicionalistas, inspirados no culto dos heróis nacionais e dos feitos passados, em seculares fanatismos religiosos, na ideia de uma "grandeza nacional" exclusivista e xenófoba, quase sempre exacerbada na sequência de derrotas militares ou de fases em que é fácil invocar a "humilhação nacional" e clamar pela redenção ou regeneração da Pátria. Dominante, na primeira corrente, o sentimento nacional popular, e na segunda o orgulho nacional, não foi raro ver ambas associadas nas mesmas lutas, com as forças tradicionais (ou as classes ascendentes) a explorarem em seu benefício as aspirações autonomistas e emancipadoras da "carne para canhão"... nacional.

Internacionalismo e nacionalismos

Não é por acaso que os nacionalismos mais extremos se vieram a afirmar a partir do momento em que alguém disse "Proletários de todos os países, uni-vos!", ou seja, antes de serem portugueses, franceses ou russos, os proletários são a classe explorada e por isso a sua luta só pode ser internacional, contra os exploradores de todos os países. Nascia o internacionalismo, radicado numa perspectiva de luta de classes. A proposta era tão fecunda e mobilizadora, que um Jaures, que nunca foi marxista, morreu nas vésperas de 14-18 convencido de que as classes trabalhadoras dos

vários países europeus se levantariam em bloco para evitar uma guerra em que teriam tudo a perder e para a qual eram arrastadas pela "internacional dos armamentos" e dos potentes económicos, fossem eles das "democracias" ou dos "impérios centrais".

Face aos avanços da ideia internacionalista, o nacionalismo radicalizou-se. Em França, o boulangismo faz vibrar muitos corações, Maurras fala do "egoísmo sagrado" da nação, Barrès dos "movimentos instintivos, inconscientes e hereditários", o caso Dreyfus põe a nu a mais que suspeita intimidade entre nacionalismo, militarismo e anti-semitismo. Na Alemanha, vão-se buscar a Herder, a Fichte e a Nietzsche (não interessa agora se intencionalmente "manipulado") os prolongamentos extremistas do romantismo germânico. Tudo isto explode em 1914 num ardor patriótico que mascarou sem dificuldade os fabulosos lucros dos grandes interesses económicos "sem pátria", que permaneceram na sombra.

O fim da guerra veio dar alento aos dois campos. Lenine, que vira no conflito uma ocasião soberana para derrubar as burguesias europeias enfraquecidas, faz da Rússia soviética o centro de irradiação do internacionalismo proletário, sem deixar de retomar a herança francesa do "direito dos povos à autodeterminação", visando em particular as diversas nacionalidades do antigo império russo. O nacionalismo irá, por seu lado, conhecer nos anos seguintes as formas mais virulentas, em boa parte apoiadas nas "humilhações" impostas pelo Tratado de Versalhes ou em vitórias frustradas (como no caso italiano). O nazismo e o fascismo são casos-limite, mas na mesma onda se multiplicam as ditaduras nacionalistas de "regeneração pátria" (Portugal, Espanha, Grécia, Polónia, Áustria, Hungria, etc.). Sabe-se o que tudo isso deu.

"Internacional dos negócios"

Mas, entretanto, outras coisas importantes se passavam, que vieram desembocar no confuso panorama com que hoje nos defrontamos. A im-

parável internacionalização do capital terá sido porventura o facto mais decisivo. Tentacular mas sem estruturas visíveis de poder, e sem como tal se assumir, a "internacional dos negócios", que não se reduz ao papel (ainda que essencial) das multinacionais, ganhou em poucas décadas um tal impulso que hoje só se fala de "economia global" e de "globalização do mercado" e cada vez mais os povos periféricos e os do Terceiro Mundo estão drasticamente limitados na sua capacidade de decisão "nacional" (quando não no mais elementar direito à subsistência), por não disporem de capitais, nem de tecnologias, nem de mercados. O que não impede - e aí reside um dos lados da confusão - as suas classes dominantes de continuarem com as suas balelas nacionalistas, nem as multinacionais de se darem lindamente com os governos mais ferocemente nacionalistas (Pinochet é apenas um exemplo).

No pólo oposto, o insucesso da revolução em outros países europeus selou a derrota de Trotsky e deu pulso livre a Staline, que amordaçou as "nacionalidades", restabelecendo com elas uma "relação imperial" (ao ponto que, antes de conhecer as violências da ocupação, a Ucrânia chegou a ver em Hitler um "libertador...") e que transformou a União Soviética na "Pátria do Internacionalismo" (um contra-senso nos termos), transformando este numa relação igualmente imperial do PCUS com os outros partidos da 3.ª Internacional. Isto foi claro por ocasião do inesperado pacto nazi-soviético de 1939: os comunistas europeus tiveram de calar o seu ódio ao nazismo até ao momento em que Hitler, em Junho de 1941, invadiu a União Soviética, só então se sentindo autorizados a empenhar-se na resistência ao ocupante. Isto lançou sobre esses partidos a acusação de serem dóceis seguidores e servidores de uma "potência estrangeira" e de agir contra o sentimento e os interesses nacionais: um petisco para as burguesias no poder, que ainda hoje o continuam a saborear.

Enfim, a estabilização das democracias burguesas nos pós-guerra (a partir de 1945) e a plena integração dos partidos comunistas (temporariamente "redimidos" pelo seu papel nas lutas de resistência nacional) no jogo eleitoral, acabaram por levá-los, cada vez mais, a reivindicar-se como partidos nacionais e patriotas acusando por sua vez (e com que razão!) os governos burgueses de se vergarem à voracidade do capital estrangeiro. A confusão ficou completa: os partidos "internacionalistas" batem-se pelo "interesse nacional" contra o "internacionalismo do capital".

O "orgulho de ser português"

Resta Portugal, hoje. A maré não se presta, por cá como por essa Europa "civilizada e comunitária", aos exageros nacionalistas: Le Pen causa arrepios de bom-tom aos neo-liberais, o presidente do parlamento alemão é rapidamente substituído na sequência das suas nostalgias do III Reich. Em Portugal, democracia recente mas "exemplar", as tiradas de inspiração nacionalista servem, na boca dos políticos, para mobilizar as hostes para as tarefas e os sacrifícios (e os votos...) que exigem, acima de qualquer ideologia, os "superiores interesses da nação" (coisa que, de passagem, também soa bem aos ouvidos dos militares e os mantém sossegados e "orçamentados").

Já Milliband dizia que uma greve importante, geral por maioria de razão, nunca foi denunciada como prejudicial aos patrões, mas sim como perigosa para a "nação", para o "interesse nacional". Isto vai mascarando o facto de que os políticos, como os empresários, apostam antes de mais na tal "internacional dos negócios": a burguesia só se torna nacionalista quando pode ser proteccionista (quem se lembra ainda de Melos, Champalimauds & C.?), ou quando a "anarquia" e o "caos económico" a impelem para os braços de qualquer "salvador", militar de preferência.

Curiosamente, entre nós é Soares quem mais proclama, a propósito de tudo e de nada, o seu "orgulho de ser português". Curiosamente, também, é na área dita "cultural" que se manifesta o mais surpreendente nacionalismo: intelectuais de serviço lançam-se na aventura, já não dos Descobrimientos, mas das suas comemorações (ainda por cima principicamente remunerados, ou talvez por isso mesmo...); fazem de Pessoa a ponta-de-lança da "alma nacional" e do seu internacional reconhecimento a brecha por onde passará, em torrentes, a "cultura portuguesa" que iluminará o mundo; batem-se pelo imperialismo da "língua pátria", sonhando-a porventura veículo de outros impossíveis imperialismos; batem com a porta na cara da UNESCO por se ter esquecido de Portugal numa qualquer publicação que ninguém lê, para depois cerrarem fileiras em torno do candidato português, em que ninguém votou, à presidência da negregada organização; sentem-se humilhados por haver em Paris bichas sem fim à porta de uma exposição espanhola, paredes meias com uma portuguesa às moscas, e tremelicam cada vez que ouvem falar do "grande show" espanhol em preparação para 1992. Mas não os ouvimos clamar contra o "americanismo cultural" que, via televisão, via discos, via tudo, nos invade as casas e nos "americaniza" o quotidiano.

Enfim, nacionalismo a sério, esse ouvimo-lo nos discursos dos juramentos de bandeira, nas posses dos altos comandos militares, nas festas dos dias da Infantaria ou da Artilharia, nas mensagens à nação dos grandes chefes nas datas de "consagração nacional". É nos quartéis e nos Estados-Maiores que ele dorme ou esperta, enquanto os políticos e os intelectuais vão brincando com o jogo.

PRISÕES

UM LIVRO

É com a transcrição do poema de Zeca Afonso "Utopia" que abre a pequena colectânea de textos escritos pelos presos dos "casos FP-25" que a CIRP (Comissão contra a Injustiça e Repressão Políticas) acaba de editar: "cidade / sem muros nem ameias / gente igual por dentro / gente igual por fora..."

Alguns autores continuam presos, outros já passaram a viver connosco do lado de cá. Uns absolvidos, outros condenados, têm este ponto comum: todos viveram nos últimos anos essa realidade da prisão por "vontade de revolução" ou presumidos "actos de subversão", que era um tema banal da produção literária de antes do 25 de Abril, quando a poesia tinha muitas vezes uma "utilidade prática".

Aqui surgem de novo — por força das circunstâncias — as várias formas de solidão (e também de solidariedade), a brutalidade do Poder sentida no próprio corpo, a dor do quotidiano interrompido, o amor adiado, a intimidade invadida, a memória e o desejo como quase únicas possibilidades de alegria, a dureza de ver crianças crescer atrás das grades, a luta contra a destruição imposta — que passa por ser capaz de fazer textos mais distantes da realidade vivida no momento (como Otelo Saraiva de Carvalho e Maria Helena Marques) — e esses momentos fortíssimos que são as visitas que dão origem a poemas, relatos e diários pungentes.

A colectânea intitula-se "O

Voo Inquieto do Prisioneiro". É, como se diz no prefácio, uma "amostra do que se faz do lado de lá das grades quando se sonha ou se voa" e é bem a expressão dessa grande vontade de provar que "somos seres humanos e queremos sê-lo totalmente", como diz Maria do Céu Duarte no texto "Estou a passear numa canoa furada", depois de afirmar "quero dizer que não somos bichos".

É um livro "sem grandes pretensões" e não será "uma obra de grande valor literário" — avisa a CIRP no prefácio.

Mas será isso mesmo que torna possível o leitor deixar-se "invadir pela solidariedade", como nos é proposto, ao longo destas cerca de 90 páginas, escritas por M. Helena Marques, Alfredo Poeiros, Natércia Campos, Albino Soares, José Ricardo, M. do Céu Duarte, Godinho Claro, Angélica Toquito, José Neves, Helena Neto, Otelo Saraiva de Carvalho, que dizem daquilo que mais ninguém por eles poderia dizer, das maneiras que cada um sabe e como acontece "essa Paixão de Tudo Transformar / Que vive dentro de mim / e dentro em ti" (M. Helena Neto).

E é assim que, onde menos se poderia esperar, das violências vai assomando a beleza. E é por isso que "O Voo Inquieto do Prisioneiro" chega a ser mais do que um documento ou um apelo e é bom que tenha sido publicado.

e. d.

PASSA PALAVRA

"Caro Francisco Louça:

Como deves saber perdi há bastante tempo o hábito de responder a verborreias jornalísticas. Questões da minha vida pessoal e o facto de ter por inútil e contraproducente. Quando atinge gravidade, a lei civil protege os direitos do cidadão ao bom nome e ao aviltamento que capatazes de interesses destilam. Não sou leitor do «Combate». Tenho pouco tempo livre numa vida que se consome num quotidiano cada vez mais escasso. Um amigo (por acaso um dos jornalistas insultados numa idiotice publicada no último número) deu-me uma cópia dessa boçalidade intitulada «Pimenta sim, Macário não?». Sou contra qualquer censura e o direito ao disparate é livre. Só pressionado (e contrariado) escrevi um texto que anexo.

Não deixarei de te ter o mesmo apreço, que podes crer sincero, se entenderes não o publicar. Confesso que perdi o folego de polemista e que a pequena chicória já não me tenta, sobretudo quando se tem que beber com gente resabiada e que vive numa mitologia caduca. Para esses, arroz e mizo!

Talvez o jornal que diriges precisasse de outros ares e novos combates. Ou talvez esses sejam à medida do velho catecismo. Respeitável, apesar de tudo. Ultrapassado pelo tempo e pelo espaço, quando me me. Cordialmente.

António Eloy

BEM AVENTURADOS OS POBRES DE ESPÍRITO, DELES SERÁ O REINO DOS CÉUS

Deixei de me enredar em polémicas com bem aventurados há alguns anos. Seria pois quebrar um princípio com que me tenho dado bem responder a esse chorrilho de disparates. Não o vou fazer! Toda a gente sabe que não há duas pessoas iguais e que as capacidades e competências são/ devem ser diferentemente valoradas. Assim como é o poder político e a efectividade do mesmo.

Não quero deixar de aproveitar a ocasião, pelo respeito que os eventuais leitores desse artigo do «Combate» me podem merecer, de referir que:

a) o movimento ecologista é multiforme nas suas formas de expressão e organização.

b) não há guardiães do templo, nem doutores da verdade, nessa nebulosa ambientalista, nem, como aliás é minha convicção, em parte nenhuma.

c) os jornalistas sabem a quem se dirigir quando pretendem um relatório, ou uma opinião técnica e científica com um enquadramento socio-político adequado. Nos últimos tempos, universidades, instituições internacionais, comités de apoio sobre ambiente recorrem com frequência à Associação para parecer ou documentação.

d) porque será que não fazem, essas pessoas valorosas, o tal movimento ambientalista e não chatieiam mais aqueles que se preocupam com questões tão exóticas como a nitrificação dos solos e o efeito de estufa, a desertificação e a produção electro-nuclear, o abatimento das costas e a destruição das florestas. Ou será que e porque não passam de candidatos ao Reino dos Céus?

e) aproveito, e se tal o director me permite, para dizer que todos os mal-aventurados são bem-vindos à Associação para verem com os seus olhos o trabalho que por cá se rea-

liza. Sem apoios, nem comendas ou subsídios, na Rua Pinheiro Chagas, 28-2.º DL., em Lisboa.

António Eloy

NOTA DA REDACÇÃO — As cartas, assim como os artigos assinados, são da responsabilidade dos seus autores — assim como as suas polémicas. Mas, neste caso, a Redacção não pode deixar de manifestar que está decididamente no campo dos críticos às jantaras homenageantes que alguns ecologistas deram ao Pimenta, bem como ao apelo ao voto cor-de-laranja para dar boleia ao Pimenta até Estraburgo.

"Os meus sinceros votos para que estas palavras vos vão encontrar de boa disposição para encetar a luta contra este sistema que tanto nos oprime e nos explora. No que se refere ao jornal «Combate», contém artigos muito elaborados, e interessantes, mas peca por faltar uma página sobre as lutas dos trabalhadores, em especial à classe operária urbana e rural e mesmo os pequenos camponeses.

Nesta carta não quis deixar de analisar a burocracia e os seus representantes em Portugal.

Quando nos tempos de Brejnev, Álvaro Cunhal afirmava que a União Soviética era o sol da Terra, chegámos à conclusão que este fazia tudo para agradar aos burocratas no poder. Senhores burocratas, quando impedis que nos vossos comités centrais as minorias tenham assento, estais a impedir a liberdade de expressão (...). Senhores burocratas, Marx definiu a Comuna de Paris como um processo exemplar que alastrou a todo o universo e que culminou com a subida ao poder da organização autónoma popular e suprimiu durante algum tempo todas as resistências da classe dominante. Processo no qual a liberdade de expressão permitiu a livre troca de ideias e o assumir do Poder pelas massas revolucionárias, ficou assim claro pela primeira vez que a mobilização dos trabalhadores é o resultado de uma democracia (...).

Senhores burocratas, o processo em curso na União Soviética — a perestroika — corresponde a um maior poder para os trabalhadores e à desmilitarização do Estado, cujas verbas gastas em armamento eram incompatíveis com o povo soviético e a sua transformação em potência económica, igual ao Japão, aos EUA e à CEE. No entanto, tudo indica que depois da desmilitarização e da desburocratização será possível dar um grande salto em frente no domínio das novas tecnologias, na robótica, na agricultura e na investigação científica, única forma de melhorar o nível de vida do povo.

RD, militante do caso PRP, condenado a 13 anos de prisão, actualmente em liberdade

PS — Aqui vos envio o dinheiro da renovação da assinatura, porque apesar de me encontrar desempregado quero que seja todo o dinheiro, porque a vida custa a todos e o sacrifício que vós tendes suportado é imenso.

KENNEDY

AMIGO DE QUEM

Passamos a vida a fazer generalizações abusivas, servindo-nos a torto e a direito do possessivo "nosso". A equipa de futebol de que somos adeptos é a "nossa" equipa, os jogadores são os "nossos" jogadores. Dizemos que é má a "nossa" televisão, que são péssimas as "nossas" estradas, óptimos o "nosso" clima ou as "nossas" praias, e alguns até se ufanam de serem belíssimas as "nossas" mulheres. Até aqui nada de mal vem ao mundo —

apenas uma facilidade de linguagem e todos entendem, gostam ou não, o que se quer dizer.

Já é um pouco pior quando se diz que os "nossos" salários ou o "nosso" nível de rendimentos são os piores da Europa: *nossos*, de quem? Ou que é frágil a "nossa" democracia: será mesmo a *nossa*? Ou que são assim ou assado os "nossos" deputados: mas quem o diz até é bem capaz de não ter contribuí-

do para eleger nenhum deles...

Mas, pior que tudo, sem desculpa possível, é quando o famoso possessivo tende a assimilar "o povo português", em geral, ao poder que o governa ou aos interesses dominantes na sociedade, casos em que, frequentemente, se prefere a expressão "de Portugal". Uma bem conhecida variante foi, aqui há uns anos, o slogan "A Europa connosco". Outro exemplo é quando se ouvem dizer coisas

como "A decisão de Madrid vem afectar os nossos interesses" (ou os interesses de Portugal). Enfim, a palma de ouro vai, sem discussão, para Paulo Marques, comentador radiofónico de política externa que, ao traçar a biografia política de Kennedy, aqui há uns tempos, dizia a certa altura que "em termos de guerra do Ultramar, Kennedy não foi um amigo de Portugal".

Teria sido mais correcto dizer "de Salazar". Mas o problema

é que, para o comentador, aparentemente, *as duas coisas coincidem*: é-lhe alheia, ao fim deste tempo todo, a ideia de que, se tivesse sido amigo dos movimentos de libertação (como ele sugere, e está por provar!), então sim, é que Kennedy teria sido amigo do povo português, logo, "de Portugal". Há coisas que ainda é tão difícil esconder... E ainda bem, no fim de contas!

j. m. p.

“O NORTE NÃO É TÃO CONSERVA

ENTREVISTA RECOLHIDA POR
JOÃO MARTINS PEREIRA

«C» — *É um sulista de raiz. Há vários anos que vives no Norte. Qual a verdade que existe na caricatura de um norte laborioso, disciplinado, austero, face a um sul das repartições, negligente, mas sempre reivindicativo? Um norte da prosperidade, um sul da crise; um norte pragmático, um sul politizado; um norte, paraíso da iniciativa privada e um sul paraíso da burocracia estatizante. Dois países...*

NP — É evidente que há diferenças bastante grandes, algumas são antropológicas. Já um Orlando Ribeiro chamava a atenção para o país da pedra, do granito e o país do barro. Isto vem muito de trás. É o minifúndio e o latifúndio, a grande cidade — relativamente grande para o País — que é Lisboa, e as cidades mais pequenas — mesmo o Porto, capital do Norte, é uma cidade média. Há tanta insistência nestes dados que, nalguns sentidos, teremos dois países. Mas sempre reductores. Naquilo a que se chama Norte há um norte litoral e um norte interior que são profundamente diferentes. E quando se fala em Norte laborioso, em Norte activo, é da grande faixa litoral que se trata.

Penso aliás que, em relação ao Porto, não faz sentido falar em área metropolitana (ao contrário do que acontece em Lisboa). O que é uma metrópole de dimensão europeia é todo o Norte litoral. Há uma cidade difusa, dispersa, linear, balizada por Braga e por Aveiro, centrada no Porto (todas com Universidade), que soma qualquer coisa como 3 milhões de habitantes, com um potencial económico, industrial e também agrícola importante, mesmo à escala europeia. É uma metrópole feita de cidades e *interlands*. O grande défice desta metrópole, com 50 kms para norte e para sul do Porto e 30 para o interior, são os serviços. Por isso é que as cidades são todas pequenas. São os serviços que fazem crescer as cidades modernas, não é a indústria. O Norte Litoral teve sempre muito poucos serviços. Esse é o sentido da guerra do Porto com Lisboa. Lisboa sempre absorveu os serviços desta área urbanizada.

Raízes duma oposição ao Estado

«C» — *Os nortenhos criticam Lisboa por ser uma cidade em que «não se faz nada»...*

NP — Mas, quando os serviços forem instalados no Norte, passarão a dizer que são os urbanos desta metrópole que não fazem nada.

De todo o País dinâmico dos últimos cinquenta anos, esta área do Norte foi aquela em que menos se sentiu o chamado Estado-Providência. Nunca tivemos um Estado-Providência a sério e o pouco que tivemos actuou sempre muito mais na região de Lisboa, no apoio às infra-estruturas da própria indústria e na tentativa de integração da classe trabalhadora. O Norte ficou sempre adiado. Daí que se entenda sempre muito mal a

administração pública e que os municípios tenham uma palavra a dizer sobre onde se deve ou não fazer uma casa. O Estado no Norte tem muito menos legitimidade do que no Sul. No Norte sempre se achou que o que era feito lá era feito a pulso por cada um, enquanto no sul havia toda uma rede para esta ginástica que é o processo de desenvolvimento.

«C» — *O Norte sempre foi mais liberal...*

NP — Há uma tradição liberal que faz com que, ao mesmo tempo, o Norte não seja tão reaccionário, tão conservador como se poderia esperar deste sistema. É um facto que o espectro eleitoral está todo ele deslocado, mas é bom não esquecer que o papel desempenhado pelas autarquias comunistas no Sul e à volta de Lisboa é desempenhado pelas autarquias socialistas no Norte. É duvidoso que as autarquias socialistas aí sejam mais à direita que as autarquias comunistas no Sul. Houve menos penetração das estruturas do PCP noutros tempos, o que faz com que a identificação com uma ideologia de esquerda se tenha feito com partidos que, a nível nacional, se consideram menos à esquerda. Mas no Norte houve, depois do 25 de Abril, muitos sintomas daquilo a que hoje chamamos esquerdismo, movimentação de base que, nalguns casos, teve muito menos conflitos com os partidos socialistas nas autarquias (à excepção do Porto) do que tiveram no Sul com a própria APU, ou outras Câmaras.

«C» — *Mas muitos desses movimentos não eram directamente políticos, eram comissões de moradores, o SAAL, etc...*

NP — Mas mesmo aí havia liderança e apoios de partidos extra-parlamentares, muitas vezes até uma liderança individual que, no Norte, é muito bem aceite. Um militante-líder de um determinado partido é muito bem capaz de arrastar as pessoas porque se aprecia muito a liderança pessoal — ao nível político, do comércio, da indústria ou dos clubes.

Um grave problema: a fuga de cérebros

O grave problema na região nortenha é a falta de impacto no meio dos serviços de natureza mais criativa, quer no aspecto económico, quer cultural, universitário, etc...

Penso que se está a acordar nos últimos tempos. As novas universidades ajudam. O dinamismo da Universidade do Porto é um facto com que se tem de contar, mas de uma forma geral houve sempre uma fuga de cérebros para o Sul ou para o estrangeiro. Por isso, sinto a cultura do Norte como mais dependente, mais subsidiária de fluxos exteriores. Há pouca difusão cultural, o que não quer dizer que não haja personalidades singulares muito criativas. É o caso da Arquitectura. Há trinta anos que se reconhece na cultura arquitectónica portuguesa que alguns dos elementos mais criativos estavam no Porto.

Há uma cultura apesar de tudo mais provinciana, que se exhibe menos lá fora, mas onde

aparecem com facilidade personalidades relativamente carismáticas nos vários ramos (Manoel de Oliveira, Agustina Bessa-Luis, Siza Vieira, Eugénio de Andrade...) que se apreciam muito porque nasceram nesta área, embora se conheçam mal as suas obras.

«C» — *E como é que é visto no Norte o conjunto de personalidades políticas que apareceram nestes últimos anos do Porto e que hoje integram o Governo em funções importantes, um Valente de Oliveira, um Eurico de Melo, um Cadilhe? É visto como uma espécie de «cavalo de Tróia» no aparelho de Estado, como um «lobby» potente que traz vantagens para o Norte? Ou é mais um conjunto de indivíduos que, como os da cultura, se destacam na política?*

NP — Há isso e ao mesmo tempo uma grande dificuldade de afirmação de figuras de 40-50 anos de forte liderança na Esquerda, o que é sensível nos vários partidos e nos vários meios...

A ideia difusa é que essas pessoas vão para o Sul ou para fazer o seu brilhante ou para chegar ao seu limite, sem terem marcado a região de origem. Os grupos mais fortes acham que eles podem ser um bom apoio para o Norte, sobretudo os grupos económicos. Nesse sentido, integram o que se pode chamar «lobbies» junto do poder central.

«C» — *Mas aparentemente talvez não acreditem muito nesses «lobbies» — veja-se o caso de Ilídio Pinho — que aposta muito mais no seu «lobby» pessoal...*

NP — Também creio que essas forças do Norte não têm um nível de organização corporativo. São mais uma vez indivíduos com bastantes rivalidades entre eles. Até estão numa fase em que, quando um desses grupos entra numa coisa, os outros não entram. Por isso certas iniciativas no Norte não vão para a frente. Este individualismo marca muito a vida local, a vida política que eu tenho conhecido nas autarquias. Para pôr a funcionar um Estado moderno no Norte há uma resistência suplementar. A própria CCRN tem dificuldades em se implantar, porque se entende mal o papel coordenador do Estado: «nunca fizeram e agora que a gente está a mexer-se vêm-nos dizer como é que podemos fazer as coisas e onde». Como é possível, num meio onde se exalta tanto o individualismo, desde os mais pequenos aos grandes, pôr a funcionar um pré-ordenamento, uma arrumação do território?

O individualismo subcontratado

«C» — *Esta admiração pela iniciativa individual deveria ter dado origem a uma indústria diferente, em que se prezasse também a iniciativa dos trabalhadores, a sua capacidade individual, as suas sugestões, um pouco à japonesa... Mas não foi esse o tipo de indústria que se gerou...*

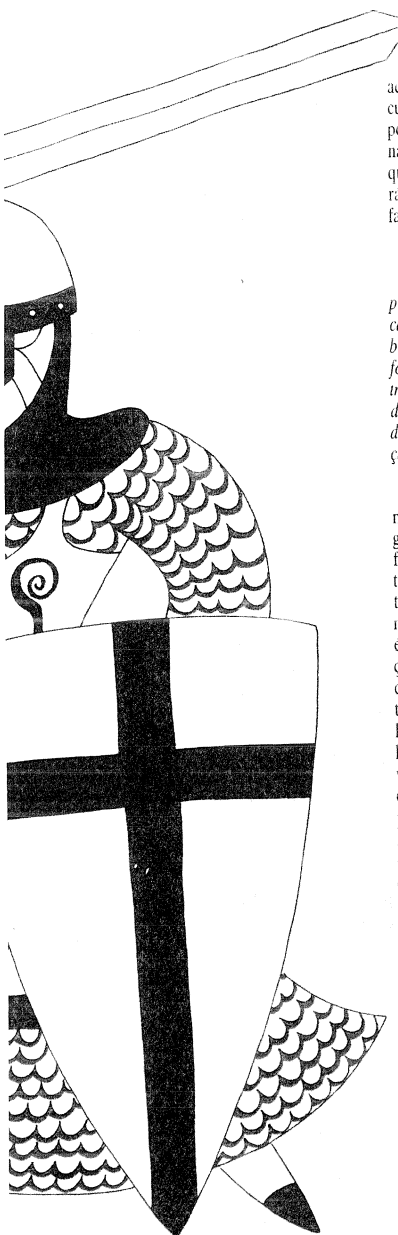
NP — Isso não se passa numa grande empresa, mas nas cento e cinquenta empresas minúsculas que trabalham para uma grande empresa na



ILUSTRAÇÃO 1

confeção, por exemplo. Aí talvez haja não a iniciativa do simples trabalhador mas a iniciativa do operário que se transformou ele próprio em dono de uma pequena empresa de base familiar. O tecido do Norte é um tecido privilegiado de subcontratação. O facto de o têxtil e o calçado, e outras indústrias, serem de mão-de-obra intensiva e exigirem muita habilidade manual, permitiu uma constelação de pequenas empresas que em geral nascem de ex-operários. Provavelmente

DOR COMO SERIA DE ESPERAR



aceitável a uma família, a que se junta uma agricultura de subsistência e o baixo custo dos transportes). Deste modo, tem sido possível funcionar com custos sociais relativamente baixos sem que as pessoas tenham uma situação social miserável, enquanto estes sectores estiverem numa fase ascendente.

Se entrarem em crise, é catastrófico.

«C» - *O têxtil neste momento é uma indústria próspera, apesar de se falar das ameaças do Mercado Único e de se dizer que não se negocia bem. Essa prosperidade assenta em condições fora do comum - de tipos de trabalho como o trabalho infantil, ao domicílio, etc... É uma indústria com pés de barro? Ou é possível essa indústria dar o salto? Há sintomas de modernização?*

NP - Os grandes industriais familiares na sua maioria, já deram o grande salto tecnológico. Naqueles sectores onde esse salto é mais fácil - os que trabalham nas fibras, que fazem os tecidos, pode-se incluir ainda aí o têxtil-lar, a tinturaria - ele tem vindo a dar-se, porque há muito mais contacto com o estrangeiro. Mas ele é mais difícil de se dar, naturalmente, na confecção, que aplica a maioria da mão-de-obra e recorre mais à subcontratação. Portanto, no Ave, tal como a sul do Porto, há uma espécie de dualismo: começa a haver sectores de ponta, naquilo em que a produção capital-intensivo é mais viável imediatamente, e há um sistema de subcontratação que se moderniza relativamente pouco e onde a parte da mão-de-obra é enorme. Aí, sim, funciona em cheio um *dumping* social, como agora se diz na linguagem da CEE. À medida que se deixa de poder viver dos vários salários numa família, como é que pode ser competitiva a produção de produtos acabados no Ave? À medida que se começa a proibir o *dumping* ecológico, há uns que têm que resolver a poluição e outros a questão dos custos sociais. A estrutura territorial, o tipo cultural de família e a alta natalidade tendem a retardar progressos no sector do tal *dumping* social. E não são necessariamente empresas "subterrâneas".

No futuro, aparentemente, pode prever-se uma falta de competitividade, mas esta região, quer ao sul, quer ao norte do Porto, tem mostrado uma grande capacidade de adaptação a novos produtos. Estou a ver aparecer em regiões inesperadas o calçado e o calçado desportivo ou os moldes, por exemplo. Este esquema que aparentemente é muito retrógrado parece ter uma grande flexibilidade para poder ser avançado, se se fizesse um fortíssimo investimento na qualidade da mão-de-obra, o que não é fácil. Mas com os dinheiros do FSE há uma certa receptividade a esta ideia, que se viu na discussão da operação integrada do desenvolvimento do Ave, no qual a talhada mais forte a seguir às infra-estruturas é a da formação profissional. Que isto repousa sobre fenómenos típicos de subdesenvolvimento é inegável. Mas distinguindo isto do facto de o modelo ser territorialmente disperso ou concentrado. Uma coisa é a maneira de este tecido produtivo sobreviver, manter a competitividade, eventualmente recon-

verter-se; outra coisa é pôr em causa o que eu penso que é uma das grandes características de flexibilidade: um tecido disperso, que permite uma boa adaptação ao território, uma grande proximidade da mão-de-obra e integra muito bem as PME's. Permite-se uma certa mistura. Era bom não deitarmos fora a criança com a água do banho. Há de facto uma água do banho para deitar fora, o que vai passar por traumatismos e vai ter um custo alto, até porque não se sabe para onde ir. Há vinte anos havia a Europa para ir, agora há a Europa para vir. Os que vêm estão a construir uma espécie de rede comercial, mais do que industrial. Há um certo retorno a uma agricultura, mas começa-se em geral pelo supermercado, também ele no tecido disperso, na aldeia de origem, etc. Ou então estão a pagar um imobiliário muito caro sem fazer contas à rentabilidade e sem resolver problemas de alojamento.

A terceiro-mundização

«C» - *Pode-se dizer que os emigrantes não criam muitos postos de trabalho, mas também não tiram muitos postos de trabalho.*

NP - Isso os que vêm. Em relação aos que vão, percebeu-se pelas estatísticas dos últimos tempos que as áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto tiveram índices de crescimento terceiro mundistas, ao nível de 2-3% ao ano, o que significa que, depois da grande hemorragia da emigração, há uma terciomundização de Lisboa e mesmo do Porto, superior à capacidade de criação de empregos, típico das cidades do Terceiro Mundo e sem resposta habitacional que não seja a ilegal.

«C» - *E nota-se alguma tendência de o trabalhador industrial cada vez mais se desligar da terra?*

NP - Se formos à estatística, a percentagem de pluri-actividade, de trabalhadores recenseados simultaneamente em actividade industrial e agrícola é mínima. Só que essa não é a realidade. Existem muitos trabalhadores na indústria ou no comércio que têm uma pequena indústria de subsistência. Por outro lado, sobretudo com a influência dos vinhos e também das carnes, há uma agricultura de ponta no meio da confusão destas áreas urbanizadas. Aparentemente tudo é desordem, mas alguns industriais do Norte hoje têm explorações agrícolas consideradas modernas e avançadas.

«C» - *A verdade é que isso tem influência no nível de salários. Por isso aceitam salários mais baixos...*

NP - Obviamente. Mas como, por outro lado, a agricultura de tipo capitalista não consegue preços competitivos, apesar de ter também salários baixos, de certo modo este sistema é complementar do outro.

«C» - *E é também uma almofada no plano reivindicativo.*

NP - Exacto. Grande parte desta mão-de-obra não está enquadrada nos sindicatos, pois pertence a empresas com menos de 50 trabalhadores. O que não quer dizer que não vote à esquerda, considerando eu aqui que votar à esquerda é votar socialista.

Nalguns casos, há mesmo uma consciência ideológica. Por exemplo, em Matosinhos, a votação não é facilmente alterável, nem está ligada só a um presidente carismático. Antes desse presidente carismático ter aparecido já era assim. Em Braga, onde há normalmente uma votação socialista, o tecido é mais ortodoxo que o que referi anteriormente - a indústria está mais concentrada nos arredores da cidade e é uma cidade de serviços - por isso tem que ser estudada com uma lógica diferente desta de que estamos a falar.

O novo-riquismo

«C» - *Em Lisboa há muito a sensação de que os endinheirados do Norte, a sociedade da Foz, dos Lamborghinis, os empresários, são uns exibicionistas. Isto corresponde à realidade?*

NP - Julgo que é de há muitos anos, do tempo da formação destas regiões e dos emigrantes que tiveram êxito, que nesta região se aceita muito bem que o ganhador se mostre duplamente, fazendo umas coisas pela terra e fazendo umas coisas por ele e para ele próprio. A tradição da casa espumante está perfeitamente em dia. O que eram antes as casas exóticas dos comandadores do Brasil ou dos grandes industriais, podem ser agora projectos de Siza Vieira, porque eles dizem uns aos outros «esse agora é o que está a dar». E estas casas podem atingir preços fabulosos, o de uma Faculdade de Arquitectura, ou de Matemáticas de uma Universidade Nova, 300 ou 400 mil contos com recheio, ar condicionado, obras de arte, piscina interior, climatizada, casa-cofre forte, materiais e decoradores importados, móveis que se vão buscar a Milão... Há de facto uma ostentação sobretudo naqueles que adquiriram riqueza recente. Isto é considerado um investimento como no Sul são os iates, as «villas» no Algarve em Vila Lara. O que acontece é que alguns destes homens têm aquela casa e também têm a da Vila Lara e alguma no estrangeiro. Só que, no Norte, isso talvez seja mais visível porque são em maior número. O que é estranho é que isto não é mal visto por aqueles que não enriquecem, enquanto no sul é visto com raiva. No norte pensa-se «eu à minha escala também estou a fazer o mesmo». E aqui, sim, há um misto das velhas relações paternalistas com a nova ideologia liberal difusa, uma ideologia um pouco à americana, de que o sucesso pode chegar a todos e que faz criar mecanismos de imitação em vez de rejeição. Há um investimento na representação. E às vezes faz impressão: como é que se chora tanto ao patrão-Estado para dar qualquer coisinha do PEDIP e se gasta mais numa casa pessoal do que aquilo que se está à espera que o Estado ou a CEE dêem para modernizar a empresa!

EDRO AMARAL

te para muitos dos trabalhadores há uma esperança de virem a ser empresários. Isso não acontece num trabalhador da siderurgia. Mas pode acontecer num trabalho numa têxtil. Ele pode não ser criativo ao nível dos modelos, mas realizam-se ao nível de gerir e ganhar dinheiro. Há uma esperança de satisfação, o que não significa que a maioria tenha estas chances.

Como tudo isto se apoia numa estrutura familiar alargada (vários salários baixos dão um nível

MÁSCARAS

JOÃO MARTINS PEREIRA

Como o Entrudo, também os anos de brasa, de festa e muita ilusão, nunca duram muito. São sempre o fim ou o princípio de qualquer coisa, de qualquer ordem, já se sabe. Os nossos não foram excepção.

Os novos cônsules, que medraram pelo meio da fogueira e pouco se chamuscaram, têm-se obcecado em apagar nos seus súbditos as últimas incandescências de uma memória de desastrosas "folias". Atirar a memória muito mais para trás, para os tempos heróicos da descoberta, ou apenas um pouco mais, para os do quase canonizado poeta dos heterónimos, e daí saltar para a vertigem de um futuro europeu, cujas sementes longínquas nós teríamos lançado – eis o programa fundamental em que, por uma vez, homens da cultura e tecnocratas se dariam os braços, olhos em alvo como nas estátuas dos anos da nossa infância. Que o propósito não está a ser mal sucedido, parece mostrá-lo o pulular de novos (ou reconvertidos) intelectuais de direita moderna e pós-moderna, para quem a cultura dos negócios e os negócios da cultura vão de vento em popa.

Mas os grandes ardores dos povos não se pagam apenas com comemorações. Sem sentirem na pele os efeitos dos erros cometidos, não se corrigem. E só assim, também, aprenderão a apreciar as comedidas abundâncias que se seguirão aos tempos de sacrifício. A sua pacífica disposição para a ele se submeterem ser-lhes-á mesmo um dia elogiada, como se voluntariamente tivesse sido. É proverbial a generosidade dos grandes educadores perante um castigo cumprido sem revolta, pelos povos e pelas crianças. Pelos que julgam indefesos.

E assim tem sido, nestes anos de Cinzas – de cinza. Serenado o povo (que me fará isto lembrar?), extinta quanto baste a sua buliçosa natureza, todos os triunfos lhe são prometidos para o próximo milénio, já que de suspeito só restará agora qualquer indecifrável "brilhozinho nos olhos", de que fala outro poeta menos canonizável. E espera-se que até esse, sabe Deus se chispa de adiados incêndios, venha a desaparecer quando for de uso corrente a máscara anti-polluição, conquista provável do cidadão comum dentro de alguns decénios.

Entretanto, as máscaras são outras, umas que morosamente se têm vindo a despir ao longo desta 4.ª-feira longa de 15 anos, outras que se vão continuando a exibir, vindas dessa Europa a cuja tristonha festa, sem surpresas nem libertinagens, nos querem ordeiramente conduzir. Mas, é o destino das máscaras, também estas vão caindo aos nossos desajeitados folhodes. E



percebe-se então que a ordem só existe nas palavras (de ordem) e que estas são as máscaras da desordem.

Veja-se o Cadilhe, o guardião da suprema ordem, a das finanças, austero templo do rigor a que tudo nesta sociedade se deveria submeter. Na sua imparável escalada para o topo (não são as Amoreiras o topo do mundo?), por onde parará já a sua máscara de menino bem-comportado? Se o rigor era a "palavra de ordem" para o cidadão comum, para ele, pelos vistos, outra se lhe sobrepunha: "mais assoalhadas, e maiores, e mais altas, e... menos siza!" Admitamos que tudo "muito em ordem", mas já sem máscara. Quem ainda levará a sério este descomposto arlequim?

E a ordem das ondas? Desde os tempos do Sr. Balsemão, tudo o que é gente importante reclama, alto e bom som, a "libertação da sociedade civil" face ao poder do Estado: querem-se iniciativas, desregulamentação, restituição ao "privado" de tudo o que esteja a mais nesse Estado "branco nos negócios", segundo o Cadilhe de "antes das Amoreiras". Era afinal outra máscara. Os cidadãos multiplicaram-se em iniciativas, ocuparam as ondas radiofónicas por esse país fora, acotovelaram-se na competição com as rádios do Estado e da Igreja. Que melhor resposta da "sociedade civil"? Nada disso. Não era essa a "ordem" que se pretendia: por detrás da máscara "emancipadora", o que o Estado visava era escolher os seus "eleitos", era ter rádios "li-

vres" que ajudassem a ganhar eleições, era decidir quais os grupos que irão controlar a informação – coisa demasiado séria para ficar em mãos desconhecidas, ou suspeitas. Claro que suspeitos são os critérios, são as comissões, os juris, é tudo – e já se está a ver – mas eles dizem que é agora que as ondas "vão entrar na ordem". Não a da "sociedade civil": a dos negócios, a dos votos, sem máscara.

E o Cavaco, que andou há dias pelo Alentejo a proclamar que "enquanto for Primeiro-Ministro, ninguém vira de fora determinar a política do nosso país, como nos tempos em que o FMI se instalava em Portugal"? Em terra hostil, nada melhor do que pôr a máscara da "independência nacional", que foi rosto de outras gentes, noutros tempos, ainda as Cinzas não haviam chegado. Ele, o fiel aliado dos americanos (de quem até copiou a sigla do famigerado IRS!), o admirador da Thatcher (que lhe inspirou a brilhante ideia do "capitalismo popular"), o submisso colégio dos professores de Bruxelas (que lhe asseguram a mesada e lhe elogiam os trabalhos de casa)! Ele, o infalível planificador, que atinge os objectivos quando a "conjuntura internacional" ajuda e não atinge no caso inverso, o esfomeado de investimento estrangeiro, de tecnologias americanas! Claro que uma reviravolta na dita conjuntura, um apertar de cinto por essa Europa, uma subida em flecha dos preços do petróleo – e aí o teremos de um dia para o outro a bater à porta do FMI ou seja de quem for, ou a raspar-se a tempo, como em 1980. E lá se vai a máscara de vez, se é que alguém ainda acredita nela.

Depois, há a máscara do "homem da cultura" do Sr. Presidente. Lá o vimos agora, a encerrar as suas pomposas conferências do "Balanço do Século", ele que tanto detestava as "gentes da cultura"... quando elas andavam a namorar o Eanes. Ele, para quem, como se sabe, o conceito de cultura passa por **saber-se** que compra imensos livros, que **fala** com pintores e escritores, que **frequenta** exposições, que se **deixa fotografar** com filósofos e cientistas de nome... Acho mesmo que o que mais o arrepiava no Constâncio (e no Sampaio?) era o seu lado intelectual. Por isso não o arrepiou o Cavaco.

Mas há muitas mais, máscaras de Cinzas, as únicas verdadeiramente traçoceiras. É que, no Carnaval, as máscaras reconhecem-se, são parte da festa, apenas escondem os rostos. Nas Cinzas, são um disfarce das ideias. No Carnaval, compram-se nas tabacarias ou alugam-se nos guarda-roupas do Parque Mayer. Nas Cinzas, têm de se pagar a especialistas da "imagem", a estratégias da palavra, a cozinheiros de "papas e bolos", vulgo assessores.

SOM, RUÍDO, SILÊNCIO

JOÃO MARTINS PEREIRA

f á b r i c a

Uma fábrica difere de uma repartição em mil coisas, mas sobretudo nesta: enquanto numa repartição as pessoas se dizem e se mostram "assoberbadas", numa fábrica estão ocupadas. É para isso que lhes pagam um salário. Falar, só as máquinas, "seres" exigentes que impõem os ritmos e as pausas, "seres" caprichosos que avariam quando menos se espera, e perigosos, se não se tiver os sentidos sempre alerta. As máquinas não se pede silêncio: quando falta o ruído de uma máquina, o operário experiente sabe-o antes de entrar na oficina, o som que de lá vem é diferente, algo "não está bem". Ruídos estridentes, ou surdos, periódicos ou continuados, ou desesperantemente repetitivos, cada fábrica "fala" da sua maneira. Mas não os homens. Que a fábrica sempre foi, no essencial, um mundo de homens. E é desse mundo que aqui falo, eu, à secretária.

Com quem pode falar o operário que trabalha oito horas (ou mais) com uma máquina, ou que tem de estar atento aos instrumentos que indicam o que se vai passando dentro de um aparelho onde misteriosos processos químicos se desenrolam? Ou o que conduz, lá em cima, uma ponte rolante? Ou o que infundavelmente tem de ir alimentando um forno, ou regulando os

queimadores para manter certa uma temperatura ou esbranquiçados fumos? Ou o que abre de tanto em tanto tempo uma tremonha, ou conduz de um lado para o outro, em constante vaivém, uma vagoneta?

Há, é claro, os trabalhos de equipa: numa montagem, um martela aqui, outro solda acolá, outro aparafusa mais adiante, outro ainda lima, ou corta, ou ajusta. Mas cada um tem a sua tarefa, e o tempo programado é sempre curto. Não dá para conversas - até porque quem fala, uma vez mais, é o martelo, o maçarico, a serra ou a broca. Não está escrito em lado nenhum que não se pode falar enquanto se trabalha, nem é preciso. É a própria organização do trabalho, e o ruído, que a isso obrigam. Os homens, quando falam, não falam, berram, e é das máquinas, das ferramentas, dos materiais, dos instrumentos que falam - que berram.

Depois, há os turnos da noite. A azáfama é menor, mas aí, então, não está nem mais um homem do que o necessário: nem sequer aparece o tipo da conservação, ou o do laboratório, ou mesmo o engenheiro, que sempre vão dizendo uma graçola quando passam ou comentam de raspão o resultado do futebol. E não é só isso: uma fábrica, de noite, tem qualquer coisa de um templo, é um mundo irreal, o pouco que se diz, quando se pode, é quase em surdina, como se

fosse no sonho, que, a essa hora, se devia estar a sonhar. Acho que é nessas vigílias que os homens removem os seus problemas, pensam na vida, falam consigo próprios, nos tempos mortos que às vezes há.

Até mesmo comer, muitos comem solitários, no seu isolado posto de trabalho. Para os que fazem turnos, quase sempre se construiu uma barraca ou um compartimento onde, meio à pressa, se vai esvaziar a marmita com a mulher preparou. Aí, nessa ilhota encarrapitada entre dois pilares, no canto da oficina, onde o ruído da fábrica já chega difuso, enfim se pode quebrar o silêncio e iniciar as conversas que se continuarão, terminado o trabalho, no balneário, e talvez depois, a caminho de casa. E há os do horário geral, os que têm hora de almoço e vão ao refeitório, ou se espalham pela cerca da fábrica em pequenos grupos, às vezes despachando a razão para ainda dar uns pontapés na bola, ali mesmo. Também estes, para poder falar à vontade, tiveram que esperar pelo silêncio da fábrica.

Só, verdadeiramente, uma greve se pode dizer que *cala* a fábrica, e isso chegaria para meter respeito. Então, os homens falam, mais forte que todas as máquinas: estão ali para lembrar que, haja o ruído que houver, são *eles* que produzem. As máquinas sozinhas são apenas - silêncio.

m ú s i c a

O musical não se desembaraça facilmente do sonoro, porque a escuta interior, e logo silenciosa, supõe a pré-existência do sonoro; é necessário que ele tenha estado presente mesmo se, na experiência em questão, não é efectivado.

Talvez não seja legítimo então considerar o silêncio como a condição do som. O dado de partida parece ser sempre um misto de silêncio e de sons, porque, onde encontrar o silêncio absoluto? No deserto argelino, ou na solidão gelada do Ártico antes da aparição dos automóveis e dos barcos a motor? Diz-se que o homem encerrado numa câmara anecoide, ao fim de alguns instantes ouve com grande nitidez esse ritmo primordial que é o batimento do seu coração. Aquilo que cremos ser o silêncio é, na realidade, um ruído.

Sem dúvida, Cage apercebeu-se disso, visto que declara: "Graças ao silêncio, os ruídos entraram definitivamente na minha música". As experiências permitem "que o silêncio de uma partida de xadrez apareça como aquilo que realmente é: um silêncio pleno de ruídos". Sabemos também o que significa a sua obra 4' 33" (1954), durante a qual o pianista, por várias vezes, aproxima e retira as suas mãos do teclado, sem nunca tocar uma única nota, o que leva o auditor a tomar atenção aos ruídos da sala. Quer a lenda que, aquando da estreia mundial de 4' 33", a janela aberta tenha deixado entrar o canto dos pássaros da floresta vizinha...

Portanto, existem pelo menos dois tipos de silêncios, o silêncio fora da música e o silêncio na música e, neste segundo grupo, três categorias: o silêncio considerado como obra musical, em que se convida o auditor a escutar os sons que ele contém, os silêncios da expectativa da música clássica, e os silêncios considerados como valor em si na música moderna. Porquê estas duas últimas distinções? O silêncio que se segue à exposição do primeiro tema na terceira sonata para piano de Beethoven não é um silêncio que se escute por ele próprio, mas sim um silêncio pleno da expectativa do segundo tema; sabemos, evidentemente, que a obra não terminou, e por pouco que tenhamos ouvido outras sonatas, ou por pouco que conheçamos a sua forma, sabemos que se vai seguir um segundo tema de carácter diferente.

Com Debussy, o silêncio parece assumir um novo valor: "Servi-me - escreve a Chausson em 2 de Outubro de 1893 - de um meio que me parece bastante raro; ou seja (não se ria) do silêncio como agente de expressão, e talvez como maneira de fazer valer a expressão de uma frase". Esses silêncios escutam-os porque, no interior da obra, tornam-se o fundo necessário sobre o qual o acontecimento sonoro se destaca. Mais tarde, Boulez verá na música, seguindo o exemplo de Webern, "um contraponto de som e silêncio."

Desde a abolição das cadências tonais, a obra cessa quando compreendemos que ela terminou.

ou seja, em princípio, quando já não há som. No entanto, Ligeti conseguiu terminar as suas *Nouvelles aventures* (1963-65) com um silêncio diferente daquele que, em qualquer concerto clássico, separa por um breve instante a última nota dos primeiros aplausos: um silêncio que é parte integrante da obra. O maestro mantém a batuta levantada, como se ainda houvesse som para se ouvir, o público escuta esse silêncio e depois ele baixa o braço. A audiência guia-se por um índice não sonoro, mas seguramente musical, que lhe diz ou que lhe faz crer que a obra não acabou.

Este último exemplo vem confirmar todos os outros: pertencem à música, silêncio, sons ou ruídos que os hábitos culturais e convenções tácticas nos fazem considerar como seus. Manevau escreveu: "Chamamos *objecto musical* a todo o *objecto sonoro* integrado numa construção sonora querida pelo homem, mesmo se essa vontade se limita ao acto da audição."

Definição interessante, porque sublinha que o facto musical não resulta somente de uma *intenção criativa* ("faço música"), mas também de uma *atitude de escuta* ("decido que o que ouço é musical"). Por outras palavras, Molino diz, bastante a propósito: "O musical é o sonoro construído e reconhecido por uma cultura."

(Extraído de "Som/Ruído" de Jean-Jacques Nattiez, publicado na Enciclopédia Einaudi)

diálogos

À MESA DO CAFÉ - 1

- E ele, o que é que ele respondeu?
- Nada.
- Mesmo nada.
- Contou histórias da vida dele.

À MESA DO CAFÉ - 2

- E porque é que nunca lhe disseste?
- Porque tenho medo.
- Dele?
- Não, de o perder.

À MESA DO CAFÉ - 3

- Não ouço nada, fala mais alto.
- Não estou a dizer nada.
- Pareceu-me.
- Porque é que não dizes nada? Morreste?

PASSA
PALAVRA

TROCAS

É raro, actualmente, ir às cercanias do centro da capital, como Santos, Amoreiras, Benfica, etc. Ao centro, centro, quase nunca vou. Julgo ser essa a razão por que os meus olhos nunca pousaram num mensário chamado COMBATE.

Ontem tive essa sorte porque comprei um exemplar do n.º 115 e a leitura das suas páginas interessou-me.

Sucedeu que no editorial li uma afirmação que me espantou e uma troca de nomes que me fez sorrir.

Vamos à primeira. Aspo: "... Romain Rolland acrescentou, tal como Aragon, alguns versos à glória do Grande Pai dos Povos". O que me espanta é que possuo uma quantidade razoável de livros de R.R., eu ainda sou um fan deste escritor, nunca dei que ele escrevesse poesia. Assim muito lhe agradeço o obséquio de me indicar onde encontrarei poesia de R.R. Mando sobrescrito com selo.

A troca de nomes é, sem dúvida, a de terem escrito o nome do brincalhão do Roque Lino por o de Raul Lino. Aquele é formado em direito, como vulgarmente se diz; este é que era arquitecto.

Finalmente aproveito a ocasião para me informarem do endereço da Sr.ª Dr.ª Eduarda Dionísio, pois em tempos dirigiu uma revista chamada "Crítica". E que tenho os números que vão de 1 a 9 menos o 7. Ainda mo poderão arranjar?

Sairam mais números? Posso obtê-los?

AD (Lisboa)

* * *

O LUGAR DE NASCIMENTO

Arsélio Martins.

Ao ler o seu artigo no "Combate", não resisti à tentação de lhe escrever.

Gostei imenso do que li. Pessoalmente, em relação a si, e à situação geográfica em que nasci, estou um pouco pior, uma vez que ainda nasci mais a sul.

em Lisboa, ali na Av. de Berna. Adoro a minha cidade, alguma parte da cidade, bem entendido.

E quando há discussões acérrimas cá em casa, entre amigos, dizendo que já é mau ter nascido a sul do rio Douro, péssimo ter nascido no Sul e pior ainda ter nascido em Lisboa, fico contente por poder dizer que vivo a sul de Lisboa, e que gosto muito da malta toda deste rectângulo, quando não há razões para não gostar.

JF (Sintra)

JUVENTUDE

A LIÇÃO DO SR. MINISTRO

A todos aqueles jovens que encontraram, entraram e tiveram acesso à biblioteca, às informações, às listas de bolsas de empregos e ainda desfrutaram da amabilidade dos senhores e senhoras que os atenderam e ainda usufruíram do espaço de convívio e leitura que lhes foi posto à disposição por Sua Excelência o Ministro Adjunto e da Juventude, António Fernando Couto dos Santos, no respectivo Centro de Informação, sito na Avenida Duque d'Ávila - a todos aqueles jovens e eventuais outros a quem interesse, deve-lhes, decerto, ter escapado (na indubitável abundância de fichas, fontes, terminais de vídeo, livros e panfletos) uma brochura intitulada "Desafios da Democracia", editada pelo Gabinete do Ministro da Juventude.

A dita brochura, de capa preta brilhante (não é à toa que se diz "escrever preto no branco") onde desponta um "Desafios da Democracia" em grossas letras quadradas feitas de tijolos (como convém a uma democracia consolidada), contém o não menos consolidado e magudo discurso do Ministro Adjunto e da Juventude proferido no encerramento do Seminário homónimo no Centro Europeu de Juventude em Estrasburgo, a 19 de Dezembro de 1987.

Ao discurso segue-se um relatório final e no fim (últimas três páginas), em anexo, a "Apreciação das organizações

políticas da juventude membros do grupo preparatório".

É claro que, por ordem e por número de páginas, o mais importante, senão mesmo imprescindível para haver tais brochuras, é o discurso do ministro. Sintético, directo, cheio de didáctica, salpicos de história e de doutrinas políticas para a primeira infância e adolescência, cheio de definições e contra-definições, o discurso mostra bem a juventude que o Ministro quer, que vai querer para o futuro e bem da Nação.

Bem comportadamente, a juventude deve entender que "a Europa teve - e tem - um papel fundamental na construção da Democracia", que sim, que houve lutas, que houve movimentos sociais "que pressionaram os diferentes poderes tendo em vista a sua modificação" (e quem estava nessas lutas, Soutor? E quem eram esses dos movimentos sociais, Soutor? - pergunta aquele aluno chato que não sabe de nada), mas (há sempre um mas) "se a movimentação de grandes massas populares (que é isso, Soutor? Populares?!), foi determinante, não podemos, contudo deixar de realçar o papel do indivíduo, ou melhor, do cidadão, nesse processo de transformação". (Pronto, bem me parecia. Uma privatizaçãozinha já cá faltava).

E segue: "A liberdade de iniciativa, o fomento da criatividade individual, a criação do mercado como elemento regulador da economia (eu sempre

disse que aquele empresário lá de casa era um grande artista!), são algumas das características mais marcantes do modelo de sociedade que fomos construindo (quem, quem?), em contraposição com outras fórmulas assentes em filosofias políticas que se arvoram de revolucionárias (Essas coitadinhas...), mas que nunca deixaram o espaço necessário para o cidadão se movimentar".

"Foi deste modo que a trilogia Liberdade - Solidariedade - Fraternidade, inspirada em valores que tinham despertado durante a primeira Revolução Liberal, se assumiu como pilar fundamental da moderna sociedade europeia" - diz o Senhor Ministro.

(Cotovelada ao colega: então não era Liberdade-Igualdade-Fraternidade? Quê? A inspiração não chegou para as outras duas? E a revolução afinal era francesa ou liberal? E porque não ficou igualdade em vez da solidariedade? Isto de não estudar tem os seus quês, depois chega-se à aula e não se percebe nada...).

Esta é apenas uma entre tantas lições de história, de comportamento, de cultura geral, que o Sr. Ministro dá no seu discurso. Lições onde despontam frases como: (...) "a decisão política é cada vez mais um acto cultural, já que, nas derradeiras instâncias da acção governativa, é a consciência política e a base cultural dos gover-

nantes que deve prevalecer". Ou a originalíssima: "As boas ideias não são, regra geral, suficientes para fazer uma boa política".

Não faltam avisos aos marreantes contra os "fantasmas" de 68 de que as organizações de juventude se devem libertar, contra a tendência para movimentos de ruptura "que acabam até por pôr sempre em causa a Democracia" e que por isso são considerados mais perigosos do que a "passividade", também ela desaconselhável.

Por fim, o ministro ainda fornece um INDEX sumário de alguns dos mais importantes bloqueios ao exercício da Democracia, constituídos por um conjunto de atitudes e comportamentos que põem em causa o sistema, a saber: 1.º, Terrorismo (porque não há razão de-

mocrática que o explique); 2.º, Manipulação da informação; 3.º, Múltiplas estruturas de participação (porque é dispersivo); 4.º, Burocracia do Estado ("porque cria a convicção no cidadão de que as instituições e a Democracia não funcionam" quando elas na realidade funcionam...).

Resta dizer e escrever, para que conste da próxima edição deste preciosíssimo "pequeno livro da ensinância de ser agradável a todo o ministro" (talvez na última página ou na contracapa): Obrigado, senhor Ministro! Sem o senhor, não saberia o que haveria de fazer à vida, nem às dúvidas, nem à História, nem à Democracia...

E não encontraria Emprego...

a. b.

AUTONOMIAS

LUTA SEM QUARTEL

Foi a que, anos a fio, travaram as Universidades portuguesas para conquistar uma coisa a que se chamava "autonomia", e em que cabiam desde as mais legítimas liberdades até às prerrogativas de um feudo.

Pois bem, agora que as julgá-vamos senhoras do seu nariz, prontas a gerir melhor o seu (nosso) dinheiro, a elevar o nível do ensino, a contratar gente de qualidade, a "arejar" os corredores e as cabeças, o que vemos: uma faculdade lisboeta, a do Sr. Adriano Moreira, não acha nada melhor do que convidar para o júri de doutoramento... um militar. É certo que o doutoramento se preocupava com a sensível questão da "voz de um país pequeno" face às grandes potências e que postulava, é claro, dever ser necessariamente maior a voz do que o tamanho, no caso português, por razões geopolíticas - e isto é coisa que muito toca os mili-

tares, pois estas teses acabam sempre por dar alguma força aos que advogam o aumento das despesas militares.

Mas imagino, dada a presença do militar, que o candidato a doutor não se terá interrogado sobre as razões profundas que geram a dependência de um pequeno país e o "atrelam" às tais grandes potências, que por isso se "estão nas tintas" para a sua voz - e se, por razões estratégicas, dela precisam, resolvem o problema com uma disfarçada ocupação (viu-se durante a 2.ª Guerra com os Açores e, mais próximo de nós, pediram licença os Estados Unidos para se servir das Lages para a ponte aérea para Israel? E pediram licença a alguém para manter, ainda hoje, uma base militar encravada em Cuba?).

Bom, mas voltando ao princípio, parece que à luta sem quartel sucede agora a luta... com quartel.

j. m. p.

O TEMPO MUDOU.
O COMBATE É O MESMO.

(assinatura anual, 1000\$00. Cheques ou vales postais a "Combate", Rua da Palma, 268 — 1100 LISBOA).

NOME _____ TELEF. _____
MORADA _____
CÓDIGO POSTAL _____

ESQUERDA

Grande acento posto nos "direitos do homem" e no papel que teve a Esquerda na sua universalização; convergência num assumir de erros, mas também nos contributos das "várias tendências de esquerda", convergência ainda na análise do momento que atravessamos, "exaltante desafio à nossa geração", colocando problemas novos, e exigindo soluções que "só a Esquerda pode apresentar"; reconhecimento da crise das organizações político-partidárias e da necessidade de um diálogo sem "tentativas homogenizantes", e bem assim de novas formas, mais flexíveis, de enquadramento de movimentos sociais novos. Enfim, uma perspectiva predominantemente "institucional" dos problemas da Esquerda. Ou não fossem os nossos convidados figuras bem conhecidas da chamada Esquerda institucional. José Luís Judas, da CGTP e João Cravinho, do Partido Socialista.

CONDUZIDA POR
JOÃO MARTINS PEREIRA

COMBATE — *Comecemos pelo princípio. O que é a Esquerda hoje, em Portugal? Em que medida terá, como se ouve por vezes, a Esquerda "perdido" alguns dos seus valores fundamentais, que teriam sido apropriados por uma Direita dita "moderna" e "rejuvenescida"?*

J. CRAVINHO — Eu não posso aceitar essa tese de apropriação, por duas razões. Nas posições de Esquerda, há ideias emblemáticas, há bandeiras e há, é claro, conteúdos. Tais bandeiras têm, em geral, uma expressão muito simples, são bastante abstractas, e têm uma vigência muito longa, vêm de séculos atrás. Quando se vê a direita falar de liberdade, como se fosse coisa sua, por oposição às bandeiras e conteúdos da Esquerda, as pessoas esquecem que isso, muitas vezes, representa um grande triunfo da Esquerda. É que uma parte do conceito de liberdade passou simplesmente a ser universal. Por outro lado, debaixo da mesma bandeira, há sempre problemas novos, sobretudo no nosso tempo. Isto é, a Direita assume, apenas em parte, valores por que a Esquerda sempre se bateu, mas repudia os conteúdos novos da liberdade que são as novas grandes frentes de batalha da Esquerda. É a Esquerda hoje uma nostalgia, uma teimosia, etc. (ver tópicos para o debate)? Não. A Esquerda hoje pode ser bastante diferente da Esquerda de ontem: em épocas de charneira, de mutação, como a nossa, nascem novos problemas, que originam um aprofundamento e novas dimensões da noção de Esquerda. Daí que não tenha perdido qualquer sentido a distinção Esquerda/Direita. Continuo a estar de acordo com os que dizem que quem nega essa distinção é necessariamente de Direita...

J. L. JUDAS — Também acho que não devemos ter tais preocupações ou preconceitos de se estar a dar ou não o mesmo sentido à liberdade ou à democracia à Direita ou à Esquerda. É que a Esquerda, tal como é hoje, transporta consigo todas as aquisições que a humanidade foi fazendo, e nem sequer julgo que seja desagradável para a Esquerda assumir que, também ela, retomou, em determinada fase valores que já estavam, de algum modo, instituídos, valores da burguesia, digamos assim. E isso é a questão de fundo.

"C" — *Poder-se-ia dizer, esquematicamente, que estão na Esquerda as liberdades concretas, os direitos sociais, e na Direita, no essencial, a liberdade de iniciativa privada, de fazer negócios, etc.? Não será dessa, sobretudo, que a Direita se reclama?*

J. L. J. — A Direita está como que a fazer um regresso às origens. Sobretudo desde que apareceu a "crise", a mutação tecnológica, há que reconhecer que, por razões concretas — porque tinha o poder, o acesso à informação — a Direita se apercebeu melhor do que se ia passar, e por isso se passou a reclamar de valores e de nomes, que em boa parte foi buscar às teorias do passado, como é o caso do liberalismo económico. E foi esse conhecimento das tendências da evolução tecnológica que lhe permitiu avançar no sentido que objectivamente as forças produtivas apontavam. A Esquerda, pelo seu lado, manteve-se desfasada, em geral (com excepção talvez nos países nórdicos), dessa evolução, da evolução das sociedades, porque estava na oposição e não tinha conhecimento profundo das mutações em curso. Recorde-se como o Partido Socialista francês, quando chegou ao poder, tinha um programa de tal modo inadequado às condições da sociedade, que veio a ter que o abandonar pouco tempo depois. A Direita, portanto, limitou-se a assumir os seus valores antigos, e não os valores da Esquerda: o liberalismo, a concorrência desenfreada, as não-preocupações de natureza social — ainda que utilizando expressões que, não sendo tradicionalmente suas, já estavam adquiridas universalmente. Sobre liberdade e democracia, a Esquerda continua a ter conceitos muito mais profundos: democracia participada, social, cultural, etc. Se a Esquerda manteve, arreadamente, conceitos e soluções, por exemplo relativamente ao desenvolvimento económico, desajustados do que era necessário é porque perdeu (em concreto nos países socialistas nos anos 60 e 70) ou não chegou a ter, nos países em que era insuficiente o acesso à informação, à cultura e à ciência, a perspectiva actualizada sobre o evoluir da sociedade, e esse foi objectivamente o grande drama da Esquerda. Daí resultaram os problemas ideológicos, não o contrário.

O problema dos Direitos do Homem

"C" — *E a ideia de "progresso", que sempre foi uma das bandeiras da Esquerda? E a questão do "poder"? Falou-se no caso da França, mas pode generalizar-se: estará a Esquerda condenada a gerir o sistema capitalista, a governar contra os seus princípios nas fases de crise e "entregar" depois de novo o poder à Direita?*

J. C. — A questão do progresso tem algo que ver também com um regresso às origens, da Esquerda, desta vez. A Esquerda evoluiu no seu modo de pensar a sociedade, a partir dos direitos elementares do homem, depois aprofundou

O QUE É? QUEM É?

ENTREVISTA COM

JOÃO CRAVINHO e JOSÉ LUÍS JUDAS

esses princípios e acabou por se concentrar nas instituições, no seu funcionamento, nas interdependências sociais, etc., sem repor em questão a base inicial dos direitos do homem tal como tinham sido formulados. Hoje estamos a compreender que há que voltar aos problemas dos direitos do homem, direitos e deveres, que sempre se correspondem. Há que repensar a individualidade, por meio de que direitos se garante a sua expressão. E é aí que entronca a noção de progresso. Enquanto a noção corrente partia de uma invariante de direitos do homem, e tinha um carácter fundamentalmente material e instrumental, e é esse o conceito que mantém a Direita, a Esquerda pode e deve levantar o lado moral e social do problema. Há que questionar a própria unidade elementar de avaliação que é o indivíduo. A noção de progresso, hoje, para a esquerda, não pode já assentar na ideia de que a natureza humana é aperfeiçoável por força do controlo do jogo social. Há que ter uma percepção muito mais fina da própria natureza humana, até porque aumentou espantosamente a possibilidade de escolher. Os direitos humanos, que antes se podiam tipificar, hoje adquiriram uma diversidade explosiva.

"C" — *Ponhamos o problema de outra maneira. Se antes, para a Esquerda, o progresso significava mais educação, e mais indústria, e mais proletariado e tudo isto convergia num potencial tremendo de transformação, a ideia de que o progresso hoje pode ser causa de desemprego dramático e até de uma profunda alteração na própria composição do proletariado, poderá levar a Esquerda a temer o progresso?*

J. L. J. — Vejamos. Penso que não devemos ser masoquistas. De facto, não é nenhum drama reconhecer que a Esquerda cometeu erros e perdeu posições, ou estaremos a colocar-nos numa concepção anti-dialéctica do nosso papel, como se nós, só porque "somos" a Esquerda, estivéssemos isentos de falhas, de crises, etc. Houve incapacidade de perceber as evoluções em curso. E foi a mutação tecnológica e científica que alterou em concreto, a economia, o seu funcionamento, que impulsionou a internacionalização das economias. Os parâmetros da transformação passavam a ter novos contornos, condicionais e enquadramentos. Basta ver as próprias mutações no plano social, já aqui referidas, o desaparecimento de classes e aparecimento de outras, as novas formas de organização da produção, etc. Se fizermos essa análise, veremos que há sempre saídas para os valores fundamentais da Esquerda, diria mesma da humanidade, pois convém não esquecer que a ideias de democracia e de liberdade, por exemplo, têm milénios, não foi a Esquerda que os inventou. Se re-

flectirmos sobre isto, se a Esquerda for coerente com o seu passado, sem tentações de ir buscar valores que não são os seus, quem melhor poderá do que a Esquerda resolver as novas contradições geradas pela revolução tecnológica, no quadro de uma economia capitalista, dentro de parâmetros e quadros de acções que seria pretensioso estar agora a definir? Um problema concreto, o do desemprego, e da nova forma de encarar o direito ao trabalho, já não pode enquadrar-se numa concepção taylorista tradicional da organização da produção, pede novas soluções, que a Direita não poderá encontrar. Há aspectos estimulantes e positivos nos países nórdicos, que sugerem pistas que cabe à Esquerda desenvolver. É aquilo que, no fundo, hoje se passa nos países socialistas não é, como muitos sugerem, uma abdicação de tais valores fundamentais, mas a tentativa de encontrar novas soluções para novos problemas.

A importância da incerteza

J. C. — Gostava ainda de acrescentar um elemento importante: o da incerteza. Segundo o paradigma que fez escola durante muitos anos, era fácil reconhecer o que era progresso e o que não era, havia como que uma norma de avaliação. Hoje instalou-se o "incerto" nas próprias actividades ligadas à ciência e à tecnologia, na própria organização social. A Direita enfrenta isto procurando condicionar e limitar as situações permissivas, de experiência social e individual, de modo a manter, digamos, as relações sociais invariantes, criando quadros rígidos de interacção social, congelando de algum modo as relações de poder. A atitude da Esquerda deverá ser, a meu ver, no sentido de dizer que, hoje em dia, dado o incerto, há que voltar às verdadeiras primeiras, há que constantemente recorrer à iniciativa e à capacidade de encontrar em conjunto novas soluções, que põem necessariamente em causa os poderes existentes: liberdade e capacidade de experimentar novas ideias, inclusivamente testar novos valores, duvidar, tanto como acreditar.

Competividade e solidariedade

"C" — *Ainda não se falou aqui na questão que opõe Esquerda e Direita, do acento posto na "sociedade competitiva" ou na "sociedade solidária". O progresso resultará se todos competirem permanentemente, em tudo, uns com os outros, ou, pelo contrário, é o esforço colectivo, a solidariedade, que conduzirá a um maior progresso social?*

ESQUERDA

J. C. — Atenção. A própria Direita, quando fala de competitividade, tem um discurso duplice. Por um lado, fala da competitividade como se fosse o resultado de uma grande gesta individual, um acto heroico de um sujeito que arrisca tudo sozinho, mas ao mesmo tempo exige condições sociais de competitividade que são, digamos, o produto de um grande esforço colectivo. E esta contradição, a ciência e tecnologia modernas evidenciam-na de forma radical. O que é que se verifica? Nenhum grupo industrial multinacional está em condições de controlar só por si a base da sua competitividade, dado o progresso extremamente rápido, a explosão dos conhecimentos. Mas, sendo assim, há grupos em melhor posição, porque apelam a uma solidariedade (seja nacional, ou outra qualquer) e fim de que se formem alianças, mais ou menos temporárias, que permitam conseguir um equilíbrio entre a apropriação empresarial e a geração colectiva dos conhecimentos e das condições de competitividade. É uma contradição insanável. E é bom não esquecer que o modelo japonês, que fascina tantos, não assenta numa competitividade entendida à maneira ocidental: há uma enorme procura de fórmulas institucionais, de modos de comportamento, de formas de organização de empresas, de noções de participação, variedade, mobilidade com garantias, etc. O elogio da competitividade, deixando na penumbra as condições de solidariedade institucional — essa contradição constitui um grande drama do pensamento político e social da Direita.

J. L. J. — Eu não queria terminar este ponto sem fazer realçar o enorme contributo histórico

que, neste século notável, a Esquerda (nas suas várias tendências, no pensamento e na acção, deu para que todos estes valores de que temos estado a falar se tornassem universais, valores da humanidade. Os direitos do Homem, hoje tão desvalorizados nesta fase de incerteza, foram conquistados pela Esquerda, palmo a palmo, pelo meio de dramas tremendos, conflitos imensos. Basta ver o próprio direito de voto, antes apenas reservado aos que tinham direito. Por isso mesmo, não devemos ter quaisquer complexos. Cito, a propósito Gorbachov, quando num dos seus discursos constata, assumindo a herança de 1789, que uma das coisas que se tornou de facto o motor dinâmico do progresso social e económico é a democratização, nomeadamente da vida industrial.

E pegando ainda na questão da independência nacional (v. tópicos para o debate), digo que patrióticas foram sempre as classes dominadas: já em 1383 foi a aristocracia, não o povo, quem se aliou ao inimigo, e em 1974, quem fugiu para o Brasil? Por cá, ficámos nós, e mal ou bem,

soubemos manter a esperança, com um sentido de independência. Era um debate importante a fazer pela Esquerda hoje, o de como preservar os valores nacionais, a soberania, etc. num quadro de integração.

J. C. — Penso às vezes como hoje nos parecem sem sentido as guerras de religião do século XVII, em que cada parte pretendia exterminar a outra — ambas a final tão próximas em termos religiosos. E o que se pensará daqui a 100 ou 200 anos da Comuna, dos anos 20, da Guerra Fria? Provavelmente terá havido um caldeamento de valores, de experiências, de tal forma que os radicais antagonismos terão passado a ser aceites como diferenças, dentro de um quadro de valores assumidos em conjunto, formando a base da civilização comum. Julgo que estamos a dar um grande salto neste momento preciso.

J. L. J. — De acordo. Acho que os momentos que vivemos podem ser de alguma incerteza, não tanto de perspectivas de transformação, mas mais na de como se irá fazer. São momentos exaltantes para a nossa geração.

"C" — Mas, daqui a 100 ou 200 anos, continuará a haver conflitos, haverá novos conflitos...

as duas grandes tendências social-democrata e socialista. Se não é possível pensar a extensão dos direitos e benefícios materiais às grandes massas desprotegidas sem o ênfase que os comunistas deram a esta questão, é também indiscutível que os socialistas e social-democratas mantiveram, às vezes por cima e enfrentando incompreensões, os valores da liberdade, sem cedências. Este assumir que não houve vencedores absolutos mas que, por razões históricas, e circunstâncias nacionais distintas, houve contribuições várias, é uma coisa positiva. E se isso não chega para criar desde já alternativas à Direita, é indiscutível que se iniciou um debate que, mais tarde ou mais cedo, conduzirá a novas concepções e aperfeiçoamentos no caminho da Esquerda. De referir também a necessidade de acabar com as tentações hegemónicas, o que não significa abdicção da confrontação de ideias, mas o respeito pelo contributo das várias ideias.

"C" — Não será colocar o problema demagogicamente no plano da Esquerda institucional? Que gente mobiliza a Esquerda hoje, e mobilizará amanhã, estejam ou não ligados a instituições políticas ou sindicais?

J. L. J. — O meu ponto de vista é bem mais vasto. As classes sociais tradicionais, a classe operária, os "deserdados" em geral, vêm juntar-se àquilo a que chamávamos classes intermédias, em confrontação cada vez maior com o poder oligárquico e monopolista. Se, nos tempos da organização taylorista, a classe operária podia ser vista como exclusivamente aquela de quem dependia o funcionamento da economia, hoje isso passa também por sectores sociais colocados acima. São camadas sociais portadoras de transformação. Não chega uma análise em termos político-partidários, há que ver qual a base social de apoio. E, a meu ver, vai ser mais alargada do que antes era.

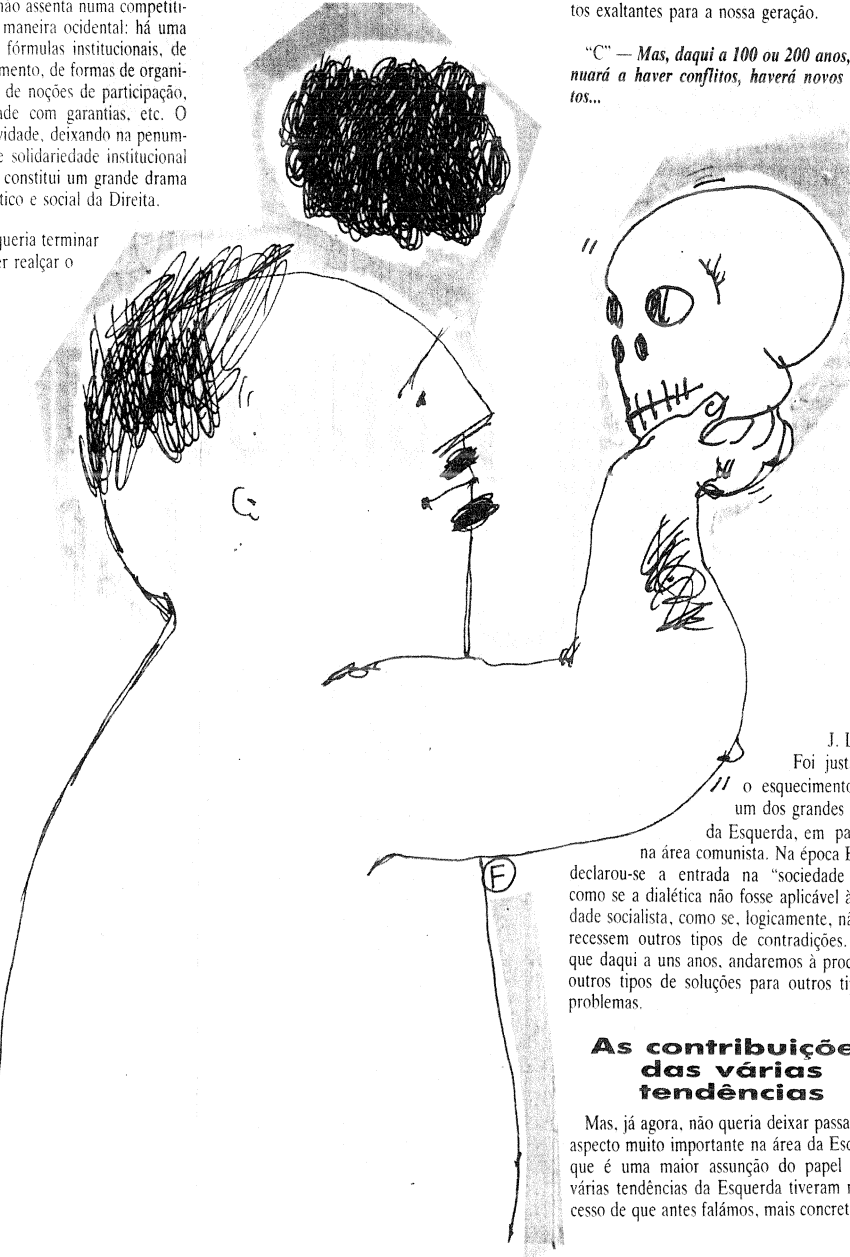
A diversidade das escolhas

J. C. — Convém não esquecer que as próprias grandes organizações que enquadravam o "povo da esquerda", partidos e sindicatos, estão em crise, embora já se comece a notar nas pessoas sinais de revalorização dessas instituições. No caso português, por exemplo, tanto um PS como um PCP verificam que já não podem funcionar na base do tipo de enquadramento tradicional e de relação com as pessoas. Na sociedade actual dá-se muito maior atenção à diversidade das escolhas, que sendo genericamente alinhadas num sentido de Esquerda, não são redutíveis a meia dúzia de tipos de comportamentos que antes se enquadravam e identificavam com uma determinada organização. E também a diminuição da previsibilidade eliminou a possibilidade de dizer "o caminho é por aqui". Isso perdeu-se, e felizmente, porque significa um grau de complexidade superior e um enorme progresso. O facto de estar ganha a batalha das liberdades individuais põe o problema de liberdades mais complexas, de maior campo de escolhas. Um exemplo: um movimento de consumidores antigamente, numa fase de luta pela subsistência, não fazia sentido. E, como esse, muitos outros. Os ecologistas, também. Com estes movimentos, os partidos procuram hoje relacionar-se de uma maneira que não é a de comando, ou de os fazer meros prolongamentos da actividade partidária. A sociedade organiza-se de forma a reconhecer a esses movimentos uma autonomia própria. E os partidos são obrigados, digamos, a seguir essa mesma via.

J. L. J. — Foi justamente o esquecimento disso um dos grandes dramas da Esquerda, em particular na área comunista. Na época Brejnev declarou-se a entrada na "sociedade feliz", como se a dialética não fosse aplicável à sociedade socialista, como se, logicamente, não aparecessem outros tipos de contradições. Penso que daqui a uns anos, andaremos à procura de outros tipos de soluções para outros tipos de problemas.

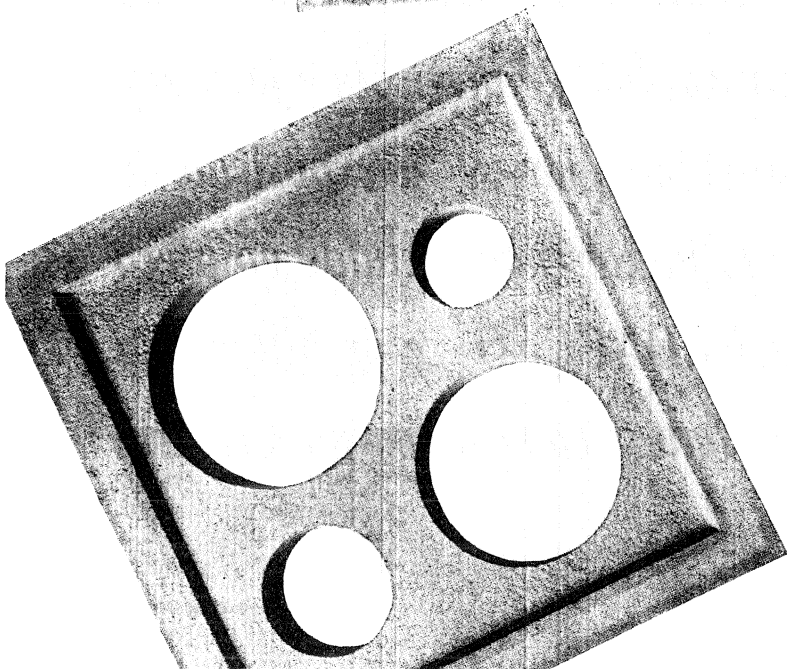
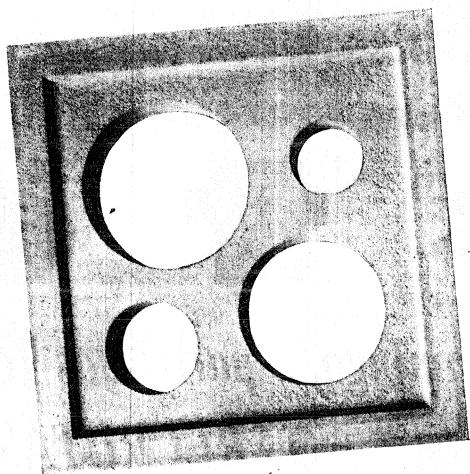
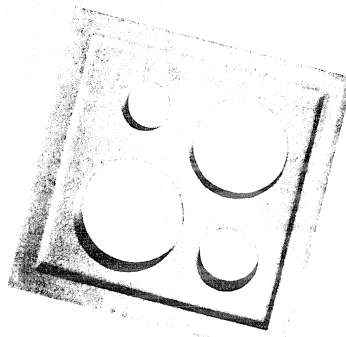
As contribuições das várias tendências

Mas, já agora, não queria deixar passar outro aspecto muito importante na área da Esquerda, que é uma maior assunção do papel que as várias tendências da Esquerda tiveram no processo de que antes falámos, mais concretamente



27

BURACOS DO OZONO E DA MEMÓRIA



A única ordem espontânea neste planeta, a única sem chefes nem hierarquias, a única que se diria comandada por qualquer mão invisível, não é a do mercado, já o sabíamos. É a ordem ecológica, a que sabidamente mantêm os equilíbrios físicos e químicos que permitem a vida. Nunca, até aos nossos dias, houve nada que a ameaçasse. De há uns anos para cá, começou a perceber-se que já não era assim e que o acumular de efeitos de dois séculos de industrialização, em particular dos últimos trinta anos, de explosivo crescimento nos países do "Norte", estava enfim a perturbar os delicados mecanismos ambientais durante milénios inalterados.

Alguns se terão surpreendido este mês com três sucessivas conferências internacionais em que numerosos políticos vindos dos quatro cantos do mundo se emocionaram imenso com o problema do ozono e das mudanças climáticas em curso no planeta. Não era razão para isso (para a surpresa, entenda-se). Desde há 15 anos que se sabe serem "devoradores" do ozono — gás que protege a terra das perigosas irradiações ultravioletas — produtos químicos bem identificados que diariamente usamos em tudo o que é "spray", e que são também usados em frigoríficos, aparelhos de ar condicionado, espumas isolantes e outros fins: os chamados CFCs. E em 1983 cientistas descobriram um "buraco" na camada de ozono sobre a Antártida. Também é conhecido desde o século passado o papel do anidrido carbónico existente na atmosfera na retenção de raios infra-vermelhos e já então se previu os efeitos desastrosos que poderiam resultar de um excesso desse gás. Ora hoje a sua concentração é 20% superior à de então e, ao ritmo actual de queima de combustível e de florestas, duplicará em 50 anos.

Resultado de tudo isto: aumento em flecha de cancro da pele e outras doenças causadas pelos ultravioletas e sensível aquecimento do planeta, provocando dramáticas alterações climáticas, inundação de várias áreas costeiras, migrações maciças de populações (em direcção às "novas regiões temperadas", como o Canadá, por exemplo), radicais transformações nas condições da população agrícola, etc.

Porque se perderam já tantos anos para actuar? E porquê só agora se decretam reduções drásticas na produção de CFCs (de 85% até ao ano 2000 nos países da CEE: mais 10 anos, e o consumo manter-se-á muito para lá disso)? E porque pouco se faz quanto ao anidrido carbónico? E porque não estão, há vários anos, a concentrar-se nesta área os esforços de investigação dos grandes países ricos? É simples: são poderosos os interesses, são fabulosos os negócios que vivem deste crime ecológico. E são interesses e negócios, também, que ditam outras prioridades para a investigação: os armamentos, o espaço, os computadores, e por aí fora. Numa palavra, é o mercado a "comandar" a desordem.

Mas não só de ozono viveu este Março. Houve coisas divertidas, outras menos. Entre as primeiras, temos um buraco de memória pelo menos imenso como o do ozono antártico. Refiro-

me à espantosa entrevista de Domingos Abrantes ao "Expresso", um "falso avestruz" (permita-me a expressão) em que nunca tinha pensado. Não faz ele de conta não saber de nada do que se passou na Hungria de 56, na Checoslováquia de 68, no Afeganistão de 79? Enfim, talvez também daqui por 100 anos, quando (devido ao aquecimento do planeta) se puder mergulhar para a água do parapêto do Jardim de S. Pedro de Alcântara, haja políticos e cientistas que dirão, olhando consternados a cabeça do Marquês quase a afogar-se, que "não estavam informados", que "não sabiam de nada"...

Entre as segundas, as menos divertidas, temos as definitivas provas, se fosse necessário, dos "crimes do FMI", apanhado em flagrante delito na Venezuela. Com efeito, nunca tinha acontecido uma destas aos sinistros "homens sem rosto": um zeloso presidente recém-chegado ao poder e muito convencido da sua popularidade, decide aplicar de um dia para o outro a habitual receita de "austeridade" do FMI, que mesmo governantes obedientes e cumpridores costumam administrar com algum cuidado e muita conversa fiada (se o sabemos!), não vá o Diabo tecê-las. Dose tão cavalariada, em poucos dias, centenas de mortos nos bairros populares de Caracas, às mãos dos servís agentes do FMI: a Guarda Nacional e Exército venezuelanos. Desmascarado o FMI, desmascarada uma "exemplar" democracia sul-americana. O crime, aqui, não foi ecológico, mas o FMI também não anda longe: não tem o Banco Mundial, seu íntimo parceiro, andado a financiar a destruição da Amazônia, por certo na esperança de que os chorudos negócios da madeira e do gado ajudem o Brasil a pagar as dívidas... ao FMI e à banca americana? Entretanto, as queimadas maciças de floresta amazônica darão uma boa ajuda para o aumento do anidrido carbónico na atmosfera. Já estão a dar, aliás.

Outra ainda, que também não é para rir: os sucessos eleitorais da extrema-direita em eleições várias na Alemanha, na Áustria e em França. Sabe-se como tem sido cómodo atribuir a ascensão de fascismo e nazismo às peculiares condições da Europa de então, como as frustrações e privações do 1.º pós-guerra, as humilhações impostas à Alemanha pelo tratado de Versalhes, a grande depressão de princípios dos anos 30. Mas como explicar a sua renascente popularidade em países economicamente fortes, sem derrotas recentes, onde a "democracia" parecia ter assentado arraiais? Que inesperados desencantos e decepções corroem as convicções democráticas de tantos e tantos cidadãos de países abastados, de sociedades supostamente prósperas e "felizes"? O desemprego? A massificação do quotidiano? O descrédito causado pelos constantes escândalos político-financeiro? Seja o que for, é óbvio que algo vai muito mal por essa Europa. A que estamos a ajudar a construir, não é assim que se diz? Esta Europa parece apresentar também graves "buracos de memória".

Em resumo, este Março, à falta de melhor, terá ajudado a perceber o que se deve entender como "crimes por omissão". Já não é pouco.

LIBERDADES

BUSH

Pergunta-me um amigo porque escolhi escrever no "Combate". Conhecendo o horizonte de pensamento que perfilho, posso imaginar a sua surpresa, não vendo coincidências entre os meus pressupostos e os deste jornal. Se bem engavetada numa página de opinião, a situação seria corrente numa certa imprensa que se pretende profissional e isenta, embora raramente o consiga ser. Mas não tanto, talvez, num jornal que trava... um combate de ideias.

Não escolhi. Aceitei um convite que me foi feito, com delicadeza e reiteração. Aceitá-lo-ia de qualquer horizonte. Mas não foi por acaso que veio agora de onde veio. Não seria qualquer um, informado e prevenido de incompatibilidades virtuais, como o foi o "Combate", que manteria o convite.

BUSH

Se não há coincidências nos pressupostos, nada impede que possa haver por vezes coincidências nas apreciações. No "Combate" por umas razões, em mim por outras, Bush, arisco-me a dizê-lo não será propriamente o símbolo da liberdade que por funções oficiais lhe incumbem.

Durante a recente campanha eleitoral em que defrontou Dukakis, com o êxito que se sabe, Bush não deixou de se apresentar como um cioso "ambientalista". Não foi isso, como é evidente, que decidiu a sua folga da vitória. Mas deve ter contribuído, por pouco que fosse. A sua candidatura estava bem ciente da importância que certos sectores da sociedade americana, sobretudo algumas elites de formação universitária, atribuem às questões do ambiente, bem como do perfil relativamente positivo que Dukakis podia exibir nesse campo.

Bush ganhou, já se sabe. E o ambiente? Tudo parece indicar que poderá ter perdido. A "Liga dos Eleitores Conservacionistas", comité norte-americano não partidário que examina, do ponto de vista ambiental, os prós e os contras dos candidatos que se apresentam na cena eleitoral, divulgou, em plena campanha, o seu balanço, no qual eram ponderadas as acções de Dukakis e Bush, favoráveis ou desfavoráveis ao ambiente, na sua carreira política até ao momento.

A Liga reconheceu em Bush algum papel positivo em certos programas de conservação de

solos e da vida selvagem. Em contrapartida, é mencionado o seu papel na Task Force on Regulatory Relief — comité encarregado de diminuir as restrições legais à actividade das indústrias em matéria de ambiente. Nessa função, Bush atribui aos homens do orçamento um autêntico poder de veto sobre as leis de protecção ambiental.

Aos dirigentes da indústria, Bush pediu uma lista da legislação federal que gostariam de aligeirar ou suprimir. Resultado: foram postas de lado restrições legais relativas à aprovação de pesticidas e de outras substâncias potencialmente tóxicas, à poluição do ar e ao controlo dos lixos tóxicos. O comité substituiu-as por incentivos financeiros que viriam ocupar o lugar do controlo da poluição imposto por via legislativa, os quais, como seria de prever, ficaram no tinteiro.

Enquanto os sectores ambientalistas vêm defendendo, desde o choque petrolífero de 1973 e mesmo antes uma política de conservação da energia e de racionalização do seu uso, Bush enfatizou antes a produção, incluindo contestadas explorações de petróleo off-shore e a própria energia nuclear, cujo declínio nos EUA já foi aparatoso na última década. O comité por ele presidido quis ainda retirar 50% das zonas húmidas à alçada da Lei sobre a Água Limpa. No entanto, um processo movido em 1984 por sectores ambientalistas conseguiu anular as disposições do comité contrárias à protecção das zonas húmidas.

Bush foi, durante a década de Reagan, o braço "liberalizador" da indústria em matéria de ambiente. Quando a intervenção estatal, seja sob que forma for, é o inimigo a abater para abrir caminho à exploração privada de todos os recursos da natureza susceptíveis de serem trocados por dinheiro, fatalmente chegaria o dia em que seria arrastada pela vaga anti-estatal qualquer velocidade legislativa de proteger o cidadão contra a degradação do solo, do ar e da água. A Inglaterra tem já a distribuição doméstica da água entregue à concorrência empresarial, apesar dos protestos dos meios ambientalistas. Não tardou, aliás, que se seguissem aumentos escandalosos dos preços.

Para o cidadão comum, aí está o drama: como encontrar um equilíbrio entre a gritante necessidade de intervenção da

Longe de mim ir tomar partido na querela do "assina, não assina" entre o "Expresso" e o "Independente". Apenas me interessa respirar, da última prosa do MEC ("Independente" de 17 de Março), algumas das acusações que lança a torto e a direito, pelo meio de muitas outras, que correm o risco de diluir estas. Vejamos (todos os sublinhados, excepto os de "mouros" são meus):
Contra Vicente Jorge Silva: "o fundamentalismo vicentino é uma versão portuguesa anos 60 do islamismo"; ele-próprio (Vicente) "é, entre a tropa fandangosa do nacionalismo português, o MFA."

Contra o "Expresso": "Não tem um único colaborador ou

factor suficientemente esperado para concluir um curso universitário"; sofre "de um esquerdismo endémico e sindicalista"; sofre de "mentalidade marxista-de-maple."

Contra Rushdie: é "meio-indiano, escreve livros "anti-ingleses". "atacou gratuitamente o regime thatcheriano" "é Mourro."

Contra os "Mouros" (entenda-se: os não-cristãos): "o mal é dos Mouros (...) são uns selvagens", "nós (a direita) somos impuros porque achamos que os Mouros devem arrumar as botas."

Quem disse que estão mortos os ideais de 60? Que está enterrado o 25 de Abril? Que a esquerda e o marxismo estão em

vias de extinção? Como, se tudo isso continua a povoar obcecadamente os pesadelos deste porta-voz de uma direita que se dá ares de sedutora, humorenta, imaginativa — quando não lhe pisam os calos? O elitismo, o racismo, o thatcherismo, a defesa dos valores "cristãos" contra os "infiéis", que terá de moderno esta Direita? E quanto a nacionalismo, ele lá está também: no caso, o nacionalismo... britânico.

Aqui, o MEC está atrasado um século, ainda vai nos tempos em que éramos "súbditos de Sua Majestade a Rainha Vitória." Até um inglês "civilizado" ficaria chocado se soubesse disso.

j. m. p.

UM HOMEM ÀS "DIREITAS"

MEC

MEMÓRIA PARA 1992

"Não é uma questão de ser justa ou não (a intervenção soviética no Afeganistão), mas sobre isso não me pronuncio."

(Domingos Abrantes, em entrevista ao "Expresso")

"Sobre isso (a justiça da intervenção soviética na Checoslováquia) não me pronuncio propriamente. Os camaradas checos entendem que sim."

(idem)

"Não sei bem (como se aplica no caso concreto da Checoslováquia o princípio geral de que as intervenções externas não são ajustadas), isto é, aliás, até nem conheço em rigor todo esse processo."

(idem)

"O que acontece é que, muitas vezes, não temos os dados que permitam uma avaliação responsável, o que não significa que não nos interessemos por acompanhar e aprofundar esses problemas (as intervenções externas da União Soviética)."

(idem)

"No caso de Granada, houve um país que entrou por ali adentro, nem sequer com pedido dos granadinos, e liquidou o regime. Portanto, há uma diferença substancial (em relação às intervenções externas soviéticas)."

(idem)

"Não (encontro qualquer semelhança entre o que se passou na Checoslováquia e na Hungria), a não ser do ponto de vista formal, da entrada de tropas."

(idem)

"Acho que isso é um insulto (ser classificado, no PCP, como um simpatizante de Staline)."

(idem)

"Vá lá, continua. Olha que com essa lata toda ainda chegas a Presidente da República."

(Mário Soares, em resposta a uma criação da escola de Monforte que o saudou em nome dos colegas)

"Senhor general, não insista porque é uma decisão política e as decisões políticas não têm que se justificar nem explicar."

(Mário Soares a Garcia dos Santos, quando da exoneração deste de Chefe do Estado-Maior do Exército, segundo Garcia dos Santos, em entrevista ao "Expresso")

"(O Xá do Irão) não era assim tão mau."

(Miguel Esteves Cardoso, n.º "O Independente")

"(O Xá era) um homem enganado mas honroso."

(idem)

"(Os jornalistas devem ser) fazedores de optimismo."

(Bagão Félix, Secretário de Estado do Emprego)

"Entretanto, este fim-de-semana, a política portuguesa volta a ter um cheiro dos primeiros anos da Revolução e das disputadíssimas campanhas eleitorais: aí estão, outra vez, os grandes comícios."

(O "Jornal", 1.ª página)

sociedade (forçosamente, nesta fase histórica, através do controlo legislativo e da inevitável "intromissão" estatal daí decorrente) sobre as actividades destruidoras do solo, do ar, da

água, e a não menos óbvia assapiração difusa: a liberdade individual, inclusive no campo da produção, que paradoxalmente se manifesta numa civilização massificada? Estamos condena-

dos a procurar as soluções, ou a sofrer as soluções que estatistas e privatistas nos quiserem impor.

j. c. costa marques

SHOW-BIZZ

UMA SUPERPRODUÇÃO EUROPEIA

Lembram-se daquelas grandes superproduções hollywoodescas dos anos 50 e 60, com fabulosos orçamentos, movimentando multidões de figurantes, precisando de ecrãs gigantes (e salas de cinema à mesma escala)? Já não se fazem, mas a Europa, nestas coisas atrasada, inventou uma coisa que se lhe assemelha em muitos aspectos: o Parlamento Europeu.

Os mesmos orçamentos fabu-

los, as mesmas multidões de actores e figurantes, as mesmas salas imensas, mas com algumas diferenças importantes: o "público", neste caso, é quem paga a produção, e nem sequer assiste ao espectáculo. São os actores e os figurantes que recebem a massa, enchem as salas, fazem a festa e deitam os foguetes. Mas se é certo que aquelas superproduções ajudavam muitos a ter a sua bela moradia em Beverley Hills,

também esta vai ajudando alguns a tê-las em Cascais, ou no Algarve, ou onde lhes apeteecer.

Dir-me-ão que exagero, que "aquilo" é uma pedra fundamental na chamada "construção europeia". Socorro-me do deputado europeu Carlos Pimenta: "É incompreensível que a Comunidade imponha aos seus cidadãos normas e regulamentos em cuja elaboração, discussão e aprovação os seus re-

presentantes eleitos (leia-se: os deputados ao Parlamento Europeu) não participaram ou, quando muito, tiveram um papel diminuto." (em "Europress-Jornal", Março de 1989).

Um papel diminuto? Mas, dir-me-ão de novo, os jornais passam a vida a falar de "votações no Parlamento Europeu". Ora, ao votar, os deputados certamente decidem coisas. Fingam: eles passam a vida a votar "propostas" e "recomendações", ou seja, eles não votam propriamente — fazem votos, o que é um pouco diferente.

Se nos cingirmos a algumas intervenções de deputados portugueses em planário, constataremos que o deputado Rui Amaral fez votos por "uma reforma institucional indispensável, porque imposta pelos progressos precisamente obtidos das políticas comuns, mas também responsável, legítima e oportuna". Maria de Lourdes Pintasilgo por "um conceito novo no nosso tempo: uma cidadania de solidariedade", Barros Moura pela edição de um

manual explicativo sobre o novo Regulamento do Fundo Social Europeu. Medeiros Ferreira por que a Comunidade "incentive a coerência dos sistemas de qualificação e de atribuição de certificados e diplomas". Fernando Condeso pelo "planeamento de uma acção cultural inserida no sistema comunitário, a coordenação das políticas nacionais do sector, a cooperação entre elas, o desenvolvimento dos aspectos comuns das diferentes culturas nacionais".

Quanto a Santos Machado, esse sonha: "A Europa com que todos sonhamos, aquela que nos fará sentir e, mais do que a nós, aos nossos filhos como verdadeiramente europeus terá de ter sempre presente o seu vector cultural". Lucas Pires, esse, só pensa nos jovens, e nos cartazes enormes que vão povoando a cidade, tudo para que possa continuar... a fazer votos (e a recebê-los, claro).

J. m. p.

PASSA PALAVRA

AS GRANDES ILUSÕES

(...) Sou homem progressista — esquerdas, direitas, isso é actualmente uma anedota — com bastante idade. Se já antes do 25 de Abril (este deu calor ao fermento de factos que se observavam, os quais por isso desabrocharam em toda a sua plenitude) começava a notar (o que depois se tornou uma realidade bem clara) que os comunistas eram incommunicáveis; os socialistas, insociáveis. Desconhecia os sociais-democratas, um dos fermentos que pululou e pulou depois do 25 de Abril. Mostram-se agora como são. Nem democratas nem socialistas.

Em grande parte isto resulta de duas das grandes ilusões (termo que emprego no sentido que lhe deu B.J. Caração na sua conferência "A Cultura Integral do Individuo..."), das três da Revolução Francesa, estarem desacreditadas.

São elas: a liberdade que nos começa era conotada com os esquerdistas e a igualdade, actualmente ligada aos esquerdistas, passando aquela para os das direitas. Eis uma das razões da minha afirmação supra acerca desta distinção.

As populações estão desiludidas com a liberdade, não desejada porque se radica na animalidade, 95% de cada um de nós, ao verificarem ser o homem lobo (e já é muito bom) do homem; com a igualdade, tão difícil de alcançar porque se funda na racionalidade, parte mínima do homem, já que não vê seja concretizada e, além disso, cada subordinado sente-se na posição do cavalo da fábula. Que lhe importa a ele ser mandado por um capataz escolhido por um capitalista ou por um governante? Na essência tudo como dantes.

E a fraternidade? Essa vem a ser cada vez mais espeznhada. Nos tempos que correm é a última carta do baralho da vida social. (...)

AD (Lisboa)

O BARCO A ANDAR PARA TRÁS

Venho por esta enviar o cheque de mil escudos para que me considere na lista de assinantes para os números seguintes durante os próximos 12 meses, tendo como mês de partida o de Março (n.º 117).

P.S. — Lembrem-se: "Lutar até Vencer."

P.P.S. — Que acham vós do haxixe? Eu penso que a PJ encarna bem a herança da PIDE quando se trata de pôr a pata em assuntos que só devem dizer respeito à consciência de cada um. Por isso penso que os meus amigos presos por isso, mais do que vítimas de um velho mau sistema, são presos de consciência, mais ainda aqueles que para além de marginais ao fisco nunca fizeram mal a ninguém, muito menos estando com a pedra. Não é inquietante ver-se o barco a andar para trás?

JM (Caacém)

PRISÃO PREVENTIVA PERPÉTUA

Espero não ser demasiada intromissão no vosso trabalho, sugerir para o próximo número um trabalho sobre a campanha de assinaturas "Amnistia para Otele e companheiros".

A este respeito e face às afirmações do ministro da Justiça transcritas no jornal "Expresso" de 4 de Março, de que na Carta Europeia dos Direitos Humanos não existe limite máximo para a prisão preventiva e, simultaneamente, a repetida recusa do S.T.J. do "habeas corpus", configura-se a existência em Portugal não de prisão perpétua, mas de prisão preventiva perpétua o que é uma aberração jurídica não explícita na lei, mas ao alcance do poder judicial e das polícias, como se pode constatar e parece ter a cobertura ou mesmo estar em conluio com o poder político.

EJA (Lisboa)

Sugiro (não o faço) apenas porque entre o Conselho Editorial do vosso jornal existem as pessoas certas para a realização deste trabalho, com a qualidade e o espírito crítico que o tema exige, o vosso jornal nos habituou e os leitores merecem.

Termino agradecendo uma vez mais e desde já fico ao vosso dispor para o que acharem conveniente.

AP (Porto)

...E LUCAS CRIOU OS PELOC!

Lucas Pires criou os PELOC. Eu explico: já existiam os PALOP, agora existem os PELOC, ou seja, os Países Europeus de Línguas Oficiais Comunitárias e, para que se saiba (Lucas Pires disse), são nove. Tudo isto foi dito no artigo "Confederação ou Estados Unidos da Europa?", publicado no n.º 39 da revista "Sábado".

Por não estar minimamente de acordo, passo a rebater aquela afirmação.

Para Lucas Pires falam-se nove línguas na Europa Comunitária. Sem se aperceber(?) o deputado democrata-cristão deu força ao conceito neo-colonialista, centralista e hegemónico que caracteriza o clerical-fascismo de Franco et/ou a herança jacobino-bonapartista que, com sinal contrário, impôs a cultura francófona a todo o território para cá do Loire. Em Espanha e na França essa opressão cultural levou (leva) à subalternização das culturas minoritárias existentes nos seus Estados. O mesmo se passa, com menor ou maior intensidade, nos restantes Estados europeus, fortemente centralizados.

Confederação ou Estados Unidos da Europa serão tão artificiais como as actuais fronteiras nos Pirinéus, Reno, Alpes ou Vilar Formoso. O Sr. Lucas Pires criou os PELOC e são nove as línguas oficiais: Português, Castelhana, Francês, Italiano, Inglês, Holandês, Alemão, Dinamarquês e Grego.

Isto pressupõe a marginalização de outras tantas línguas, que para o Sr. Lucas Pires devem pertencer a um folclore distante, "patois" de gente atrasada e saloia.

Onde estão para Lucas Pires o Galego, o Basco, o Catalão, o Occitano, o Sardo, o Corso, o Bretão, o Galês, o Gaélico, o Frísio, que se falam nos países da Comunidade?

Para o Sr. Lucas Pires, o Castelhana é a língua de Barcelona, Santiago de Compostela e Guernica, o Inglês coloniza as duas Irlandas, os Corsos ou são Franceses ou morrem! O Sr. Lucas Pires preconiza a formação de reservas "índias" para turista ver, quando se desloca à Bretanha, à Galiza ou ao Euskadi!

O Sr. Lucas Pires conhece Rosalia de Castro, Felix Cuendril, Federic Mistral? Olhe que nenhum deles escreveu nas nove línguas dos PELOC Confederados!

Faço assim, e não exagero, porque na Comunidade também se fala Romanche, Croata, Albanês, além de outros sons que a diáspora da Emigração trouxe para a Europa das nove línguas. Para já não falar nos múltiplos dialectos que também correspondem a regionalismos, culturas e anseios de populações que são elas próprias primeiro, e Europeias depois.

O Sr. Lucas Pires já ouviu falar no Mirandês, no Asturiano, no Provençal ou no Alemânico? Ou no Valenciano, Limosino, Alguerês ou Suabo?

Deixe-se, por favor, de centralismos jacobinos e de hegemónismos clerical-fascistas. Seja Europeu, mas da Europa dos Povos e não da Europa das nove línguas, que oficializa a Administração e marginaliza a tradição, que chama civilizados aos Anglófonos e Francófonos, e labregos aos Bascos, Catalães ou Corsos. Como diriam os Cantonalistas espanhóis do século passado, belas são as "Pátrias Chicas" e não os colossos de vocação imperialista!

Duplo album de solidariedade

A venda nas discotecas

"Justiça para Otele" C.E.D.R.I. B.P. 42 04300 Forcalquier França

- | | | |
|-------------------|-------------------|----------------|
| José Mário BRANCO | RENAUD | Chico BUARQUE |
| Carlos do CARMO | Jacques HIGELIN | Pablo MILANES |
| Lluís LLACH | Georges MOUSTAKI | Mercades SOSA |
| Luis PASTOR | Gisela MAY | Tomás GUBITSCH |
| Edoardo BENNATO | Konstantin WECKER | MAHALEO |
| Mikis THEODORAKIS | Billy BRAGG | Francis BEBEY |
| | Serge UTGE-ROYO | |



29 1/2

COMUNICADO

BOLONHA

OPERAÇÃO PGA

DISCURSO PARA EXPORTAÇÃO

A Operação PGA (Prova Geral de Acesso) montada pelo Ministério da Educação nos dias 3 e 10 de Abril último foi coroada de êxito: ficou cabalmente demonstrado não só que os Portugueses têm Cultura Geral e não a temem como quem é amigo e quem é inimigo da Cultura em Portugal.

Por ordem decrescente de amizade, são Amigos da Cultura e da Universidade Culta, que saiu vitoriosa desta batalha, as seguintes entidades:

1.) O Ministro Roberto Carneiro para quem a Cultura é "uma capacidade autónoma da nação de reflectir e saber qual o seu destino";

2.) Os zelosos funcionários do seu Ministério que se empenharam em levar a cabo tão árdua tarefa, não podendo deixar de se mencionar aqui os ilustres autores da prova que no dia 3 de Abril fizeram meditar cerca de 70000 jovens durante três horas sobre a morte e a efemeridade da vida;

3.) a PSP e outras forças da ordem que, antes das 8 horas da manhã dos dias 3 e 10 de Abril, fizeram chegar a todos os locais de exame, em perfeito sigilo, os enunciados da prova, de forma a que fossem garantidas iguais oportunidades a todos os candidatos;

4.) a Direcção do Sindicato dos Professores da Grande Lisboa que, sem deixar de cumprir a missão sindical que lhe é própria, foi capaz de manter igualmente sob sigilo até às vésperas dos dias referidos, um pré-aviso de greve, que lhe fora imposto, desactivando assim algumas Minorias Inimigas da Cultura;

5.) Os Conselhos Directivos das escolas que, sob conselho de outros Amigos da Cultura, souberam adoptar medidas de emergência de forma a que fosse dado integral cumprimento à palavra de ordem "nem mais um só estudante sem PGA", aceitando um mínimo de estudantes na sua própria escola e assegurando uma proporção realista de professor/convocado/sala, que nalguns casos atingiu os 140/9, inviabilizando assim qualquer acção concertada das Minorias Inimigas da Cultura;

6.) Os correctores das provas que, com um máximo de

discrição, escolhidos entre os professores mais antigos, e por consequência mais competentes, aceitaram receber uma base de 600\$00 por prova corrigida e se adaptaram com grande maleabilidade aos critérios de correcção cientificamente estudados em função do número de estudantes que podem ser considerados como portadores de Cultura Geral;

7.) Os laboriosos estudantes que tomaram consciência, no decorrer da prova, de que, como aquela personagem que fazia prosa sem saber, eram detentores de Cultura Geral sem saber, tendo-se registado casos de sincero arrependimento de anteriores protestos contra o facto de irem ser "cobaias", pois nessa altura desconheciam que a picada não doía nada;

8.) Os bondosos professores que, tendo chegado a afirmar que se recusavam a vigiar as referidas provas, por razões de ordem vária, respeitaram as justas pretensões dos estudantes e, não querendo prejudicar, por atitudes impensadas, o futuro da Juventude, cumpriram voluntariamente as tarefas que lhes estavam destinadas pelos superiores hierárquicos;

9.) Os Conselhos Directivos, que responderam positivamente à curiosidade do ME em saber os nomes dos professores que não tinham comparecido às vigilâncias;

10.) Os órgãos de comunicação social que, com raras excepções, souberam não dar cobertura a algumas posições isoladas dos Inimigos da Cultura, se bem que, em certos casos, a adesão à greve tenha sido perigosamente superior ao que é habitual nos professores.

São Inimigos da Cultura e da Universidade Culta algumas centenas de professores que se recusaram a vigiar as provas, nomeadamente os da Escola Vitorino Nemésio, onde o Futuro e a Cultura Geral dos candidatos correu alguns riscos, tendo sido salvos pela compreensão de professores Amigos da Cultura de outras escolas.

Registou-se ainda o carácter educativo da prova que não só tornou os estudantes receptivos a CG, mas também reduziu ao real valor o facto de apenas 1/3

Ninguém como os políticos para saber ajustar o discurso às audiências que têm pela frente, à semelhança dos camaleões, que vão mudando de cor conforme a da folhagem que os acolhe. Para não ir mais longe, ainda há bem pouco o Cavaco "esquerdizou" numa visita ao Alentejo. Mas o mestre nestas coisas é, incontestavelmente, o Dr. Soares. Já o ouvimos esquerdizar e "endireitar" o discurso ao sabor de cada "Presidência Aberta", de cada visita a cada aldeia e também de cada comício, de cada eleição. Até levantou a voz, no mês passado, contra os euclípticos, ao dar com gente que parece não os apreciar por aí além.

Mas a melhor, a melhor mesmo, foi agora em Bolonha, tradicional terra de esquerda, e ainda por cima na Universidade. Do que se havia ele de lembrar? Nem mais nem menos do que de dizer qualquer coisa que seria impensável *hoje* qualquer político português *instalado no poder* dizer em Portugal. Referindo-se ao "processo inicial, conturbado, da institucionalização da vida democrática em Portugal" (as palavras são do jornalista do "DN" que dá a notícia), o Dr. Soares disse que tal período "*foi uma espécie de laboratório ao vivo, onde se puderam observar experiências políticas e sociais sucessivas, algumas em antecipação relativa-*

mente à Europa, que por isso as seguiu apaixonadamente".

Claro que *nós* sabemos que, na altura, tais experiências não o apaixonaram nada, a *ele*. E que bem prefere que a Europa em lugar de se apaixonar por elas, como então, desapassionadamente vá abrindo os cordões à bolsa para nos tornar num país "bem comportado" e o menos experimental que for possível. Mas os bolonheses não sabem esses pormenores caseiros. E, de resto, quem vai ligar a isso? Aquilo era apenas um discurso para exportação...

j. m. p.

dos candidatos terem entrada na Universidade (o que, como é justo, não pode depender da facilidade ou da dificuldade da Prova), ao fazer entender aos estudantes, pela mão de um dos nossos maiores escritores, que tudo é relativo, que tudo passa e só o silêncio fica, porque é o fim do Universo.

O êxito da Operação PGA 89 veio pôr em causa a necessidade de uma Reforma e ficará cabalmente demonstrado no ano lectivo de 89/90: todos os alunos do 1.º ano das Universidades escreverão correctamente português e terão um bom nível cultural. Graças à PGA, pela primeira vez em Portugal

entrarão para as Universidades, independentemente da sua origem de classe, os Melhores.

Em breve daremos conta da próxima operação cultura geral, Acesso ao Mundial de Futebol 98, que será levada a cabo pela mesma entidade, sob o signo de Vasco da Gama.

e. d.

ANTI-PUB *Guga*



PARENTESCOS

AS GRANDES FAMÍLIAS

Afinal, para ser uma mulher ou um homem de sucesso não basta ser eficaz e competente e usar desodorizante. Convém ter também uma grande família.

A acreditar nos jornais da especialidade, as grandes famílias dos homens e das mulheres de sucesso são de dois tipos: as famílias dos bons alunos e as famílias dos bons mercadores.

Em vésperas de plena integração europeia, estão em vantagem as famílias dos bons alunos. Mas não faz mal nenhum, antes pelo contrário, que se cruzem com as famílias dos bons mercadores. Ninguém ficará a perder: nem os bons alunos, nem os bons mercadores. E muito menos o País que, como

é pequeno, é ele próprio uma grande família.

António Capucho (candidato n.º 1 do PSD ao P.E.) é cunhado de Margarida Salema (candidata n.º 1 feminina do PSD ao P.E.) que é irmã de Helena Roseta (deputada do PS) que é casada com Pedro Roseta (deputado do PSD) que é cunhado de Carlos Eduardo Salema que substituiu Mariano Gago na JNJC, etc., etc...

Leonor Beleza (hoje Ministra da Saúde) é irmã de José Manuel Beleza, sócio do cunhado, Diogo Tavares Mendonça, marido de Leonor Beleza, na *Geartis*, agência de publicidade que se especializou em "Segurança Social" quando Leonor Beleza estava lá...

Fernando Costa Freire, colaborador de Leonor Beleza, é irmão de Carlos Costa Freire, da *Edibloco*, subcontratada pela P.A. de Fernando Costa Freire para construir Hospitais, etc., etc.

Um dos problemas de Cavaco é que, apesar de também ter sido bom aluno, tem uma família pequena. Só se sabe de um irmão, Rogério Cavaco Silva, que ficou com a Rádio Santa Maria, a frequência de maior potência em Faro. Para ser um verdadeiro homem de sucesso, Cavaco teria que anexar mais uns Cavacos, o que não parece fácil. Ainda por cima, é um apelido queimado.

ABRIL EM LISBOA

O DIA DAS REVOLUÇÕES

REVOLUÇÃO NAS PAREDES. A edilidade começou a limpar as paredes das sujidades de Abril (e outros meses). As brigadas brancas iniciaram o

combate aos restos de cidade diferente, agora que as grandes empresas podem alugar o seu espaço de "poluição" a outras grandes empresas. Espera-se

que a cidade vazia de datas, ideias e desejos torne o cidadão mais civilizado e mais apto a receber democraticamente a propaganda para as Europeias em quadrádjinhos de 2 metros quadrados expressamente fabricados para o efeito. Não terá sido nesta Cidade Branca que a co-produção de Alain Tanner pensou.

REVOLUÇÃO NAS AVENIDAS NOVAS. As inscrições passaram para o chão. Os carros dão voltas às placas e pisam o risco. Parecem ratos cegos e tontos a fugir dos sinais de proibição. Às Zero Horas, o trânsito mudou, a bem da Gertrudes e da Nação. Temos um bocadinho de Nova Iorque numa parcela da cidade. Já não falta tudo. Como no trânsito não há "extremistas, nem comunistas, nem socialistas", é mais fácil a adaptação à Nova Ordem. Os peões até se habituam a olhar britanicamente para a direita. Os Agentes da Ordem, colocados a cada cruzamento, também ajudam. Ajudarão sempre melhor enquanto não forem "profissionais da polícia", com sindicato.

REVOLUÇÃO NA PRAÇA DO COMÉRCIO. "Julguei que não voltava a ver isto" - grita uma mulher na reportagem da televisão. Viu. Talvez volte a ver. Isto são bastões, cães, carros de água (branca), cinco minutos para dispersar. A revolução de que falo não está aí. Isto é mero regresso ao passado. O que é novo é os manifestantes não serem estudantes nem operários. Estão fardados e são aqueles que a gente se habituou a ver bater. E o trânsito, com Gertrudes ou sem ela, lá ficou interrompido umas horas.

Três revoluções no mesmo dia é demais para quem já se habituou à estabilidade democrática...

BURACOS

DECRETOS IMPOSSÍVEIS

Com a crueza própria desses tempos e a inocência de quem não sabe que vem a caminho uma Revolução que, por tal sinal, até lhe custará a cabeça, o Rei Luís XVI promulgou, em Março de 1789, o seguinte decreto do seu Conselho de Estado: "Que seja feito silêncio sobre as causas que deram lugar, na cidade de Sens, a diversos actos, os quais são considerados como não sendo produzidos". Os tempos são outros e mesmo os mais autoritários governantes usam hoje meios mais discretos para conseguir o mesmo objectivo: o silêncio sobre os factos que os incomodam (embora cedam à quase sempre tentação de depurar a História, e disso se conhecem casos bem próximos de nós, no espaço e no tempo). O Cavaco, cujo zelo democrático nunca convenceu ninguém e, muito pelo contrário, cada vez mais se parece com um caricato

candidato a ditador, enfurecido por não deixarem sê-lo, bem gostaria de fazer uma dúzia de decretos daqueles: que se faça silêncio sobre o Costa Freire e mais as suas empresas, sobre os favoritismos e "generosidades" da Beleza, que se dê como não comprovadas as sucessivas casas de Cadilhe e como pagas todas as sizas, como não existentes os buracos nas estatísticas da balança comercial, como não mangueirados os polícias pró-Sindicato no Terreiro do Paço, como não ditas as palavras da própria Beleza, do próprio Cadilhe, do próprio Cavaco para desmentir tudo - o que tem bem menos força do que um decreto.

É certo que ele não estará em vésperas de qualquer revolução, mas, por este andar, é bem capaz de se ver apeado muito mais depressa do que o Luís XVI depois daquele decreto... Quem irá lamentar?

J. m. p.

REDACÇÃO

O ESTADO

Eu gosto muito do Estado. O Estado é nosso amigo porque o Estado somos todos nós. É o Povo todo Unido. Por isso, o Governo, mesmo quando não é amigo do Povo, também é o Estado, que somos todos nós. Por isso, não pode deixar de gostar do Estado e eu não posso deixar de gostar do Governo.

Cavaco é do Estado, Beleza é do Estado, Cadilhe é do Estado, os jornalistas que entrevistaram Beleza também são do Estado. E o meu vizinho do lado que assistiu ao debate televisivo. E eu. Somos todos do Estado. Até porque pagamos impostos.

É por isso que, pertencendo ao Governo, e ordenando compras e vendas do Estado ao Estado, não é de todo possível, mesmo que se queira, roubar alguém.

Mas eu gosto também do Não-Estado. Primeiro, porque é mais livre, depois porque é mais eficiente, mais criativo, mais *soft* (mais leve, mais maleável).

Quando se é Não-Estado, não é preciso autorização para gastar dinheiro. É como se estivéssemos sempre em família, nas nossas próprias casas. É por isso que o Estado se deve parecer cada vez mais com o Não-Estado.

Acontece às vezes que o Não-Estado prefira ganhar mais a

ganhar a menos. Isso é apenas porque o Não-Estado são as pessoas (que são o Estado) em férias de Estado e as férias se devem pôr a render. Mas é uma coisa que não faz mal nenhum ao Estado. O Estado e o Não-Estado são amigos, amigos, negócios à parte.

É por isso que os Governantes, apesar de serem do Estado, não têm nada a ver com os ganhos das pessoas que estão em férias de Estado. O Estado é magnânimo: não se deixa perturbar pelos roubos que o Estado-em-férias resolve fazer, ou seja, que o Não-Estado faz ao Estado, que somos todos nós.

Os roubos em férias de Estado não são assunto do Estado, diz a Governanta que, como é do Estado, é insuspeita nesta matéria.

Eu também gosto muito do Estado porque basta alguém dizer "O Estado somos todos nós" para ficarmos todos de acordo. Pior ou melhor, maior ou menor, o Estado não se discute. É como os gostos.

E como todos somos o Estado, e gostamos dele, mesmo quando estamos em férias de Estado, ganhamos e perdemos todos ao mesmo tempo.

O Estado é muito bom porque não há vencedores nem vencidos. É como nos debates da televisão.

e. d.

PASSA PALAVRA

Ex.º Sr. Director do jornal COMBATE

Serve a presente carta para informar o Sr. Director de que tenho recebido nos últimos meses um exemplar do vosso jornal, em nome pessoal e dirigido para a sede nacional da Associação Sindical dos Profissionais da PSP - vulgo Sindicato da Polícia - sita na Calçada do Combro, 127-2.º Esq. - 1200 LISBOA.

Pretendia também agradecer a gentileza da oferta mensal do "Combate" que, embora me encontre afastado da frente de combate, por uma enorme acumulação de cansaço, "stress", etc., tenho lido todos os seus artigos com muito interesse.

É interessante referir que, no caso do último número - 117 - me ligam laços de amizade, respeito e consideração a alguns dos seus colaboradores, v.g. o jornalista Adelino Gomes.

Quanto à luta sindical na PSP, ela aí está plena de força e de entusiasmo e também cheia de esperança de que a VITÓRIA não nos foge. A Democratização da PSP é urgente operar-se, para benefício não só dos seus profissionais, como ainda das populações.

Foi e ainda é uma luta dura, fazendo sentir e bem a monstruosa força da REPRESSÃO nos mais afoitos e destemidos que são vítimas da PREPOTÊNCIA e da ARBITRARIE.

DADE E DA INJUSTIÇA, vinda ou praticada por mãos que a história, certamente, não limpará por acumulação de tanta sujidade.

Sr. Director, renovo os meus agradecimentos e formulo os melhores votos para que a vossa luta, o vosso "Combate", alcance sempre os frutos do vosso interessante trabalho, que não é nada fácil e mais ainda nos dias que correm!

Apresento os meus cumprimentos ao Sr. Director e a todos quantos laboram no jornal "Combate".

Joaquim Bandeira Santinhos

* * *

Resolvo escrever para aí, o jornal que faz mais sentido para mim a nível menos noticioso, porque o jornal também pode ser um ritmo dos dias desiguais, o seguinte.

Lembro "Os Vampiros" - poema e canção de José Afonso - e lembro que querem que tomemos a parte pelo todo; será percebível o jogo viciado?

Felizmente a metafísica(?) tira férias e torna o seu lugar o mais próprio dentro de cada um: que... não há princípio exterior, nada se cataloga.

C. P.

Acto Único Um acto que, sendo único, não recolhe a unanimidade na previsão das suas consequências. Há (os da situação) quem associe 1992, ou mais precisamente 1993, a uma Europa de leite e mel (ver entrada respectiva). E há (os do contra) quem o associe a cobras e lagartos. Mas tudo se torna mais complicado quando alguns "da situação" partilham das previsões dos segundos. E mais confuso ainda quando alguns "do contra" perfilham as esperanças dos primeiros.

Arrendidos Categoria surgida na Europa dos anos 80. Tem dois ramos, consoante a sua origem. De Itália veio a moda dos arrendidos jurídico/políticos que, à semelhança dos seus congéneres portugueses do caso FUPFP-25, rapidamente fizeram fortuna e gozam de "merecidas" férias algures no terceiro mundo. De França chegou-nos a moda dos arrendidos político/jurídicos que, embora não tendo enriquecido tanto nem tão rapidamente, fazem-no de uma forma mais paulatina e menos arriscada. Estes arrendidos, dos novos filósofos a Durão Barroso, deverão, de momento, ser apenas considerados arrendidos políticos, pois aguardam ainda o julgamento da História.

Cultura Para cimentar esta Comunidade que as vacas e as beterrabas desunem descobriu-se o que nos distingue dos americanos. A Europa tem uma cultura. A cultura europeia. Faz de conta que todos os que a terão feito defendem os mesmos valores (os europeus), que não houve pataeadas, nem chicotadas, nem excomunhões, nem processos jurídicos ou sumários, nem censuras, nem a influência de outras culturas, nem condenações à morte ou à miséria, nem destertos, nem insultos, nem hospitais psiquiátricos. Não. A Europa é culta. A Cultura é Europa. E os governantes unem-se nesta nostalgia de um poder europeu que foi e não voltará a ser o centro do mundo.

Defesa A CEE, que tanto preza a competição, não pode jogar ao ataque. É uma equipa que há anos só joga à defesa, e leva rimbos por todos os lados. São reuniões e colóquios, seminários e cimeiras que tentam permanentemente salvar a CEE com os seus 22000 funcionários, que remendam este lençol demasiado curto para cobrir uma Europa que no seu sono lá se vai remexendo. E o que nos é permitido é a defesa: contra os totalitarismos, como contra a peste suína africana, as secas e as chuvas ou a celulite, as estradas más ou a degradação do património, ou o tártaro. O europeu que nos prometem não vive: defende-se. Na Europa comunitária, não é o homem prevenido, mas o homem defendido dos outros que vgl por dois.



SUÍÇA,
ESTRANHA
FORMA
DE VIDA

A Suíça não é propriamente europeia, pois verdadeiramente europeus são os Doze, claro. A Suíça, coitada, é o que nós éramos até 1986, coisa de que já mal nos lembramos. A fronteira da Suíça é uma fronteira da Europa, ela acaba ali, como se fosse um lago, ou um simples buraco. É a fronteira de dentro. A fronteira de um umbigo.

A Suíça é uma espécie de protuberância do continente europeu, esburacada por túneis, sem o que todos os seus habitantes e visitantes tinham de passar o tempo a subir e a descer. É, aliás, o que fazem os skiadores, vindos de todo o lado, mas esses têm todo o tempo por eles. Os suíços, não, que, como se sabe, são muito diligentes e trabalhadores.

Aliás, não há suíços propriamente ditos. Há suíços-franceses, suíços-alemães e suíços-italianos. É por isso que ninguém fala suíço, na Suíça. Isto podia levantar, como se calcula, graves problemas de identidade nacional, já que se diz ser a língua a Pátria de quem a tem. A Suíça resolveu-os sem dificuldade, fazendo assentar a dita identidade em três coisas: o gruyère, os bancos e os relógios. Será frágil (hoje os relógios são japoneses e os bancos estão a ficar mal vistos), mas é o que há.

Na Suíça, não se sabe quem é o primeiro-ministro, nunca se soube, parece mesmo que não há. É talvez a melhor coisa que tem a Suíça.

As montanhas da Suíça servem não só para trepar e skiar mas, também, para serem fotogra-

fadas e vendidas como calendários. É certo que quem os tem (oferecidos, quase sempre) não acredita que aqueles vales muito verdinhos, aquelas vacas muito gordinhas, aqueles picos muito branquinhos, aquele céu muito azulinho, que isso tudo seja verdade. Mas é, porque os suíços, por não terem primeiro-ministro, enganam-se às vezes, mas Deus os livre de enganar os outros.

Os suíços são gente muito discreta, não dizem uma palavra a mais nem a menos. Pode-se confiar neles. É por isso que, sendo um país tão austero, tão organizado, tão limpo, tão puritano, os seus bancos abrigam todas as fortunas duvidosas, negócios escuros e corrupções que vão por esse mundo. Sheiks, ditadores sul-americanos e mafiosos adoram os suíços. Têm lá o dinheiro e, muitos deles, belas vivendas na montanha para descansar das suas traficâncias.

Cada vez que há uma guerra, ou está para haver, os beligerantes põem-se sempre de acordo num ponto: na Suíça não se toca. Além de não ter a forma ideal para um campo de batalha (é melhor para jogar às escondidas), dá muito jeito, ali mesmo no meio, para instalar espíões, fazer negócios secretos, comprar armas, combinar coisas sem ninguém dar por isso, mandar para lá as famílias.

A Suíça, vistas bem as coisas, são duas: Genebra e o resto. Genebra sempre foi diferente. Lá mandou Calvino, lá nasceram Rousseau, Necker, Sismondi. É um sítio de cultura e de paz: lá

se instalou a Sociedade das Nações, lá funcionam mil organizações internacionais (OIT, ONU-Europa, OMS, GATT, etc., etc.). Se os estudantes deste mundo tivessem de saber de cor todas as Convenções de Genebra, Acordos de Genebra e Conferências de Genebra que já houve, não faziam mais nada. Em Genebra, os suíços são um pouco mais abanalhados (euro-peus, digamos), o que lhes dá alguma graça.

A Suíça não pertence à Sociedade das Nações, não pertence à ONU, não é membro do Banco Mundial, nem do Fundo Monetário, nem da NATO, nem da CEE, nem de todas essas coisas em que os outros países gostam imenso de participar. A Suíça não passa pela extraordinária excitação de eleger deputados europeus. A Europa, a "nossa", acha aquilo um país um pouco estranho, mas, secretamente, adorava ser como ele, como tantos gostariam de passar para o lado de lá do espelho e outros sonham com uma ilha deserta.

Porque a Suíça é a tentação de estar tudo resolvido, de tudo correr bem, de todos estarem de acordo, de tudo ser puro, e limpo, e branco, de tudo ser feito como deve ser, ordenadamente, organizadamente, sem levantar a voz, cada um no seu lugar. De ser rico. E tudo isto sem esforço. A Suíça não é da Europa, nem é deste mundo. Ainda bem. Deus nos livre de cair em tal tentação.

PROFESSORES

ANTIGUIDADES

CONTRA O PROFESSOR CAVACO

Com toda a cobertura que a televisão deu ao PSD-governo no período da pré-campanha para o Parlamento Europeu, durante o qual o cabeça de lista do PSD falou em nome do governo, o professor Cavaco foi entrevistado enquanto líder do PSD, aguardava-se com expectativa que, a 20 de Maio, o comício do partido enchesse o Campo Pequeno. É que, três dias antes, os professores, essa gente desqualificada e inqualificável na sua má-vontade contra o governo, tinha enchido praticamente essa mesma praça tauromáquica num dos vários plenários sindicais que, em diferentes zonas, se realizaram no dia-E.

Porém, grave erro de cálculo do governo, enquanto na reunião sindical os operadores de televisão, à falta de uma "grande angular", tiveram de recorrer ao movimento de câmara "panorâmica" para filmarem a massa humana que enchia as bancadas, no comício do PSD todas as "panorâmicas" foram proibidas! Contentou-se a reportagem com um tímido "plano-fixo" de um sectorizado da praça, à sombra, claro, que o resto dos apoiantes da política do governo, disse-se, preferiram um lugar ao sol na praia, está bem de ver, que o dia estava quente!

Os erros de cálculo do governo em relação aos professores terão sido, aliás, vários: confiança excessiva nos efeitos, junto dos docentes, da imagem de "responsabilidade" e "independência" de Roberto Carnei-

ro, aquele ministro que sendo-do-governo-não-parece-sê-lo, imagem que tem arrastado atrás de si a colaboração, a um tempo velada e confessada, das várias direcções sindicais. Ora, passados dois anos de reformas tudo permanece na mesma, nas escolas aquela imagem começa a deteriorar-se.

Outro erro terá sido o do lançamento, neste momento (vésperas de várias eleições, o ano lectivo ainda não acabou...) da reforma do sistema retributivo da Função Pública, a cargo da sub-secretária de uma coisa que se chama "Modernização Administrativa".

Na óptica do governo, modernizar o estatuto remuneratório da Função Pública consiste fundamentalmente em aumentar o leque salarial, introduzir mecanismos elitistas de diferenciação e hierarquização entre os vários escalões e de uma carreira para a outra, fixar para a maioria dos professores e outros sectores aumentos ridículos, quando se conhece a quebra dos salários da Função Pública nos últimos 14 anos, tratar as camadas inferiores dos trabalhadores do Estado abaixo de cão!

Ainda em matéria de "modernização", o governo decidiu-se a retomar uma modalidade, por sinal bem antiga: pôr os professores a ganhar muito menos que os outros trabalhadores com as mesmas habilitações.

O documento, que não refere os subsídios suplementares - refeição (o que faz supô-lin-

tregados nos aumentos!) não situa os bacharéis do preparatório e secundário, esquecendo ainda aquela enorme massa de mão-de-obra eventual que são os professores provisórios.

Mas o erro maior de Cavaco parece ser o de subestimar a capacidade de reacção dos professores. E ela aí está: 80% fizeram greve a 11 de Maio. Depois dos enormes plenários e concentrações do dia-E, a taxa de adesão às greves de 22, 23 e 24, convocadas pelos vários sindicatos, ultrapassou os 90%. Comissões de luta alargadas a todos os professores surgem em muitas escolas e começa a esboçar-se em alguns casos a coordenação de zonas!...

No editorial do número de Maio do jornal da Fenprof faz-se uma citação do "Hóspede de Job" de Cardoso Pires: "*Tudo vai de saber guardar a confiança. / De não esmorecer*".

Na nossa opinião tudo vai de saber aproveitar a esta espontaneidade organizativa, a disponibilidade para a acção unitária dos professores. Encontrar uma direcção para as lutas que não as deixe esmorecer. Optar por formas de luta que, exigindo criatividade organizativa e um máximo de solidariedade, acarretem um mínimo de custos e um máximo de eficácia - é assim que, desde já, se impõe a preparação do boicote ao final do ano lectivo.

24-5-1989

luís zuzarte
mário sérgio

OS FANTASMAS ACORDAM

Alguns fantasmas do passado aproveitaram este mês de Maio para vir à superfície. E a comunicação social deu-lhes foro de acontecimento - não apenas de notícia em poucas linhas que mereciam, já que é sempre bom saber estas coisas, para não esquecer que existem.

O centenário de Salazar e a vinda do fascista Blas Pinar foram, pois, acontecimento. Os velhos senhores e as velhas senhoras passearam-se com o homem por conferências de imprensa e romagens de saudade a Santa Comba, acompanhados por jovens nazis, um dos quais - chamado Castelo Branco, registe-se - se lembrou de dizer que só com Salazar Portugal conheceu a "verdadeira liberdade", coisa que imaginou, ou lhe contaram, pois não deve ter idade para a ter "conhecido" pessoalmente. Muito menos os outros juvenzinhos de olhos em alvo, que puseram a velhada toda a esticar o braço como se fosse da Mocidade Portuguesa.

Depois, foi a grande alegria dos católicos "marianos" ao saber que aos "pastorinhos" foi enfim permitido subir o primeiro degrau da santidade. É sabido que santos da casa não fa-

zem milagres, mas estes, de qualquer modo, já não vão vir a tempo de nos fazer "ganhar o desafio do Mercado Único", coisa que, de resto, já não se pode ouvir.

Uma pequena invasão, de pólvora seca, a destes fantasmas. Que não passa, por enquanto, de folclore - e por isso sempre esta gente se pelou.

Mas há quem vá, sem chegar a estes extremos, dando umas ajudazitas, que se dispensavam, à corrente "nacionalista" onde tudo isto bebe. Ele é a "portugalidade" do MEC, tão ridícula como o "federalismo" dos seus inimigos, os Pimentas e Lucas Pires (feroz nacionalista na sua juventude!), que sonham um dia ser ministros da Europa. Ele é a canção festiva, toda "conquistadores", "heróis", etc., etc., talvez sem paralelo nas mais reaccionárias canções do tempo salazarista. Enfim, também tudo pólvora seca. Mas convém estar atento.

E aproxima-se o 28 de Maio. E o 10 de Junho. Datam tão queridas naqueles tempos. A segunda ainda é, mas sem se chamar "Dia da Raça", apesar de tudo. Há quem vá brincando com o fogo, muito democraticamente. Convém estar atento.

j. m. p.

POLÍTICA

OS NOVOS HERÓIS

Começa a despontar em Portugal uma vaga de novos heróis.

É gente de bom fundo, que gosta de papéis e contas. Confiel, cumpridora, com carreira à frente - noutros departamentos do Estado, noutras empresas, noutros governos. Quando dão informações aos órgãos de informação, são fontes anónimas. Mas são os bons do momento. Acredita-se que passaram por momentos dilacerantes. Até que optaram pela sua Honra. Contra os maus da fita, os dos escândalos mais visíveis.

Directores-gerais, chefes de gabinete, administradores, secretários de Estado, lá têm levado a sua triste vida de reuniões, officios, despachos. Nos jornais aparecem agora com o carimbo de demissão e pequenas biografias explicativas. Casos obscuros. Só os eleitos saberão se foram eles que quiseram partir ou se os obrigaram a fazê-lo. Saem e não explicam porquê, nem para aonde. Não têm nada que explicar aos es-

pectadores da política que somos nós. Não podem, não querem, não devem. Suspeita-se que têm muito que contar. Mas não contam. Gente dedicada, fiel, cumpridora, com carreira à frente - noutros departamentos do Estado, noutras empresas, noutros governos. Quando dão informações aos órgãos de informação, são fontes anónimas.

Mas são os bons do momento. Acredita-se que passaram por momentos dilacerantes. Até que optaram pela sua Honra. Contra os maus da fita, os dos escândalos mais visíveis.

É Joaquim Pinto Coelho, ex-Director-Geral da DAFSE, a contar com os desvios do FSE. É José Manuel Veiga de Macedo, ex-chefe de gabinete de Cavaco, ex-administrador da Tabaqueira, ex-Conselho de Gerência da RTP. É, de outro modo, Manuel Torres, Director-Geral dos Equipamentos do Ministério da Educação.

Uma pequena amostra de um iceberg de novos heróis.

o. d.

PASSA
PALAVRA

Caros companheiros,

Serve a carta para vos solicitar que passem a enviar-me o "Combate" para o novo local onde actualmente trabalho. Dispensam-se as palavras, a paz vai apodrecendo, os combates andam aí ao virar da esquina, e é sempre bom quando alguém se interroga um pouco além do "como aqui chegámos" do Zé Mário.

O "Combate", vocês sabem melhor que eu, é uma maneira decente de se acordar de manhã, ou de andar acordado, quero dizer eu.

Sei que a casa não ia abaixo sem os meus mil paus, mas já estou farto de receber a vossa notável intervenção em corpo 8 com a avença e o companheirismo a "substituírem" os maravedis da assinatura. Acompanha, pois, cheque e cupão.

A tassa onde roço os cotovelos pelo balcão é agora outra.

Embora a única filiação que reconheça não tenha a ver com partidos, exerce outras militâncias, como a dos companheiros, a dos gajos a quem não tremem as polpas dos dedos quando alinhavam a próxima notícia, a da malta que se reconhece ainda que, em alguns casos, se não conheça.

Disponde, pois, quando entenderdes, para o envio do jornal e para o resto que precisardes e em que julgais poder eu contribuir.

Um enorme abraço,

R. P. (Lisboa)

* * *

Caros senhores:

Sou assinante do vosso jornal e gostaria de oferecer uma assinatura anual a dois amigos meus como prenda de anos. Para tal, envio cheque dessa quantia e mando-vos os endereços e nomes a fim de que possam enviar já o próximo número (...).

Aproveito ainda para vos felicitar por este vosso jornal e desejar que as lembranças de um bonito Abril que vivemos há 15 anos consigam subvertir esta tristeza que tanto randa os corações.

Um abraço.

O. T. (Ilhavo)

MITOS E REALIDADES

JOÃO MARTINS PEREIRA

Na moderna mitologia liberal, PÚBLICO equivale a burocrático, dirigista, ineficiente, paralisante, irracional, esbanjador de recursos, socializante, suspeito, privado a criativo, competitivo, produtivo, eficiente, racional, gerador de riqueza, ousado, livre.

De um lado, tudo mau, do outro, tudo bom. Estávamos nós muito convencidos disso, quando o Cadilhe, que só fala da iniciativa dos agentes económicos, de privatizações, na lógica sequência da sua famosa tirada de que "o Estado é bronco nos negócios", vem pôr tudo de pernas para o ar.

Numa entrevista televisiva no passado mês de Julho, em que foi surpreendentemente confrontado com a questão das "indemnizações" (como se, numa entrevista com tempo limitado, isso constituísse uma das grandes preocupações nacionais...), o Cadilhe não esteve com meias medidas: "Não só não dispomos de meios financeiros para pagar indemnizações justas, como acho que, fazê-lo, não seria bom para o país. O que iriam os antigos grupos expropriados fazer com esses larguíssimos milhões de contos? O Estado sabe melhor o que deve fazer-lhe, para bem dos portugueses" (citado de memória).

Então o Estado é que sabe como e onde deve investir "para o bem dos portugueses", *melhor* do que a iniciativa privada?

Este tipo de aparentes contradições não é de hoje, vem mesmo muito de trás. Para não ir mais longe, veja-se um exemplo elucidativo. A partir do momento em que, em 1917, retirando a dolorosa lição da Comuna de Paris, Lenine nacionalizou a Banca, esse acto *político* tornou-se uma das grandes bandeiras programáticas da revolução socialista. Porém, a segunda nacionalização em bloco de um sistema bancário (em tempo de paz) na História europeia, quem a fez foi... o general De Gaulle em 1945, também por motivos políticos, mas obviamente não os mesmos de Lenine. E já antes dele, não eram raros os bancos e empresas públicas ou nacionalizadas... nos países fascistas. De qualquer modo, o sector público, no sentido mais geral, incluindo a administração, serviços e empresas públicas, não cessou de crescer desde a segunda metade do séc. XIX, em todos os países capitalistas - e continua, pese embora a nova moda do liberalismo. É que mesmo os mais ferverosos adeptos do mercado livre e da concorrência, reconheciam haver actividades de *que eles próprios necessitavam* e que se prestavam mal, ou não se prestavam de todo, aos mecanismos competitivos: as grandes obras públicas, a educação de massas, os exércitos permanentes, etc, etc.

Nenhuma dessas coisas interessam à iniciativa privada *como negócio*: ou pelo enorme volume de investimentos, ou pela impossibilidade de se formarem preços e a respectiva "procura" (por ex., as estradas), ou pela incapacidade do "mercado" para pagar um "preço compensador" (p. ex. as escolas, com excepção dos colégios para minorias seleccionadas), ou porque se trata de actividades improdutivas, de pura despesa irre recuperável (p. ex. as Forças Armadas).

Mais tarde, foi a vez dos transportes, telecomunicações, actividades mineiras, produção de energia e mesmo algumas indústrias "estratégicas".

Após a 2.ª Guerra Mundial, surgiram os sistemas de segurança social e, quase sempre pela mão de partidos socialistas, numerosas indústrias foram nacionalizadas.

Até muito recentemente, a "alternância" de partidos de esquerda e de direita não modificou o panorama: foram raríssimas as desnacionalizações.

A existência de poderosos sectores públicos não prejudicou minimamente os empresários privados, muito pelo contrário: os 30 anos que se seguiram a 1945 foram de excelentes negócios e de constante crescimento nos mais capitalistas dos países capitalistas. Os empresários não se queixavam do sector público: não fora ele que, sustentando a procura e o emprego, eliminara o espectro de crises como a dos anos 30?

Como explicar, face à pureza da teoria, tão evidente contracenso? De facto, esse alargamento em flecha do sector público, burocrático, improdutivo, introdutor de insanáveis irracionalidades na "utilização dos recursos", *deveria* ter travado o desenvolvimento económico, espartilhado a iniciativa privada, distorcido a concorrência. Em que ficamos?

A resposta nem é difícil.

Uma coisa é a "teoria", facilmente transformada em ideologia, outra é a prática política concreta. Na realidade, o sector público (*qualquer* sector público) é comandado pelo poder político de Estado, cujos detentores não só se servem dele como instrumento de reforço (e perpetuação, se possível) desse mesmo poder, mas sobretudo o utilizam em benefício da sua própria base social e dos interesses que a poderão alargar. Isto quer dizer que as nacionalizações de Lenine, as de De Gaulle ou as dos trabalhistas ingleses só têm de comum o nome. Também, entre nós, as nacionalizações de 1975 tinham um objectivo, mas, depois de 1976 e até hoje, vieram a ter outros totalmente distintos. Perguntar-se-á: então porque não se fizeram as privatizações logo nos anos imediatos? Terá sido só "porque a Constituição não o permitia"?

É óbvio que não: muitos processos havia para tornar as disposições constitucionais (as concessões de exploração, por exemplo, como agora se fez com a CNP, sem esperar pela revisão constitucional) e, de qualquer modo, nada impedia as famosas "privatizações a 49%".

É certo que o "clima político" (as chamadas "relações de força") não estaria suficientemente "maduro" nos primeiros anos, mas o facto é que nem nos três anos de maioria absoluta da AD (1980-82) se deu um passo nesse sentido. As empresas públicas *serviam* ao poder político para *outras coisas*, prioritárias em relação à própria ideologia apregoada. Serviam, e continuam a servir: após quatro anos de cavaquismo (dois deles com maioria absoluta), contam-se pelos dedos de uma mão, e sobram, as privatizações já efectuadas...

Que coisas tão importantes eram, e são, essas?

Em primeiro lugar, elas serviram para a consolidação dos grandes "partidos do poder": o acesso fácil a cargos de gestão no sector público atraiu ao PS e ao PSD muito economista, muito engenheiro ou jurista, que nas empresas públicas puderam exercer, sem risco e sem responsabilidade, as suas competências e incompetências. E ainda que só conseguissem (caso frequente) que perdessem cada vez mais dinheiro, isso até servia para confirmar a ideologia: pois não é o Estado bronco nos negócios? Entretanto, as empresas públicas eram utilizadas como canal privilegiado para ir alegremente aumentando a dívida externa até ficarem asfixiadas, mas que importava isso, se permitia ir adiando uma "austeridade" politicamente pouco compensadora? Finalmente, havia que esperar que novos grupos económicos se formassem, e que as condições "externas" propiciassem ao Estado algum fôlego financeiro e aos empresários um melhor "clima de negócios". Com efeito, ninguém "pega" em empresas falidas, pelo que havia primeiramente que as "sanear financeiramente" (injectar capitais e assumir dívidas). E, por outro lado, a chamada "consolidação do sistema democrático" exigia que as empresas privadas não fossem parar *todas* a mãos estrangeiras, já que aos novos grupos económicos caberia ser o seu (do sistema) sustentáculo futuro, como os "antigos" o foram do anterior.

A "reviravolta de 1986" (não o cavaquismo: este foi apenas o seu beneficiário) trouxe enfim a luz verde: não só as inesperadas "condições externas" (descida do preço do petróleo, do dólar e das taxas de juro internacionais) despejaram um maná financeiro nas mãos do 1.º Governo de Cavaco, como a entrada na CEE, nesse mesmo ano, anunciou outros manás em anos futuros, animou o tal "clima de negócios" e reforçou a tónica privatizante.

Mas nada de pressas, a teoria pode esperar mais uns tempos. A frase de Cadilhe ganha agora toda a sua clareza: não são os *antigos* grupos económicos (de nula expressão *política*) que lhe interessam, mas os *novos*. São esses que tencionam beneficiar, com eles que espera formar um sólido bloco dominante, "para o bem de todos os portugueses". E enquanto eles ganham raízes, dinheiro e poder, a lentidão do processo irá permitindo rodar mais uns quadros pelos muitos conselhos de gestão ainda disponíveis, reforçando a tecno-estrutura dirigente, económica e política, a mesma que um belo dia transitará entre os gabinetes do poder político e os desses grupos económicos (não se passaram já para dois deles os presidentes da Siderurgia Nacional e dos CTT-TLP?), como "se faz nos países civilizados".

E ainda há por aí quem diga mal do sector empresarial do Estado? Só mesmo os liberais puros e duros, que acreditaram que o Reagan falava a sério, sem sonhar que a maior "empresa" americana é bem capaz de ser a NASA. Pública, pois então...

A SOCIEDADE COMPETITIVA

Por tratarmos do tema do presente "dossier", publicamos dois textos do livro "O dito e o feito (Cadernos 1983-87)" do nosso redactor João Martins Pereira, que a Salamandra vai editar no próximo mês de Novembro.

23 DE SETEMBRO DE 1985 - UMA ENTREVISTA DE John McEnroe, n.º 1 do ténis mundial, ao *Spiegel*, faz-me voltar ao Hobbes e à sua descrição do estado de natureza: "Assim, na natureza humana, encontramos três principais causas de conflito. Primeiro, a Competição; depois, a Desconfiança mútua; enfim, a Glória. A primeira faz os homens disputarem-se pelo Ganho, a segunda pela Segurança, a terceira pela Reputação. (...) Daqui decorre manifestamente que, enquanto os homens vivam sem um Poder comum que os mantenha a todos em respeito, eles estarão naquela condição a que chamamos de Guerra; e tal guerra é de todos os homens contra todos os homens". Para Hobbes, só esse Poder forte, esse Leviathan acima da lei, possibilitará aos homens a vida em sociedade, a passagem da Barbárie à Civilização.

Que diz McEnroe? "Na América, ensinam-nos assim: tenta ser sempre o melhor, só o óptimo é que serve para te realizares. Fui educado assim. Essa ideia faz parte do *American Way of Life*." "Ser o n.º 2, ou o n.º 3, ou mesmo o n.º 4, ainda aguentaria. Mas não sei se por muito tempo." "Quando, no ano passado, o Lendl me ganhou em Paris, passei a pior noite da minha vida. Enfiei 15 cervejas para dormir e não consegui, tal era a minha raiva." "No ténis profissional, é como no boxe, com a única diferença de que ninguém mata o adversário com um murro. Tanto no ténis, como no boxe, por mais triste que isto seja, um tem de perder, e o resto não conta. E quando digo perder, não se trata só de uma mão-cheia de dólares." "Para viver, já me bastam os rendimentos. O que não sei é se poderia aguentar o mesmo nível de vida. Habituei-me a uma vida de luxo e quero mantê-la".

Competição, disputa pelo Ganho; Glória, disputa pela Reputação - não será isto? Também o patrão de uma grande multinacional escreveu um livro, dirigido ao americano médio, intitulado *Get a chance to be the first* (qualquer coisa como "agarrar a oportunidade de ser o primeiro" ou, melhor, "arrisca ser o primeiro"). E muitos outros exemplos não faltariam.

Quanto à questão da desconfiança mútua, ainda há tempos me chegou o texto de uma conferência empresarial nos E. Unidos, em que, perante a crescente dificuldade de conseguir fazer seguros de responsabilidade civil com prémios razoáveis, os chefes de empresa atribuíam esse problema à "natu-

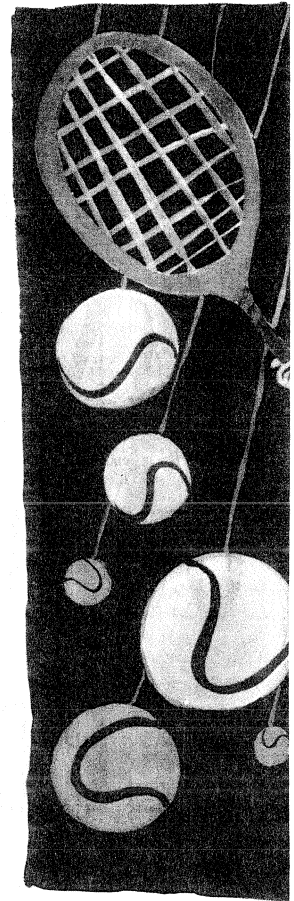
reza litigiosa do público americano" e sugeriam que se ensinasse, aos jovens, desde os bancos da escola, que "não existe sociedade sem risco, logo, cada um deve assumir alguma responsabilidade pela sua própria segurança e pelos riscos normais da vida quotidiana". Traduzindo por miúdos: não devem passar a vida a desconfiar uns dos outros, e a ir para os advogados e para os tribunais por dá cá aquela palha. Também uma revista americana dizia, a respeito do problema da "liderança" nos E. Unidos: "A América é individualista e pluralista, nela abundam as clientelas e os interesses, cada um dos quais, ao que parece, tem por trás um grupo de advogados. A liderança é difícil numa sociedade litigiosa, que tende a querer tudo explanado em contratos". Ai temos, pois, a desconfiança, o litígio, a luta feroz pela segurança *contra os outros*, que estão na origem de grande parte dos riscos da vida em sociedade. Em resumo, não teremos aqui o curioso paradoxo de ser a sociedade aparentemente mais avançada e mais civilizada do mundo aquela que mais se assemelha ao "estado de natureza" que pintou Hobbes, à "guerra de todos contra todos", ao conflito permanente pelo dinheiro, pela segurança e pela glória?

17 de Maio de 1987 - Num recorte do DN (de Fevereiro), que tem andado por aí à espera de vez, cita-se o "respeitável Christian Science Monitor" a propósito da "glasnost" portuguesa:

"Fazer dinheiro voltou a ser respeitável em Lisboa, treze anos depois de os revolucionários terem fechado a bolsa, nacionalizado 53% !!! - exclamação minha] da economia e transformado a palavra capital num termo obscuro".

Segundo o autor, "a Bolsa de Lisboa está a assistir a um *boom* sem precedentes, alimentado, dizem os observadores, por investidores estrangeiros e capitais portugueses que regressam a casa depois de terem estado, ilegalmente, depositados em contas na Suíça".

Reconheço que isto é verdade, e que a febre do dinheiro faz hoje andar a cabeça à volta a muitos que o têm, e a muitos mais que o não têm, mas "arranjam"... E a Bolsa continua a ser para mim umas das formas mais detestáveis de "fazer dinheiro": fazer dinheiro a partir do dinheiro, gerar dinheiro só porque já se tem dinheiro, sem esforço, sem sequer o fazer passar por qualquer actividade socialmente útil. Em Portugal, sobretudo, em que a Bolsa é a tal ponto um lugar de especulação que



insuspeitos economistas já a apelidaram de "o Grande Casino". Aos que continuam a apregoar que a Bolsa é o "termómetro da saúde da economia", responderei que o não é (ou é em sentido inverso) da "saúde da sociedade". O que se passa hoje na Bolsa de Lisboa só pode ser um mau sinal, não, em rigor, da saúde da sociedade, mas do que dela querem fazer. Mas há outros. Um deles, de que nestes dias tanto se fala: os prémios.

Só no DN de anteontem vinham referidos, com notícias sobre as entregas, a atribuição ou a criação, todos estes prémios: de jornalismo do Clube Português de Imprensa (entrega com discurso de Cavaco), que irá ser alargado à Rádio e à Televisão; de reportagem, da Feira Nacional de Agricultura; de jornalismo científico, anunciado pela JNICT; de "Imprensa do mutualismo", "Artur Portela" e "Imprensa de solidariedade", todos da Casa da Imprensa; de literatura, do Instituto Franco-Português. E ainda muito recentemente se assistiu à controvérsia sobre o Grande Prémio da APE (vencedor David Mourão-Ferreira), e foram atribuídos muitos outros: PEN, Câmara Municipal de Lisboa, Prémios de Ciência da Fundação Gulbenkian, etc. etc.

Eu sei que, nalguns casos, isto permite "dar umas massas" a gente tradicionalmente mal paga, sobretudo escritores e jornalistas, embora os premiados nem sempre sejam os mais aflitos, pois não é esse o critério de escolha, admitindo que há algum. E duvido seriamente de que esta euforia de prémios de algum modo contribuía para que tenhamos melhor literatura, melhor jornalismo ou melhor ciência.

Para perceber o que se passa, talvez valha a pena lembrar alguns outros "sinais", outros tantos pré-



A GUERRA PELO SUCESSO E PELO DINHEIRO

JOÃO MARTINS PEREIRA

mios disfarçados. Não o é hoje, por exemplo, a entrada na Universidade, com a barreira do "numerus clausus", que faz os jovens liceais disputarem ferozmente a nota, chave do acesso, olhando-se uns aos outros como irredutíveis rivais, escondendo uns dos outros as fontes bibliográficas, recusando qualquer entreajuda? E a pequena guerra das comunicações a Congressos e Colóquios que travam entre si os que querem fazer carreira universitária, e precisam de "fazer curriculum" para melhorar a sua posição na escala das subidas e dos concursos, chegando a disputar as datas, e até as horas, das defesas de tese, pois o que se doutorar de manhã "fica à frente" do que se doutorar à tarde? E a disputa pelos cargos públicos, pela inclusão nas listas de deputados, por um lugar em Bruxelas? Nada disto faz melhorar a qualidade de nada, nem de ninguém, nem sequer permite seleccioná-la. Porque o que está em jogo é "mais dinheiro" e "mais panache/prestígio social", e raramente são os de melhor qualidade que se prestam aos jogos de influência e às humilhantes subserviências indispensáveis para conseguir a tal ida ao Congresso (tem de se fazer os fretes ao Prof...) ou o tal lugar na lista (tem de ser bem visto pelos altos dirigentes do Partido). Poucos são os que têm a candura de um Villaverde Cabral, que declinou um lugar elegível de deputado com o argumento de que "já tem um lugar suficientemente prestigiado", o que dá bem a ideia de que ser deputado não é visto por muitos como um serviço público prestado aos cidadãos-eleitores, mas apenas como uma posição de prestígio, na reali-

dade como um trampolim para uma carreira política, e, precisamente por isso, é mínimo o seu prestígio junto dos eternos enganados que são os tais

cidadãos-eleitores.

Mas isso que importa? Do que se trata, pois, em tudo isto, e voltando ao princípio, é de procurar criar entre nós uma "sociedade competitiva", a menina dos olhos dos novos liberais. É ela, como se viu, desenvolve mecanismos de contenção e conformismo, face aos influentes e aos que decidem, muito mais do que premeia a qualidade: quase sempre, a qualidade excepcional está nos inconformistas, nos iconoclastas, nos "livres pensadores", indiferentes às modas e aos burocratas, e esses é raro serem distinguidos — não só entre nós.

Claro que estamos ainda muito longe, e penso que sempre estaremos, felizmente, da extrema agressividade de sociedades como a americana ou a japonesa. Basta recordar a entrevista do McEnroe (nota de 23 de Setembro de 85) e a violência da disputa entre os jovens japoneses pelo acesso aos Colégios e Universidades que se sabe serem aqueles onde os grandes grupos económicos habitualmente "vão recrutar". Mas são esses os modelos que para cá se quer trazer à fina força. Nestas alturas lembro-me sempre do operário moçambicano que vi batendo um ritmo de batucada à cadência do ruído da máquina que estava a vigiar numa fábrica. Pressentia-se ali a violência cultural da industrialização "à fina força", e dava que pensar, mais do que qualquer tratado, sobre modelos de desenvolvimento. Se fosse possível distinguir esquerda e direita por um único par de valores contrários, ele seria certamente "solidariedade vs. competitividade". Serão os homens, por natureza ou por tendência — ou por necessidade social —, agressivos e competitivos ou solidários e propensos à entreajuda? Ninguém o pode provar: o que se pode é escolher.

AS REVISTAS AMERICANAS ESTÃO CHEIAS DE artigos sobre as novas gerações, o que fazem e o que querem. É natural: serão eles, e alguns já são, os futuros dirigentes nas empresas, nos negócios, na política dos Estados Unidos.

Chamam-lhes os "baby boomers", ou seja, os que nasceram nas eufóricas décadas do pós-guerra, algures entre 1946 e 1960. São hoje perto de metade da população americana.

De entre eles, distinguem-se os "yuppies" (jovens profissionais urbanos), ou seja, os cerca de 3,5 milhões que ganham mais de 50.000 dólares/ano (cerca de 8 mil contos/ano) e são graduados em boas universidades, por vezes com estudos pós-graduação.

Vejamos algumas citações de artigos recentes, que dão uma boa imagem das suas motivações, comportamentos e "estilos de vida":

"O trabalho é aonde eles se 'realizam', tal como um atleta, ganhando o aplauso da multidão. Quatro em cada cinco dos jovens gestores que entrevistámos, fez desporto organizado na adolescência. Essa experiência, talvez mais do que qualquer outra, modelou o modo como pensam e falam acerca do seu trabalho. Todos se orgulham de ser competitivos. Cada um quer ser um vencedor, e ser parte de umas equipas vencedoras. Diz um deles: 'Orgulho-me de ser competitivo. A minha mulher e eu somos competitivos, os meus miúdos são competitivos. A competição traz ao de cima o melhor de nós'".

"Um professor da Escola Médica de Dartmouth que conduziu um inquérito a 500 *baby-boomers*, observa: 'os pais deles, no seu tempo, procuravam um emprego e uma casa nos subúrbios — e isso correspondia a um forte sentimento de identificação com os outros. Os *baby-boomers* pelo contrário, querem uma identidade que ninguém tenha tido antes, querem fazer algo de extraordinário'.

"Jelveh Palizhan, 30 anos da Business School da Universidade de Chicago, hoje à frente da sua própria empresa de importações, exprime-o com clareza: 'É curioso: quando foi dos Jogos Olímpicos no ano passado, eu preferi sempre vê-los sózinhos. Gritava e explodia em cada acontecimento — fosse atletismo, natação, ski ou patinagem. Eu, simples-

mente, desejava ardentemente tornar-me um daqueles. Desejava ser um fenómeno'".

"Larry Woods, 31 anos, director de marketing de uma empresa de telecomunicações, é solteiro, adora comida requintada, tem um Porsche 944, joga forte na Bolsa e comprou recentemente uma segunda casa, que está a decorar com pintura original e antiguidades de alta qualidade. Diz ele: 'O dinheiro é o único resultado (do que fazemos) a que os outros estão atentos, o único que vai deixando marcas'".

"É o que diz, por outras palavras, o director de um grande banco comercial: 'O que me diferencia e diz do meu sucesso é a casa no Hamptons (um bairro de luxo) e o Ferrari à porta'".

"A aquisição de prestígio de um *yuppie*, hoje em dia, é a casa, se possível, um 'castelo', se não um palácio. As casas que se estão vendendo melhor são da ordem dos 400-500 m², ou seja, com 6 ou 7 quartos de dormir e um preço médio de 75 mil contos. Diz um comentarista: 'Eles, simplesmente não se satisfazem com uma casa. Querem um estaluto, uma afirmação'".

Donald Trump, o "jovem, belo e ridiculamente rico tycoon imobiliário de Nova York", diz à *Time*: "Adoro ter inimigos. Luto com eles. Gosto de os esmagar" (Numa entrevista ao INDEPENDENTE, Clara Ferreira Alves dizia quase o mesmo: "Claro que tenho inimigos. Um galó de combate não pode andar a dar bicadas para o ar!"). Ainda Trump: "O meu estilo de fazer negócios é simples e directo. Simplesmente forço, forço até obter o que quero". "Quanto é que ele faz? Quanto foi o negócio? Quanto é que ele pagou pela casa? Pelo barco? Pela pintura? O dinheiro parece ser a única coisa que conta nos dias que correm.

Diz um gestor: "Não é que as pessoas valorizem hoje mais o dinheiro; apenas sucede que valorizam menos tudo o resto — não que sejam mais gananciosas, mas sim que não existem outros valores que compitam com o dinheiro. Elas não sabem a que outra coisa dar valor".

(citações de diversos artigos e entrevistas publicadas na TIME e na FORTUNE entre 1987 e 1989).

continuação da página anterior
Professores da Grande Lisboa, por frustrar totalmente as expectativas dos seus associados quando não consegue apresentar dados concretos sobre como "obrigou o governo a aceitar a equiparação das carreiras docentes às carreiras da Função Pública". Tanto mais que na maioria dos artigos, só parece interessada em denegrir a imagem da Oposição, (segundo os resultados eleitorais "ganhou por folgada maioria", diz o editorial), e assim faz parecer estar mais interessada em lutar contra 37,1% dos votos sindicais do que contra o projecto da equipa de Roberto Carneiro.

Luís Cruz

INDONÉSIA

CHEGOU SUA SANTIDADE

AS MALAS ESTÃO AVIADAS: O PAPA vai mesmo à Indonésia e visitará Timor Leste, em visita guiada pela ditadura militar. Respondendo às pressões dos meios de solidariedade, um alto dignitário do Vaticano, Monsenhor Nucci – segundo relato das rádios portuguesas – teria afirmado que 400.000 mauberes pesariam menos do que as boas relações entre Sua Santidade e a Indonésia. Não é caso para menos: já pouca gente se lembra do sangrento golpe de Estado com que esta ditadura se instalou no poder em 1965, sobre os cadáveres de meio milhão de comunistas e seus simpatizantes; muito menos ainda terão conhecimento dos genocídios dos papuas, que precedeu a aniquilação da resistência noutras ilhas. Por que seria Timor diferente? Timor-Leste tem sido uma das mais tenazes oposições à ordem indonésia. Apesar da chacina, a Fretilin mantém-se activa no interior e é capaz de tomar iniciativas militares; os protestos internacionais não se calam, apesar do realismo diplomático que leva a URSS a abster-se sobre a questão nos foruns internacionais e os Estados Unidos e os seus aliados considerarem a Indonésia como um dos seus bastiões mais seguros na área. Neste contexto, a visita do Papa é um apoio não camuflado a esta ditadura – mesmo que, discursando em Dili, Wojtilya diga palavras de circunstância acerca de repressão. "Se te dão uma bofetada, estende a outra face", esta norma da passividade social que tem vindo a ser pregada desde sempre pela Igreja oficial nunca teve uma aplicação tão odiosa como agora.

f. l.

TERRA MÃE

NOVIDADES

CINQUENTA ESCUDOS POR VINTE PÁGINAS, trimestralmente, não é pedir demais. Sobre tudo se esta revista preencher um pouco desse espaço que tem sido tão disputado e tão mal utilizado; melhor ainda, se o fizer com sinceridade, desinteresse e conhecimento de causa. "Terra Mãe" é uma nova revista ecológica, dirigida por João Paulo Cotrim e com a colaboração de uma equipa coordenadora com Leandro Rosa, Costa Marques, Teófilo Braga e outros. Propõe-se "expressar e promover uma corrente de pensamento e acção em consonância com os mais fecundos movimentos verdes e alternativos europeus e universais". A sua característica fundamental, diz ainda a nota de abertura, reside "na autonomia, a qual significa uma recusa da manipulação ou aproveitamento instrumental dos grupos ambientalistas como correias de transmissão seja de quem for, contrariando deste modo um fenómeno que se tem por vezes verificado entre nós". E, assim, só podemos aplaudir estes objectivos. A revista insere-se numa corrente ecológica mais próxima dos Verdes franceses do que dos Alemães, que são criticados nesta edição; procura apresentar o multifacetado e embrionário movimento ambientalista português e enriquecê-lo com estudos, artigos, informações. Não é preciso mais para esta apresentação e recomendação.

SILÊNCIO

O VERDE E O NEGRO

CONVERGÊNCIA DE SUCESSIVAS INCURSIAS, ai teve a costa alentejana a "sua" maré negra: primeiro foi o desmoronamento, ao primeiro vendaval, do molhe do Porto de Sines, deixando blocos imensos de betão por ali espalhados sabe Deus como; depois foram, ao que diz a imprensa, anos seguidos em que ninguém procurou saber onde ficaram e que riscos faziam correr à navegação; enfim, foi uma das tais manhas de nevoeiro, em que a Capitania do Porto considerou desnecessário fechá-lo; para terminar, os erros de navegação do piloto do Porto ou do Comandante do navio (nunca se saberá, tal como nunca se soube quem foi o responsável por tudo o que está para trás), e aí temos três rombos num petroleiro com mais de 100.000 toneladas de petróleo bruto (ou seria nafta? Todos falam como se fosse a mesma coisa, mas são coisas muito diferentes...). Durante mais de uma semana, fez-se o silêncio. Até que Sua Ex.ª o Secretário do Estado do Ambiente decidiu visitar o local, e os jornalistas acharam que, com isso, o assunto voltava a ser notícia. Visitaram as praias que ele visitou,

ouviram o que ele disse: mas o objectivo principal da visita era modesto, pois tratava-se, acima de tudo de... apurar a quantidade de petróleo derramado! Ficou-se, então, a saber (como?) que terão sido apenas 6 mil toneladas, isto é, nada comparável às "grandes" catástrofes da Bretanha ou do Alasca. Mas se há silêncio que surpreende, se algo ainda nos surpreende, é o que religiosamente mantiveram todos os que se intitulam "ecologistas" ou "verdes": é simplesmente espantoso que tal catástrofe ecológica, porque assim lhe devemos chamar, tenham sido 6 mil ou 60 mil as toneladas, tenha deixado indiferente toda essa rapaziada. É certo que os dois "Verdes" mais co-

nhedidos, o Pimenta e a Maria Santos, estavam ambos ocupadíssimos com reuniões, candidaturas e eleições para cargos diversos no Parlamento Europeu – e "compreende-se" que achassem isso bem mais importante. Quanto aos outros, deviam estar todos em férias em praias de oiras costas, ou então entretidos a negociar "importantes acordos" que talvez lhes dêem uns veredores em quaisquer Câmaras Municipais lá para o fim do ano. Retirado das praias por tecnologias utilizadoras, como é costume, de "mão-de-obra barata", o bruto (quero dizer, o petróleo) terá sorriso e dito entre dentes, se os tem, à moda antiga: "Até ao meu regresso...".

J. m. p.

MEMÓRIA PARA 92

"SE tal acontecesse (a coligação PS-PC ganhar a Câmara de Lisboa), iríamos ter 'comissões operárias de las calles', em todo o lado e à porta da Câmara, a propósito de tudo e de nada".

(Krus Abecassis, em entrevista a "O Jornal")

"O ACORDO (PS-PC) é o 11 de Março trazido para as urnas."

(idem)

"O ACORDO PS/PCP para as eleições autárquicas em Lisboa constitui uma autêntica vergonha nacional".

(Alberto João Jardim, no "Diário de Notícias")

"VÃO ter muitas saudades dos 10 anos em que metiveram à frente da cidade (de Lisboa). Vai acabar a paz".

(Krus Abecassis, em entrevista a "O Jornal")

"MARCELO Rebelo de Sousa é o melhor candidato para me suceder. Inteligente e capacíssimo. Claro que não há duas pestes iguais. No caso de Álvaro Barreto, por exemplo, acredito que o seu estio estivesse mais perto do meu".

(idem)

"FUI eu que escolho o Marcelo".

(Krus Abecassis, no "O Tempo")

"ESSES intelectuais são uns imbecis".

(Krus Abecassis, no "Independente")

"O MENINO faz chichi, mas o CDS não é ama seca do PSD".

(Nelva Correia, secretário-geral adjunto do CDS, citado por "O Diário")

"NÃO sou uma ave de arribação. Sou um tripeiro".

(Carlos Brito, candidato do PSD à presidência da Câmara do Porto)

"SO saio de Estrasburgo para ser Presidente da Câmara Municipal do Porto".

(Fernando Gomes, candidato do PS à presidência da Câmara do Porto)

"SE Cavaco sair concorro a líder".

(Alberto João Jardim, em "O Dia")

"TUDO o que está escrito na Bíblia tem-se cumprido".

(Roberto Carlos, em "O Diário")

"AS posições que sempre assumi causaram-me alguns dissabores e incompreensões, para além de faltas de educação".

(Alberto João Jardim, em "O Tempo")

"NÃO é de admirar que, um dia, estes jornalistas (do 'Independente') apareçam espancados na rua".

(Tomás Taveira, citado pelo "Expresso")

"COMO se não bastassem os comunistas, agora há o crude".

(o "Tempo")

1789-1989

ESTA REVOLUÇÃO É NOSSA!

32 CHEFFES DE ESTADO E DE GOVERNO, personalidades da diplomacia e da cultura foram os convidados oficiais destes 200 anos da revolução francesa. Em discursos e jantares, pequenos-almoços e recepções falaram de Liberdade, de Igualdade e de Fraternidade. Comoveram-se com a inauguração da ópera da Bastilha, e, com a arte desses cantores admiráveis, o mundo pôde comprovar pela televisão que os seus dirigentes não são surdos. Através dos jornais, conseguia-se saber exactamente quem estava ao lado de quem no jantar da véspera ou que a Sr.ª Thatcher não gosta de acepipes condimentados, motivo que a fez não se sentar ao lado de Cory Aquino. Que vá-se lá saber porquê o presidente Bush estava sempre ao lado do anfitrião Mitterrand e mesmo quando não estava trocavam-se olhares, o que só prova a imensa amizade entre os povos americano e francês. Que Gabriel Garcia Marquez, por ser escritor e por isso excêntrico, até se quis perder nas ruas de Paris e encontrar pessoas que não pertencessem a esse mar de funcionários do protocolo e segurança. Felizmente que até isso estava previsto e as ruas fechavam-se automaticamente com polícias e barreiras metálicas à passagem dos convidados.

ASSASSINAR AS PALAVRAS

A televisão transformou-se facilmente no instrumento da IGUALDADE, pois qualquer cidadão francês podia estar em sua casa com toda esta gente famosa e importante e seguir de muito perto os seus suspiros e sorrisos. Um desfile militar nunca visto! Com tantos helicópteros e aviões que cobriam o céu e em que a Legião Estrangeira e as outras forças terrestres provaram como é importante a LIBERDADE para ser tão bem guardada e com tanto sacrifício. A FRATERNIDADE ficou mais que demonstrada com a ordem de trabalhos da cimeira dos países mais ricos, reflexo das suas preocupações genuínas: no primeiro dia falaria das relações Este/Oeste, da Dívida Externa e o desenvolvimento. No segundo dia combinatoriam medidas de combate ao terrorismo e à droga.

PARANÓIAS

2 bilhões de francos gastos com as despesas destas cerimónias foram a outra

face desta moeda; um dirigível inglês alugado por três semanas por 4 milhões de francos, lembrava constantemente no céu de Paris que se alguém tivesse algumas "bastilhas a derrubar" as suas câmaras e radares sabê-lo-iam imediatamente e isso numa cidade de 10 milhões de habitantes. Nesses dias em que fazia anos a revolução, a paranóia da segurança ofendeu os franceses, desrespeitou a memória de uma revolução feita pelo povo em nome de coisas que não serão nunca imagens de marketing publicitário para fazer vender t-shirts comemorativas.

HIPOCRISIAS

A cimeira dos mais ricos países, com a discussão das suas políticas imperialistas, é um gozo com as 40 000 crianças que diariamente morrem de fome no 3.º mundo. As esmolas oferecidas por Mitterrand e pelo japonês – o perdão de parte dos juros da dívida – fazem lembrar aquela história do "Mecenato Cultural" em que os patrões que fizem donativos para a cultura recuperam esse dinheiro em impostos que não pagam.

A FESTA E AS LUTAS

Mas também houve uma comemoração genuína, em que os 200 anos da revolução foram a oportunidade para as pessoas virem para as ruas passear e beber, rebrantar petardos para as ruas cheirarem a pólvora, ou, nas pequenas povoações do campo, juntarem-se nesse dia feriado em jogos e danças, fazendo uma festa pouco convencional em que importavam as pessoas, as suas disposições, o estado dos seus amores e alegrias. Um pretexto para se encontrar conhecidos e amigos debaixo dos fogos de artifício ou à beira do rio, onde jogavam jogos antigos. E não foi por acaso que no dia 8 de Julho a esquerda, representada por diversas organizações e colectivos, esteve na rua debaixo de chuva e exigiu o anulação total da dívida do 3.º mundo. Denunciou o imperialismo nas suas múltiplas formas – a colaboração com o apartheid, o racismo, a violência contra povos em luta. Colectivos feministas e movimentos de solidariedade. Os jovens anti-racistas e grupos anarquistas. Associações de trabalhadores emigrados e a solidariedade com os palestinos. A LCR, secção francesa da 4.ª Internacional, e o tradicional PC francês. E à noite foi em festa que 200 mil pessoas na Praça da Bastilha diziam: "Bicentenaire: Mon cul!".

A memória desta revolução é nossa. É de quem não tem o seu nome nas colunas sociais e que faz do seu quotidiano uma luta contra todas as formas de opressão. É de quem mantém o sentido crítico e sabe que a liberdade, a fraternidade e a igualdade são valores que se conquistam e defendem no dia a dia da nossa própria história.

João Carlos

ALGUMAS QUESTÕES-CHAVE DO AMBIENTE

JOÃO MARTINS PEREIRA

FLORESTAS TROPICAIS – Conhecemo-las dos filmes de aventuras, mas muitos, neste mundo, ainda as conhecem ao vivo. Ao ritmo a que estão a ser dizimadas por madeireiros ou queimadas por agricultores e criadores de gado, daqui por uns anos só restarão mesmo os filmes de aventuras: “Não se pode dizer que a floresta (amazônica) desaparecerá num determinado ano, mas, a não ser que as coisas mudem, é certo que desaparecerá”, diz um especialista. Com ela, desaparecerão milhares de espécies vegetais e animais únicas e, sobretudo, uma capacidade quase ilimitada de regeneração permanente da atmosfera do planeta. Enquanto os brasileiros, subsidiados pelo seu próprio governo e por organizações internacionais, destroem a Amazônia, os japoneses destroem as florestas do Sueste Asiático, em particular as da Malásia. Os portugueses, enquanto puderam, destruíram o Maiombe, em Cabinda. Ainda ninguém se preocupou com estas coisas. Muitos países, hoje, destroem as suas florestas para poder pagar a dívida externa. A ordem das coisas...

EFEITO DE ESTUFA – A queima acelerada de combustíveis (combinada com a destruição das florestas) está a aumentar a camada de anidrido carbónico na atmosfera. Esta camada, que os equilíbrios naturais mantiveram inalterada durante milhares de anos, assegurando o “padrão térmico” do planeta, produzirá, ao alargar-se, um gradual aquecimento da Terra, concentrando nela o calor como numa estufa. Os climas modificar-se-ão, milhões de pessoas verão as suas terras tornar-se secas e improdutivas, milhões de outras verão as suas cidades litorais alagadas pelo aumento do nível dos oceanos. Não será, seguramente, divertido.

OZONO – É um gás de que só conhecemos o cheiro, quando salta uma faísca, ou estamos no meio de uma trovoadas. Mas ele lá está, na estratosfera, impedindo que as radiações solares ultravioletas atinjam a Terra em quantidades excessivas. Sucede que os homens, engenhosos, descobriram os CFC (clorofluorocarbonetos) e os usam a torto e a direito em “sprays”, ar condicionado, e para limpeza de circuitos electrónicos. De cada vez que os usamos, eles lá vão subindo, atmosfera acima, até encontrarem o ozono, que vão paulatinamente destruindo. A continuar o processo, prevê-se um belo dia uma subida em flecha dos cancros da pele, além de outros desagradáveis efeitos. Para além disso, os CFC são ainda mais “eficientes” que o anidrido carbónico na retenção dos raios infra-vermelhos, reforçando o efeito da estufa (v. acima). Mas vá lá dizer isto aos que obtêm belos lucros a produzir o simpático produto...



CHUVAS ÁCIDAS – Para além do corte indiscriminado e da queima directa, as chuvas ácidas são mais um “meio” a ajudar na devastação das florestas. Está de novo em causa a queima de combustíveis fósseis, que dá origem a gases sulfurosos e nitrosos, os quais, em contacto com a humidade atmosférica, se transformam em ácidos. O efeito dos ventos poderá levar a que as chuvas portadoras de gotículas ácidas venham a cair em zonas muito afastadas: milhares de hectares de floresta, só na Europa, já estão afectados pela acção destas chuvas ácidas. Este é um fenómeno com maior incidência nos países industrializados, com as suas multidões de fábricas, centrais térmicas e automóveis. Um dos preços da sua imparável (?) “prosperidade”?

DESERTIFICAÇÃO – Não precisamos esperar pelo efeito de estufa para ver “secar” áreas imensas, antes férteis e produtivas. Conjugam-se nesse processo os efeitos de práticas agrícolas perniciosas, da utilização de produtos químicos, da desflorestação acelerada, ou da florestação com espécies “devoradoras” de água (já ouvirmos falar dos eucaliptos?). Tudo isto conduz ao esgotamento e à erosão dos solos. São os “países da fome” que, na sua ansia por colher mais um grão, por criar mais um animal, fêmeico também, mais sofrem com o processo de desertificação. Mas são os países ricos os responsáveis por essa fome, os que lhes levam as florestas, os que lhes exigem o pagamento da “dívida”, os que lhes esventram tantos solos férteis para extrair um precioso minério indispensável para lançar foguetões. O círculo vicioso do costume.

RESÍDUOS – Tudo o que fica, sem utilização visível, de toda a actividade humana, seja ela doméstica, comercial ou industrial. São os lixos, em geral, mas, bem pior, são os subprodutos das actividades industriais. A chamada “civilização moderna” é, já se sabe, a civilização do desperdício. Uma grande cidade europeia pode chegar a “produzir” 4 ou 5 mil toneladas de lixo por dia. Mas o conjunto da indústria europeia não só produz muito mais, como os seus resíduos vão poluir rios, lagos e bacias hidrográficas, destruir espécies animais, afectar a saúde de milhões de homens que cultivam terras contaminadas, que bebem águas inquinadas, que respiram atmosferas poluídas. O Mar do Norte ou o Mediterrâneo são hoje quase mares “mortos”, lixeiras imensas, incontroláveis cloacas. Como o Reno, o Tejo e tantos outros rios europeus. Isto já sem falar de paisagens destruídas, de cidades inteiras que se tornaram “irrespiráveis” (Atenas é apenas um exemplo).

ACIDENTES INDUSTRIAIS GRAVES – Não basta a poluição que, dia-a-dia, persistentemente, as unidades industriais (com destaque para a indústria química) espalham à sua volta. Muitas delas podem mesmo não ser altamente poluentes... se tudo correr bem. Mas a perigosidade dos produtos que manipulam, dos processos que utilizam, poderão, um belo dia, produzir uma catástrofe. Só nos anos mais recentes, estão na memória de todos os desastres de Seveso (Itália), Bhopal (Índia), Chernobyl (URSS). Milhares de homens morreram, ou sofrem ainda hoje, das consequências desses aci-

dentos. Tais unidades estão espalhadas por todos os cantos, ninguém suspeita do perigo que elas “contêm”. Só se vem a saber no dia em que as coisas correram mal. Fala-se pouco deles, quando se trata de questões do ambiente: são casos “isolados”, a probabilidade de cada um deles ter um acidente é quase sempre mínima e, se acidente houver, a zona afectada é geralmente limitada. Mas vale a pena perguntar: serão estes “altos riscos” justificáveis face ao “proveito social” correspondente? Só para fabricar uma espuma isolante, talvez de melhor qualidade, e certamente com menor custo, valerá a pena pôr em risco milhares de pessoas?

PROCESSOS INDUSTRIAIS “LIMPOS” – São os processos, já existentes ou que poderiam ser estudados, para produzir as mesmas coisas mas sem efeitos poluentes. Parece o ovo de Colombo, mas não é. Substituir uma fábrica poluente por outra não-poluente significa “destruir capital”. Os empresários passam a vida a fazê-lo, mas só quando vêem nisso vantagens e hipóteses de lucro mais substancial. Ora nem sempre um processo limpo será mais lucrativo (para o empresário) do que o processo “sujo”. Muitas vezes ele será apenas mais “lucrativo” para os trabalhadores e consumidores, para os homens, em geral, para o ambiente. E para estudar esses processos limpos, é preciso que alguém pague aos investigadores, e que se considere essa investigação prioritária. Os governos? Mas isso não dá votos. Os empresários? Mas isso não dá lucros. Só mesmo grandes movimentos de opinião, à escala internacional, poderão forçar uns ou outros a fazê-lo. Pelo que nos toca, e até ver, só se ouve o silêncio, uma espécie de convite a que as indústrias poluentes se instalem por cá – onde o “ambiente” é propício.

MARÉS NEGRAS – Tivemos uma, à nossa mini-escala, este ano. Mas nada obsta a que venha a haver um dia outra bem maior. Os petroleiros gigantes não escolhem as costas ao largo das quais irão ter acidentes. E mesmo o caso do “Marão” podia ter tido outra dimensão. Ficou-se a saber, em todo o caso, que a caricatamente chamada “costa vicentina” está sob alto risco. As dramáticas cenas de pinguins, ou focas, ou aves marinhas atascadas em petróleo, a morrer pelos cantos, que já vimos na TV em outras paragens, podem repetir-se aqui, com outras espécies. Mas o problema não está em nos protegermos de “marés negras”, “os outros que fiquem com elas”. A questão é de ambiente, de preservação de espécies e paisagens, de riscos de transporte de produtos poluentes, sejam eles petróleo ou não. Também nesse domínio, é a anarquia que reina: o que é preciso é transportar cada vez mais quantidades, a menor preço. Se não, a “máquina industrial” não funciona, e é essa, só essa, a prioridade no mundo dos negócios.

PREOCUPAMO-NOS COM A PRESERVAÇÃO DO AMBIENTE porque existe vida humana: é esta que, em última análise, é ameaçada a médio ou longo prazo pelos actos que provocam a degradação do ambiente. Aliás, como diria o Sr. de La Palisse, se não existisse vida humana, não haveria sequer quem se preocupasse.

Mas os homens, no tipo de "civilização" em que vivemos, precisam, no seu dia-a-dia, de vestuário, calçado, escovas de dentes, pentes, loiças, talheres, fogões, mobílias, alimentos, energia e, cada vez mais homens, de televisores, frigoríficos, máquinas fotográficas, automóveis, e mil outras coisas mais. Cada uma delas, para ser produzida, dá origem a quantidades enormes de detritos, subprodutos que, em geral, não servem para nada. Parte deles são inertes, isto é, podem degradar a paisagem mas não prejudicam os ciclos da Natureza nem a saúde dos homens. Infelizmente, muitos outros, muitas e muitas toneladas de outros, ameaçam directa ou indirectamente a vida humana. Em linguagem técnica, chama-se-lhes "resíduos perigosos", o que significa que contêm quantidades significativas de elementos contaminantes tóxicos, inflamáveis, explosivos, infecciosos, cancerígenos, corrosivos, ou adquirem essas propriedades, ou outras igualmente "desagradáveis", em contacto com o ar ou com a água.

Em Portugal, foi feito há anos um levantamento dos resíduos perigosos e publicados os seus resultados. Na realidade, para além de breves notícias nos jornais, poucos tiveram deles conhecimento. Nem mesmo aos movimentos ecologistas esses elementos parece terem suscitado qualquer interesse, contrariamente aos vigorosos movimentos e campanhas de opinião que, sobre o mesmo assunto, se têm verificado em muitos outros países.

RESÍDUOS TÓXICOS E PERIGOSOS

Ora os números em causa não são nenhuma brincadeira. Se nos cingirmos à indústria transformadora, que está na origem da maior parte dos detritos e, em particular, dos mais perigosos, constata-se que perto de 700 mil toneladas são anualmente produzidas e, como se verá, apenas uma ínfima parcela é sujeita a alguma forma de tratamento ou recuperação. O sector da indústria química é responsável por 80% desse imenso volume, seguido pela pasta de papel (11%), pelas metalúrgicas (5%) e pelos curtumes (3%). A previsão para 1995 é de que se atingirá então 1,5 milhões de toneladas. Não surpreenderá que os distritos geradores de maior volume de detritos industriais perigosos sejam o de Setúbal (indústria química pesada, pasta de papel, metalurgia) e Aveiro (química pesada, pasta de papel). Os distritos de Lisboa, Porto, Coimbra e Santarém (este devido ao sector de curtumes) seguem-se-lhes, justamente por serem os de

mais forte implantação industrial. Um número apenas: no distrito de Setúbal, a "produção" anual de detritos perigosos anda por 1 tonelada por habitante.

Que fazem as indústrias a estes resíduos? Menos de 5% são reciclados ou recuperados (p. ex., certos óleos e solventes usados). Os restantes 95% são lançados sem qualquer tratamento em lixeiras, aterros, no solo ou em esgotos e linhas de água.

Quer isto dizer que podem estar a ser lançados detritos perigosos, diariamente, a dois passos da nossa casa, sem que o saibamos. Que o rio, a lagoa ou a albufeira onde nos banhamos ou pescamos pode estar a receber, através de um ribeiro ou linha de água que nele desemboca, cargas contaminantes.

E muitos são os rios, de resto, que basta olhar para eles para "meter medo": os Trancão, Alviela, ou Ave, são apenas os casos de que mais se fala

(quanto ao Tejo, dizia há dias o "El País" que "entre Madrid e a fronteira portuguesa se transformou numa cloaca de detritos industriais". A isso junta-mos depois o "nosso" contributo).

Mas, mesmo em plena cidade, quem não passou já à porta de uma oficina de cromagem e niquelagem? Quem não observou enormes bidões de solventes orgânicos numa lavandaria? E os laboratórios fotográficos? E os farmacêuticos? Já se pensou o que fará toda esta gente aos seus "resíduos perigosos"? Alguns são bem capazes de estar no caixote do lixo ao lado do nosso. Estaremos esquecidos de que, não há tanto tempo como isso, numa longínqua cidade brasileira, houve crianças que brincaram com detritos altamente radioactivos que "estavam por ali", à mão de semear, e disso foram vítimas?

Nem sequer nos consola saber que algumas empresas acumulam resíduos sólidos com contaminantes em zonas próprias, dentro da área da fábrica, sem acesso a qualquer passante. É que, não se tendo feito qualquer preparação (impermeabilização) do solo, as chuvas acabam por dissolver, ou simplesmente arrastar esses contaminantes, infiltrando-os no solo: poderão ir ter a um lençol ou bolsa de água subterrâneos, por acaso onde vão beber vários poços, incluindo o do nosso quintal. Ou a terrenos agrícolas, contaminando as culturas.

E não ficamos por aqui. É que o conceito técnico de resíduos perigosos exclui as emissões gasosas para a atmosfera, só incluindo sólidos, líquidos e lamas. As quantidades, desconhecidas, de contaminantes atmosféricos provenientes das chaminés industriais, mas também de emissões dos próprios resíduos sólidos e líquidos, de fugas nas fábricas, etc., estão na origem de numerosas doenças, dos homens e da vegetação, já sem falar nos efeitos transnacionais ou mesmo planetários, que ameaçam a prazo os equilíbrios naturais, se não a própria vida no planeta.

ESTARREJA POLUIÇÃO SEM ESPECTÁCULO

A POLUIÇÃO, NO TRANCÃO, VÊ-SE EM CACIA, cheira-se. No Barreiro, sente-se. Da das praias, fala-se... todos os verões. A de Estarreja, pouco se vê ou se cheira, sente-se alguma coisa, e pouco se fala. Mas, em Estarreja, a poluição e os riscos mais graves não se vêem, nem se cheiram, nem se sentem. E deles também muito pouco se fala, embora algo se saiba (nos gabinetes).

Estarreja pouca indústria tinha quando, em princípio dos anos 50, lá se instalou a fábrica do Amoníaco Português, que iria aproveitar (por inspiração do eng. Ferreira Dias) a "nova energia" das barragens do Norte para produzir amoníaco e adubos azotados. É hoje a Quimigal, que continua a produzir adubos azotados, mas há muito deixou de fazer amoníaco. Já depois do 25 de Abril, pôs-se a fabricar anilina sem ter mercado, vindo a ser salva pela ISOPOR, que se instalou ao lado e lha consumia toda, para produzir isocianetos. A ISOPOR salvou também, de uma assentada, a UNITECA que, também ali ao lado, produzia cloro e soda cáustica, e tinha excedentes de cloro. Falta só falar da CIRES, que fabrica PVC, e ali se implantou por causa da UNITECA, que hoje já não consome.

Estas quatro empresas constituem o chamado Complexo de Estarreja. Uma é nacionalizada (a Quimigal), outra privada nacional (UNITECA) e as outras duas têm maioria estrangeira (japoneses na CIRES, americanos na ISOPOR). Todas elas dão o seu generoso contributo para a poluição da região (e em particular da Ria de Aveiro) e riscos de acidentes industriais graves. Pelo que fazem e pelo tráfego de produtos perigosos que geram. Não é fácil dizer isto em poucas linhas. Mas basta falar do mais importante.

Em primeiro lugar, temos o mercúrio, cujos gravíssimos efeitos sobre os organismos vivos são conhecidos. Por trabalhar com uma tecnologia de células de mercúrio, hoje em rápido declínio a nível mundial, a UNITECA distribui o metal à sua volta: atmosfera, solos, linhas de água, a área mais próxima da Ria de Aveiro e os respectivos sedimentos e espécies piscícolas acusam uma contaminação por mercúrio francamente acima dos limites de segurança internacionais. Saberão disso, por exemplo, os habitantes da Murtosa, que vivem à beira de águas contaminadas, e nelas porventura

pescam solhas, ou enguias? Saberão disso os que cultivam terras na área que as chuvas terão encarregado de contaminar (e disto ninguém sabe ao certo a quanto monta)?

Depois, temos as mais de 10 mil toneladas por ano de gases sulfurosos e nitrosos, de partículas sólidas e outros poluentes que o Complexo emite para a atmosfera. Os primeiros, em particular, ajudados pelas partículas metálicas que acompanham as emissões, serão causadores de chuvas ácidas, que os ventos se encarregarão de ir distribuir pelas florestas (e que já começaram a ser detectadas em Portugal). E nada disto contribui, como se calcula, para o bom estado das vias respiratórias e viscerais diversas dos que por ali habitam.

Vêm de seguida os riscos mais discretos, os que decorrem de manipulações de gases perigosos em grandes quantidades. Estão neste caso o cloro da UNITECA, o cloreto de vinilo da CIRES, o amoníaco da Quimigal e, mais terrível que todos, o fosgénio da ISOPOR (um dos usados na Grande Guerra). Todos eles são ou tóxicos, ou sufocantes, ou inflamáveis, ou explosivos, ou várias coisas des-

tas ao mesmo tempo. Correndo tudo bem, ninguém dá por eles, lá vão circulando por tubagens e reatores, lá vão repousando em depósitos à espera de serem usados, ou expedidos. Mas são gases perigosos a mais numa área tão concentrada, ainda por cima no meio de uma região densamente povoada (sem falar dos 2500 trabalhadores das próprias fábricas, os mais expostos). Uma simples fuga pode ocasionar uma incalculável tragédia. E já houve algumas fugas de aviso.

Finalmente, há os perigos gerados pelo Complexo em zonas mais distantes. São nas estradas que ligam o Complexo a Aveiro, e que atravessam numerosas zonas urbanas, circulam anualmente mais de 5000 camiões com produtos altamente perigosos (mais de 20 por dia), líquidos e gasosos. Mais uns 3000 entre Estarreja e Matosinhos: há bem poucos dias um deles se inflamou em plena estrada, só por incrível sorte não tendo ocorrido um desastre histórico. Não valerá a pena dizer mais. Chega para não apeterer por aí além ir viver para aquelas paragens. E para nos interrogarmos sobre a prioridade dada pelos nossos governantes, em termos de ambiente, à... demolição das habitações clandestinas!

40